



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto Sensu* EM GEOGRAFIA  
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

JULIANA BARROS MARQUES

**OS EUCALIPTAIS NO NOROESTE MINEIRO: as transformações socioespaciais na  
Fazenda Boa Esperança em João Pinheiro (MG) no pós 1970**

Catalão (GO)  
2014

JULIANA BARROS MARQUES

**OS EUCALIPTAIS NO NOROESTE MINEIRO: as transformações socioespaciais na  
Fazenda Boa Esperança em João Pinheiro (MG) no pós 1970**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
*Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de  
Goiás/Regional Catalão como requisito parcial para  
obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Ordenamento do  
Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa

Catalão (GO)  
2014

JULIANA BARROS MARQUES

**OS EUCALIPTAIS NO NOROESTE MINEIRO: as transformações socioespaciais na  
Fazenda Boa Esperança em João Pinheiro (MG) no pós 1970**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa – Orientadora (UFG/ Regional Catalão)

---

Dr. Marcelo Cervo Chelotti (UFU)

---

Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes (UFG/ Regional Catalão)

Catalão(GO) \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Resultado \_\_\_\_\_

Dedico a Jesus Cristo, o meu Deus; ao meu esposo Alik Timoteo de Sousa, pelo incentivo aos estudos; aos meus filhos e amores Larissa Barros Carvalho, Aline Marques de Sousa e Alik Timoteo de Sousa Filho; a tia Lana D. de Barros pelo carinho e a todos os agricultores camponeses da Fazenda Boa Esperança por compartilharem suas vivências e por me receber com carinho sempre que precisei.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado a vida e por cuidar de mim até nos mínimos detalhes. Obrigada Senhor por me iluminar todos os dias, principalmente naqueles que estão tão escuros que parecem que não conseguiremos encontrar a saída e com sua luz enche todo o nosso ser de alegria e esperança.

À CAPES, por me conceder a bolsa, possibilitando trilhar este caminho durante todo mestrado.

À professora e orientadora Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa, que, com tanto amor e carinho, me aceitou nesta empreitada da pesquisa, transmitindo segurança com palavras de conhecimento e sabedoria durante toda nossa caminhada, sendo mais que uma amiga e companheira e que as palavras me faltam para demonstrar o quanto a admiro, por ser essa pessoa iluminada, obrigada professora!

A todos os professores do Programa de Pós-graduação que, com seus conhecimentos e amizade, fizeram-me enxergar um mundo novo e perceber que muitas vezes o impossível é possível. Por isso tenham sempre a certeza de que serão lembrados com muito amor, respeito e alegria. Aos professores: Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, Dra. Carmem Lúcia Costa, Dra. Estevane de Paula P. Mendes, Dr. Idelvone Mendes Ferreira e Dra. Helena Angélica de Mesquita, os meus sinceros agradecimentos!

Aos colegas do mestrado com quem, juntos, compartilhamos inseguranças, conhecimentos, coleguismos e amizade. Muitas foram as vezes que precisamos estar juntos para transpormos os obstáculos e vencê-los. Todos os momentos compartilhados entrarão na tábua do meu coração. Meus sinceros agradecimentos e que consigam com êxito chegar aos propósitos traçados com muita alegria.

Aos meus colegas e hoje amigos de viagem Robson, Deanne, Roberta e Ângelo por todas as alegrias e angústias que passamos nas idas e vindas à bela cidade de Catalão.

Aos meus pais (*in memoriam*). A minha querida mamãe, Maria Eterna de Barros Marques, professora que se aposentou e tive o privilégio de crescer observando o amor que tinha em sua profissão, contando suas histórias e acreditando que a educação seria reconhecida na sociedade brasileira, e que em suas últimas palavras foram para que eu prosseguisse estudando. E a meu papai, Eurípedes Alves Marques, homem simples do campo, que estudou até a quarta série e aprendeu como profissão no antigo Goiás Rural ser um operador de máquinas para desbravar o Cerrado. Em minhas lembranças ficaram suas lamentações sobre os paulistas que estavam acabando com nosso Cerrado. Ao dormir em uma

cabana numa lavoura de melancia onde a noite era feito o combate com agrotóxico adoeceu. Respirando o veneno foi acometido por uma fibrose pulmonar levando-o a não mais conseguir respirar, vítima desse projeto de modernização da agricultura. Amo muito vocês! Quantas saudades!

À minha linda e querida tia Lana D. de Barros, que por muitas horas me socorreu nos cuidados com as crianças e com suas palavras de amor nas dificuldades, obrigada por fazer parte da história de minha vida, te amo tanto!

Às minhas irmãs que tanto amo, Adriana Barros Marques, Polliana Barros Marques e Daniela Barros (irmã do coração).

Aos meus sobrinhos Laura Luiza, Larissa, Marília Gabriela, Pedro Henrique, Daniel, Alexia, Rically, Raysla, Luciano Filho, Mateus Augusto, Natany, Rayane e Welligton Filho que por muitas vezes tiveram que se contentar com o tio e primos sem a titia para cuidar de vocês, obrigada por fazerem parte da minha história.

Aos meus cunhados, Sandra e Cidy, Rosa e Luciano, e Meire que compartilhei as dificuldades da pesquisa e com suas experiências da vida camponesa retrataram suas vivências deste período, abrindo os olhos para as coisas que realmente fazem a diferença.

Em especial ao Weltinho e Tânia que ainda moram na Fazenda Boa Esperança, que quando relatei sobre a pesquisa foram os primeiros a incentivar pedindo para que eu pudesse deixar no papel as dificuldades por eles enfrentadas na lida do dia a dia, como agricultores camponeses que lutam diariamente para continuar no cantinho que aprenderam a viver, ou seja no campo. Que dias de muitas alegrias possam estar em suas vidas!

Aos meus sogros, Dígmas Pereira de Sousa e Timóteo Nunes de Souza, que através de nossas conversas lembrando o passado, me apresentaram e ajudaram a conhecer melhor o universo da pesquisa, por terem nascidos e vivenciado as transformações que ocorreram nesta terra, obrigada, vocês são muito importantes em nossas vidas!

E de maneira em geral quero agradecer a todos que senti que realmente me apoiaram e ajudaram nesta batalha que foi mais um degrau que consegui galgar na realização do meu sonho de ser mestre, Dona Enedir, pelo auxílio nas tarefas domésticas, aos colegas da UEG Morrinhos, Quirinópolis, e do Programa do EVV que perceberam minha alegria ao passar na seleção do mestrado. Ao pessoal da UFG Catalão pelo apoio, abrindo a sala do mestrado sempre com um bom dia gostoso, a colega e secretária do programa de mestrado Priscila por sempre receber os documentos, ao pessoal da biblioteca pronto a nos ajudar, ao Fernando da Xérox pelos auxílios na finalização de cada trabalho.

Aos amigos Loçandra Bores de Moraes, Magda Valéria da Silva e seu irmão Fredson Bolivar, Marta de Paiva Macedo, Maria Auxiliadora Sanches, Jackeline Alves e Thyago Madeira pelas correções, leituras, mapas e conversas sobre a pesquisa, obrigada pelo carinho!

À banca de qualificação, professores Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes e Dr. Marcelo Cervo Chelotti pelos apontamentos e direção para correções no trabalho.

E por fim agradeço aos Pastores Neto e Edivânea, Nerildo e Leonice, a minha discipuladora Rosângela, a missionária Marciana e a todos os irmãos que me apoiaram com muito carinho e oração para que Deus me concedesse saúde e paz desde o início do trabalho. Muito obrigada a todos vocês que estão presentes na minha vida e que me ensinam no cotidiano, amo todos!

## VIDA DE CAMPONÊS

*O camponês é assim  
Sabe um tanto mais um tantinho  
Da taipoca faz a colher  
Da peroba faz pilão  
A madeira entalhada  
Ganha forma em sua mão.  
Tudo na base do machado  
Da enxó e do facão  
Quando se põe na labuta  
Camponês é artesão.  
Tira leite como ninguém  
Conhece intimamente a criação  
Braúna, jibóia, cigarinha  
A vacada se rende ao toque de sua mão  
Burro bravo é domado  
E até cobra pega com a mão.  
Não é engenheiro, químico, nem doutor  
Mas da planta faz remédio  
Com boi e canga faz trator.  
Da terra tira o sustento  
Alimenta a cidade  
E apesar de sua importância  
É homem sem vaidade.  
Com cinza e sebo faz sabão  
Lava casa, lava roupa, lava mão  
Só não lava de sua alma  
As marcas da opressão,  
Que fez dele um guerreiro  
Homem de calos nas mãos  
Sua lida é pesada  
Mas dela não abre mão.  
É passada de pai prá filho  
Preservada a tradição  
Seu legado tem valor  
Sabe mais que muito doutor  
Na escola do campo  
É parceiro é professor.  
A escola que vem da cidade  
Não conhece o agricultor  
Atropela sua história*

*Que nem fosse trator.  
Ara, gradeia, semeia  
A semente da globalização  
Reproduz conhecimento  
Sem questionar a razão.  
E a criança camponesa  
De tão rica tradição  
Arrancada das raízes  
Pela mão da “educação”.  
Capitalismo, agronegócio,  
produção  
A meta é exportar  
Invadiram nossa terra  
Impede-nos de lutar.  
Querem nos fazer escravos  
Para o latifúndio trabalhar  
A produção de alimento  
Agora perdeu lugar.  
Eucalipto, cana e soja  
Querem nos fazer plantar  
Para alimentar a ganância  
De quem não quer compartilhar.  
Vive de explorar o outro  
Contra esses vamos lutar  
Estudar a realidade  
E aos poucos transformar.  
Valorizar nossa cultura  
Os costumes resgatar  
Refazer a nossa história  
Estudar e trabalhar.  
Protagonizar a mudança  
E nos livros registrar  
Seguir firme na luta  
Sem nunca desanimar.  
Camponês que é camponês  
Não se deixa engabelar  
Resisti ao imperialismo  
Constrói nova nação  
Garanti o seu futuro  
Com uma nova educação.*

*Por Márcio Ribeiro Matos  
(Poesia)*

## RESUMO

A pesquisa sobre os eucaliptais no Noroeste Mineiro, intitulada As transformações socioespaciais na Fazenda Boa Esperança em João Pinheiro (MG) no pós 1970, foi realizada com o objetivo de compreender as formas de resistência dos agricultores camponeses na Fazenda Boa Esperança, com a implantação da monocultura do eucalipto, a partir da modernização da agricultura nesse período. A pesquisa adotou o caráter qualitativo e os procedimentos metodológicos utilizados foram: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; c) pesquisa de campo (observações, histórias dos sujeitos e entrevistas); e d) organização, sistematização e análise das informações para a redação final do trabalho. A modernização da agricultura foi provida pelo Estado no regime militar no projeto desenvolvimentista, atendendo as exigências do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o Governo Federal sancionou a lei 5.106 de 2 de setembro de 1966, que previa incentivos fiscais aos estabelecimentos florestais, utilizando a propaganda ambientalista. Esses empreendimentos vieram de países desenvolvidos e das necessidades das empresas da região metropolitana de Belo Horizonte (MG) para promover o “reflorestamento” e, ao mesmo tempo, abastecer essas empresas siderúrgicas. O território do Cerrado no Noroeste Mineiro foi incorporado pelo reflorestamento de eucalipto. Os Cerrados foram desmatados, transformados em carvão e, posteriormente, ocupados pela lavoura de eucalipto. Com o reflorestamento de eucalipto, estas empresas iniciaram suas atividades comprando propriedades para a implantação da lavoura, fazendo com que os agricultores camponeses vendessem suas terras e migrassem para os núcleos urbanos. Os agricultores camponeses da Fazenda Boa Esperança quando expropriados tiveram que mudar e se dirigiram para cidades como João Pinheiro, Brasília e Uberlândia. Alguns optaram em ficar mais próximos do território onde nasceram mudando para o distrito de JK (Luizlândia do Oeste) e Vila das Almas que é um povoado às margens da BR-040. Mas aqueles que não quiseram sair e continuaram neste território ficaram ilhados pelas florestas de eucalipto, sentindo o isolamento, com dificuldades de acesso a vizinhança e com a escassez de água que se agrava a cada período de estiagem. A reestruturação produtiva do capital gerou transformações na Fazenda Boa Esperança que levaram ao prejuízo social e ambiental, deixando os agricultores camponeses a margem da história sem sequer terem a possibilidade ou a dignidade de participarem, e ainda precisam lutar diariamente contra o sistema se optar em permanecerem em suas propriedades.

**Palavras-chave:** Modernização da agricultura. Territorialização. Cerrado. Reflorestamento. João Pinheiro (MG).

## ABSTRACT

A research on the eucalypts in the Northwest Mineiro, entitled sociospatial transformations at Fazenda Boa Esperança in João Pinheiro (MG) in the post in 1970, was conducted in order to understand the forms of resistance of peasant farmers in the Fazenda Boa Esperança, with the implementation of eucalyptus monoculture from the modernization of agriculture in this period. The research adopted a qualitative approach and methodological procedures used were: a) theoretical research; b) documentary research; c) fieldwork (observations, stories and interviews of subjects); d) organization, systematization and analysis of information for the final writing of the paper. The modernization of agriculture has been provided by the State during the military regime in developmental project meeting the requirements of the capitalist mode of production. Accordingly, the Federal Government enacted the Law 5.106 of September 2, 1966, that foreseen fiscals incentives to forest enterprises using the environmentalist publicity. These enterprises came from developed countries and the needs of businesses in the metropolitan region of Belo Horizonte (MG) to promote "reforestation" and at the same time, supply these siderurgical. The territory of the Northwest Cerrado Mineiro was incorporated by eucalypt plantations. The Cerrado were deforested and transformed into coal, and later occupied by the eucalyptus farming. With eucalypt plantations, these enterprises started their activities by buying properties for implantation of the farming, making peasants farmers sell their land and migrate to the urban centers. The peasant farmers of Fazenda Boa Esperança when expropriated had to change and went to cities like João Pinheiro, Brasília and Uberlândia. Some chose to stay on territory where they were born changing district JK (Luizlândia West) and Vila das Almas which is a neighborhood along the BR - 040. But those who did not want to leave and remained in this territory are surrounded by eucalyptus forests, feeling the isolation, with difficulties access to the neighborhood and the water shortage worsens every dry season. The productive capital restructuring transformations generated at Fazenda Boa Esperança to social and environmental damage, leaving the peasant farmers to the margins of history without even having the possibility to participate or dignity, and still must fight daily against the system if you choose to remain on their properties.

**Keywords:** Modernization of agriculture. Territorialization. Cerrado. Reforestation. João Pinheiro (MG).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Classificação das empresas siderúrgicas.....	25
Gráfico 1 - Brasil: população urbana e rural (1960-2010).....	27
Organograma 1 - PRODECER: órgãos financiadores.....	30
Mapa 1 - Brasil: projetos do PRODECER I, II e III.....	31
Organograma 2 – Cadeia produtiva dos produtos florestais.....	35
Figura 1 – Área de florestas plantadas do setor brasileiro de celulose e papel.....	39
Mapa 2 - Mesorregiões do estado de Minas Gerais - 2012.....	43
Quadro 2 - Mesorregiões de Minas Gerais.....	44
Mapa 3 - Mesorregiões Noroeste Mineiro - MG.....	45
Quadro 3 - Processo econômico para dinamizar a economia no Noroeste Mineiro.....	48
Quadro 4 - João Pinheiro (MG): formação administrativa do território municipal.....	51
Foto 1 – João Pinheiro (MG): desfile das candidatas na festa do algodão 1965.....	52
Foto 2 – João Pinheiro (MG): vista da cidade - 2013.....	53
Foto 3 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): a cruz em meio o Cerrado marca o sepultamento de um dos familiares de agricultor camponês .....	58
Mapa 4- Localização da Fazenda Boa Esperança (João Pinheiro - MG) .....	59
Croqui 1 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): entre o Rio das Almas e Rio Santo Antônio .....	60
Foto 4 – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): estrada e trieiro de acesso a propriedade camponesa.....	69
Foto 5 – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): visita à propriedade camponesa para entrevista .....	70
Quadro 5- Empresa V & M Florestal: organização e estrutura.....	76
Foto 6 – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): propriedade da S&D Florestal - Fazenda Santo Antônio.....	77
Foto 7 - Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): fornos da S&D Florestal.....	78
Foto 8 – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG)/ S&D Florestal.....	79
Gráfico 2 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): tamanho das propriedades camponesas em hectares.....	85
Gráfico 3 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): idade dos agricultores camponeses.....	87
Foto 9 – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro(MG): propriedade dos agricultores camponeses rodeada pelos eucaliptais.....	88

Gráfico 4 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): quantidade de filhos por família dos agricultores camponeses.....	88
Foto 10 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): propriedade camponesa feita de pau a pique e telhado de folhas de buriti.....	89
Foto 11 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro(MG): equipamentos modernos em propriedade rural; silo para armazenamento de ração para gado leiteiro.....	90
Foto 12 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): agricultura tradicional.....	92
Foto 13 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): atividade diária do agricultor camponês.....	92
Foto 14 - Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): ordenha .....	93
Foto 15 - Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): forno para a produção de farinha de mandioca.....	94
Gráfico 5 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): tempo de residência dos agricultores camponeses.....	96
Foto 16 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): bandeira da Folia de Reis.....	99
Foto 17 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): tocadores na Folia de Reis .....	100
Foto 18 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro(MG): redução da umidade na vereda - nascente do córrego do Tauá, afluente do rio das Almas.....	103
Foto 19 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): Rio das Almas assoreado.....	103
Foto 20 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): problemas em neossolos quartzarênicos.....	105

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Plantios (ha) de Eucalipto nos Estados do Brasil (2005-2011).....	40
Tabela 2- Participação das Macrorregiões de Minas Gerais no PIB (2012).....	46
Tabela 3 - João Pinheiro (MG): evolução populacional (1991 - 2010).....	53
Tabela 4 – Fazenda Boa Esperança/ João Pinheiro (MG): forma de aquisição da propriedade..	87

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 OS ANTECEDENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O REFLORESTAMENTO: transformações no Noroeste Mineiro.....</b>	<b>20</b>
<i>2.1 A Era Vargas e os antecedentes no Polo Siderúrgico em Minas Gerais .....</i>	<i>20</i>
<i>2.2 O contexto da modernização nos anos de 1970 no Noroeste Mineiro.....</i>	<i>26</i>
<i>2.3 As políticas de reflorestamento para a produção de papel celulose e carvão.....</i>	<i>34</i>
<i>2.3.1 As políticas de reflorestamento no Brasil: considerações.....</i>	<i>34</i>
<i>2.3.2 O reflorestamento para o papel celulose.....</i>	<i>38</i>
<i>2.3.3 O reflorestamento para siderúrgicas.....</i>	<i>41</i>
<b>3 O NOROESTE MINEIRO NAS “TRILHAS” DA PESQUISA: os caminhos da investigação.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 Noroeste Mineiro, João Pinheiro, Fazenda Boa Esperança: conhecendo a área da pesquisa.....</b>	<b>43</b>
<i>3.1.1 O Noroeste Mineiro: o ponto de partida.....</i>	<i>43</i>
<i>3.1.2 João Pinheiro : o lócus da Fazenda Boa Esperança.....</i>	<i>49</i>
<i>3.1.3 Fazenda Boa Esperança: o território da resistência .....</i>	<i>54</i>
<b>3.2 A construção do caminho da pesquisa .....</b>	<b>61</b>
<i>3.2.1 O universo teórico da pesquisa.....</i>	<i>61</i>
<i>3.2.2 A busca de informações: pesquisa documental os sujeitos da pesquisa e a pesquisa de campo.....</i>	<i>64</i>
<i>3.2.2.1 Pesquisa documental.....</i>	<i>64</i>
<i>3.2.2.2 Os sujeitos da pesquisa e a pesquisa de campo.....</i>	<i>66</i>
<i>3.2.3 O uso das fotografias e mapas.....</i>	<i>70</i>
<b>4. TERRITÓRIO DA FAZENDA BOA ESPERANÇA: resistência dos agricultores camponeses frente às atividades dos eucaliptos.....</b>	<b>73</b>
<i>4.1 A chegada dos eucaliptais: a territorialização das empresas .....</i>	<i>73</i>
<i>4.2 A desterritorialização dos agricultores camponeses da Fazenda Boa Esperança.....</i>	<i>80</i>
<i>4.3 Características dos agricultores camponeses.....</i>	<i>84</i>
<i>4.4 A relação de trabalho e a produção dos agricultores camponeses.....</i>	<i>90</i>
<i>4.5 A organização política dos agricultores camponeses.....</i>	<i>95</i>
<i>4.6 A expressão cultural na Fazenda Boa Esperança.....</i>	<i>97</i>

<i>4.7 As transformações socioambientais a partir da presença dos eucaliptais.....</i>	<i>101</i>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>118</b>
<b>Apêndice A</b> - Roteiro de entrevista com os moradores mais antigos da Fazenda Boa Esperança (MG).....	<b>119</b>
<b>Apêndice B</b> - Roteiro de entrevista com os agricultores camponeses da Fazenda Boa Esperança.....	<b>120</b>
<b>Apêndice C</b> - Roteiro de entrevista com ex-moradores da Fazenda Boa Esperança que venderam suas propriedades para as empresas de eucalipto .....	<b>123</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>124</b>
<b>Anexo A</b> – Certidão da Fazenda Boa Esperança - 1935 .....	<b>125</b>
<b>Anexo B</b> – Certidão da Fazenda Boa Esperança - 1954.....	<b>126</b>
<b>Anexo C</b> - Parecer consubstanciado referente ao atendimento de pendências em projeto de pesquisa .....	<b>127</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O território do Cerrado passou por políticas para incorporar e acelerar a dinâmica socioespacial do país com apoio do Estado no projeto “Marcha para Oeste”, que tinha como proposta a ocupação do “sertão brasileiro”, na década de 1940 durante o governo do Presidente Getúlio Vargas. No período da era Vargas implantou-se o parque industrial no estado de São Paulo. Foi a fase da chamada industrialização de substituição. Pela crise econômica que o mundo passava neste período, as mercadorias que não poderiam ser importadas foram fazendo parte do polo industrial nacional.

O Presidente Vargas planejou a hidrelétrica de Paulo Afonso, no rio São Francisco, visando o fornecimento de energia principalmente para abastecer o incipiente parque industrial. A implantação das siderúrgicas contribuiu para dar suporte aos demais setores industriais brasileiros. Posteriormente, durante o “Estado Novo”, outras empresas surgem para dar a infraestrutura necessária ao novo modelo.

A primeira grande usina produtora de ferro e aço brasileira foi a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), implantada no ano de 1942 em Volta Redonda no Vale do Paraíba, passando a fornecer aço à indústria nacional. Foi financiada pelos Estados Unidos (EUA) que concedeu ao Brasil apoio em troca da adesão do país aos aliados na Segunda Guerra Mundial (BECKER; EGLER, 1993).

No campo, as transformações significativas ocorreram a partir dos anos de 1960 no processo de modernização da agricultura, com novos objetivos de exploração. O governo brasileiro adotou um programa conhecido como Revolução Verde altamente difundido e idealizado pelas corporações internacionais, principalmente as ligadas aos EUA. O objetivo era aumentar a produção agrícola na América Latina, Ásia e África, por meio de melhoramento genético de plantas e sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo (BRUM, 1988). Assim, nos anos de 1970 e 1980, com incentivos governamentais dos programas especiais de desenvolvimento agrário, o território do Cerrado passou a ser mais intensamente explorada.

O Noroeste Mineiro configurou essas transformações por ser um território que está no domínio do bioma Cerrado. Nesse território estavam pautadas as políticas de ocupação e desenvolvimento projetado pelo Estado, contextualizado pelo modo de produção capitalista. O processo de ocupação do Cerrado foi uma estratégia para ampliação e consolidação agrícola, tanto pelas características físicas, como também devido à sua localização que propiciou a

expansão da agropecuária nos padrões da agricultura moderna. A principal cultura desse processo modernizante foi a soja que ocupou parte de Minas Gerais e da região Centro-Oeste. Também teve papel significativo o reflorestamento de eucalipto, introduzido e impulsionado pela política federal de estímulo ao reflorestamento, a partir de 1966, por meio de incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal (Lei 5.106), que perduraram até 1988, utilizando-se da propaganda ambientalista vinda de países desenvolvidos e das necessidades das empresas da região metropolitana de Belo Horizonte (MG) para promover o “reflorestamento” e ao mesmo tempo abastecer as empresas siderúrgicas, localizadas no entorno da capital mineira.

Inicialmente, os reflorestamentos, com espécies exóticas, foram feitos para atender as necessidades crescentes de madeira para a produção de carvão vegetal das indústrias siderúrgicas, devido à redução das reservas nativas e às pressões governamentais para o plantio florestal como auxílio à reposição da vegetação nativa desmatada. Nesse sentido, as empresas siderúrgicas passaram a investir em suas próprias florestas de produção com apoio legal e creditício do governo brasileiro.

O Noroeste Mineiro foi incorporado pelo reflorestamento de eucalipto, o Cerrado foi desmatado, transformado em carvão e, posteriormente, ocupado pelas “florestas de eucalipto”. O incentivo ao reflorestamento teve como justificativa levar o desenvolvimento a um território que era conhecido pela extrema pobreza. As empresas reflorestadoras tinham como meta seu desenvolvimento, gerando emprego para a população ocupada na agricultura de autoconsumo. Essa agricultura não era vista pelos órgãos governamentais como modelo de prosperidade por não dinamizar economicamente o território do Noroeste Mineiro.

O território de investigação para o presente trabalho é a Fazenda Boa Esperança, no município de João Pinheiro (MG), conhecido pela sociedade local por causa de suas tradicionais festas de Folia de Reis. Esse território tem predomínio de vegetação do bioma Cerrado, e os agricultores camponeses viram a mata nativa, como os pés de pequi (*Caryocar brasiliense*), pau-terra (*Qualea grandiflora*), sucupira branca e preta (*Pterodon emarginatus*), mama-cadela (*Brosimum gaudichaudii*), cagaita (*Eugenia dysenterica*) e outras, transformarem-se em uma “floresta” homogênea de eucalipto. As empresas de reflorestamento iniciaram suas atividades, comprando propriedades para a implantação da lavoura, com promessas de desenvolvimento e prosperidade, fazendo com que os agricultores camponeses vendessem suas terras e migrassem para os núcleos urbanos. Mas houve também agricultores camponeses que não venderam suas terras, ou pelo menos não totalmente, e resistiram às investidas do capital. Essa resistência pode ser observada na luta pela e na terra, muitas vezes, acompanhando as inovações tecnológicas e mudando de estratégias em sua produção que, anterior ao processo de modernização, era para

autoconsumo e venda do excedente. Porém, para esses camponeses criarem suas famílias, foi necessário produzir para o mercado como uma forma de permanecerem territorializados.

Assim, é importante enfatizar que as análises desse trabalho começaram a partir das primeiras visitas nesse território no ano de 2002, por meio de conversas informais com os agricultores camponeses. Ao ouvir suas histórias, percebemos suas aflições e suas angústias sobre as transformações ocorridas. Muitas afirmações foram feitas a partir do que foi observado na referida fazenda, acompanhadas pelas leituras referentes ao processo de modernização da agricultura brasileira. Mas, como a realidade nunca é rígida e não se podem congelar os momentos que conduzem as interpretações para análise, a verdade está contida nos olhos de quem vê, sente e vive o processo na vida cotidiana. Por isso, as considerações feitas pelos agricultores camponeses são a estrutura para a compreensão dessa investigação.

Vale salientar também que as empresas escolheram esse território para o reflorestamento do eucalipto, devido a fatores como os baixos preços das terras, a proximidade com a BR-040, facilitando o escoamento da produção para região metropolitana de Belo Horizonte (MG) e mão de obra barata. Isso fez com que as famílias de agricultores camponeses mudassem ou tiveram que se adaptar a essa nova dinâmica dos meios de produção. Diante disso, surgiram algumas indagações pertinentes nessa investigação que foram norteadas para a pesquisa:

- a) Como as políticas públicas foram decisivas para implantação dos reflorestamentos de eucalipto?
- b) Quais são os principais elementos culturais e socioeconômicos que permeiam a Fazenda Boa Esperança?
- c) Como vivem as pessoas na Fazenda Boa Esperança e quais suas relações neste território?
- d) Como a implantação do reflorestamento do eucalipto afetou e ainda afeta na organização dos agricultores camponeses?
- e) Na territorialização das empresas de reflorestamento de eucalipto, houve alguma preocupação dos órgãos públicos sobre as questões sociais e ambientais no município?

Assim, é a partir dessas indagações e do entendimento das ações de poder do Estado e das empresas do agronegócio, que se apropriam e territorializam lugares com discursos de desenvolvimento e modernidade, mas alteram a dinâmica econômica e cultural dos “antigos” territórios à luz das estratégias atuais do capital, remodelando ininterruptamente, que a investigação ora proposta se desenvolveu.

Portanto, o objetivo desse trabalho é compreender as implicações da modernização da agricultura a partir da década de 1970 e as formas de resistência dos agricultores camponeses na Fazenda Boa Esperança em João Pinheiro (MG), com a implantação do reflorestamento de eucalipto.

A dissertação encontra-se estruturada em 3 seções, além da Introdução e das Considerações Finais. Na seção 2, “Os antecedentes da modernização da agricultura e o reflorestamento: transformações no Noroeste Mineiro” procurou-se mostrar as transformações ocorridas no Noroeste Mineiro a partir da modernização da agricultura, iniciada na década de 1970 e a política de reflorestamento implantada no país. Na seção 3, “ O Noroeste Mineiro nas “trilhas” da pesquisa: os caminhos da investigação”, o objetivo foi apresentar a metodologia da pesquisa a partir da abordagem qualitativa. Na seção 4, “Território da Fazenda Boa Esperança: resistência dos agricultores camponeses frente às atividades dos eucaliptos” discutimos as transformações ocorridas na Fazenda Boa Esperança com a chegada das empresas de eucalipto.

## **2 OS ANTECEDENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O REFLORESTAMENTO: transformações no Noroeste Mineiro**

### **2.1 A Era Vargas e os antecedentes no Polo Siderúrgico em Minas Gerais**

As transformações socioespaciais que ocorrem nos lugares não podem ser compreendidas a partir dos fatores locacionais. É preciso um esforço maior para ter a óptica que acaba por refletir nos territórios. Nessa pesquisa, a compreensão das transformações ocorridas no país e no Noroeste Mineiro é feita a partir dos desfechos que se desencadearam no desenvolvimento do capitalismo. Nos países da América Latina, no qual o Brasil está incluído, é considerado tardio pela constituição do passado colonial e a etapa monopolista (CUNHA, 2006).

Para Poso (2007), a compreensão do capitalismo tardio é praticamente uma revisão da teoria cepalina tradicional<sup>1</sup>. Para o autor,

[...] o desenvolvimento latino americano e brasileiro é, antes de qualquer coisa, capitalista, no qual a passagem do trabalho escravo para o assalariado é um marco da emergência deste novo modo de produção. Essa corrente substitui a dicotomia tradicional – entre fatores externo e internos – por uma interpretação que visualiza o crescimento industrial como resultado de um processo de acumulação do capital do setor agrícola exportador, o qual depende da demanda externa. Para essa visão, existe uma periodização que enfatiza a transição de uma economia colonial para uma mercantil nacional, baseada no trabalho escravo e, posteriormente, para uma economia capitalista exportadora, originando a consolidação do capital industrial. (POSO, 2007, p. 43).

Na transição entre a economia colonial para economia mercantil, foi preparado o terreno com a promulgação em 1850 da Lei de Terras, constituindo a invenção súbita do novo regime de propriedade que cercaria os imigrantes que seriam trazidos para o Brasil de ter acesso à terra, já que seria extinto legalmente o tráfico negreiro. Esse processo foi um instrumento de separação da propriedade da terra e a do capital, pressuposto teórico de libertação para o capital como postulou Marx e relacionou a esse processo a acumulação primitiva. (MARTINS, 2010).

---

<sup>1</sup> A teoria cepalina tradicional postulava que a industrialização era o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina, e postulava o abandono do que seria a divisão do trabalho internacional que relegava a América Latina a periferia da economia mundial, ou seja, apenas como produtora de matérias-primas para os grandes centros industriais, e indicava-se o caminho da industrialização como forma de captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas (POSO,2007).

Cunha (2006) também mostra que a colonização foi um elemento constitutivo do processo de acumulação primitiva, e que no Brasil, marcaram a face de uma nação ainda em gênese. Segundo o autor,

Marx chama de acumulação primitiva o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção ou, sob outro ponto de vista, que concentra a riqueza nas mãos de poucos a partir da expropriação de muitos. Tal acumulação é anterior à plena constituição do modo capitalista de produção, não respeitando sua lei de "equivalência" - lei do valor - base sob a qual o capital autonomiza-se. É, portanto, primitiva, e sujeita à anteparos extra-econômicos, necessários para alavancar a inicial expansão do capital, então em forma predominantemente mercantil. Um destes mecanismos de alavancagem foi o sistema colonial (CUNHA, 2006, p.6).

Assim, é a partir de 1886 que começaram a chegar ao país imigrantes que se tornariam trabalhadores assalariados transferidos com subvenção governamental. Os imigrantes como trabalhadores livres proporcionaram condições favoráveis para a emergência de um capital industrial compreendido como uma extensão do capital cafeeiro (BECKER; EGLER, 1993).

Esse rearranjo territorial proporcionou a criação do mercado interno para os produtos industrializados, criando o sistema de transportes, serviços bancários dando suporte ao complexo exportador de café (POSO, 2007).

O capital cafeeiro era subordinado ao capital internacional. Bertha e Egler (1993) discorrem sobre a crise internacional que atingiu toda a economia nacional.

O preço de café na bolsa de Nova York caiu de 23 centavos a libra inglesa de café para 8, trazendo consigo a falência de muitos produtores que já endividados, perderam suas propriedades para os bancos. A consequência política da crise foi a revolução de 1930, quando Getúlio Vargas tomou o poder apoiado pelos militares. (BECKER; EGLER, 1993, p.74).

A acumulação do capital cafeeiro permitiu que no momento de crise fosse implantado o parque industrial no estado de São Paulo promovendo a industrialização de produtos para substituição de importações e investimentos nos estabelecimentos de indústrias pesadas.

Portanto, com a crise mundial na economia em 1929, o Governo brasileiro começou a eliminar as estruturas rurais arcaicas e promover o desenvolvimento industrial, que

foi gestado na Revolução de 1930<sup>2</sup> que levou Getúlio Vargas ao poder permanecendo como ditador até 1945. (BECKER; EGLER, 1993).

No posicionamento referente ao crescimento econômico do país fica evidenciado em sua política de governo que a direção para uma transformação do território aconteceria via industrialização. Nesse sentido Mello (2010) salienta que

Vargas adotou claramente a industrialização como opção para o desenvolvimento econômico, iniciativa que não decorreu dos esforços de um setor industrial porventura incipiente, mas sim das pressões realizadas pelos setores estatais tecnoburocratas, civis e militares, que entendiam o desenvolvimento industrial como a única saída para superar a crise econômica nacional. O discurso oficial revelava a intenção do presidente Vargas de modernizar o País, tornando-o semelhante às nações industrializadas. (MELLO, 2010, p.101).

Na Era Vargas, o Brasil tinha ainda caráter agrário, porém já havia indícios de industrialização. O governo usou do conhecimento geográfico para fazer um levantamento do potencial do país, visando principalmente à expansão do sistema capitalista industrial. É a partir daí que as estruturas para a organização territorial das indústrias passam a ser fortalecidas. Nesse projeto o setor de siderúrgicas era uma das preocupações, sabendo que as empresas instaladas no país naquele momento eram insuficientes para atender a demanda do mercado interno.

Com essa vertente política, Vargas montou uma equipe que começava a pensar e organizar estrategicamente a implantação de uma empresa estatal. No entanto, o Estado não possuía recursos suficientes para tal feito e sabia que as empresas privadas não tinham a capacidade financeira para uma ampliação que conseguisse atender as necessidades do país. Portanto, enviou duas equipes para negociar a implantação da indústria, uma em missão na Alemanha e a outra nos Estados Unidos da América. Mas sofrendo com pressões políticas principalmente do Exército teve que abandonar a ideia (SILVA, 2012).

De acordo com Poso (2007), nesse período houve a criação da usina de Monlevade (Belgo-Mineira), em Minas Gerais nos anos de 1937 e 1940, que passou a ser a maior siderúrgica integrada da América Latina e a maior do mundo a carvão vegetal do período. Foram criadas outras usinas destacando: A Cia de Ferro Brasileira em Caeté (MG), Eletroço Altoma S.A. em Blumenau (SC), Siderurgia Barra Mansa no (RJ), Metalúrgica Santa Barbara em Barra Mansa (RJ) e a Aço Villares em São Paulo (SP). Por isso a produção de ferro e aço aumentou de forma significativa, a produção de ferro-gusa saltou de 35.305 em

---

<sup>2</sup> A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado, o Golpe de 1930. (Só História – Disponível em: [www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p4.php](http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p4.php)).

1937 para 185.00 toneladas em 1940, eliminando as importações, a produção de lingotes<sup>3</sup> aumentou de 20.985 para 141.201 toneladas e a produção de laminados também cresceu, pois a relação entre importações e consumo interno diminuiu de 90% para 70%. (POSO, 2007).

De fato, o momento era tão fértil para as siderúrgicas que em 1940 foi aprovado o Código de Minas, proibindo capitais estrangeiros na mineração e metalurgia. Na primeira metade da década de 1940, em meio ao momento turbulento da Segunda Guerra, Vargas viu a oportunidade política para a negociação da implantação da Siderúrgica no país. Enviou uma comissão executiva chefiada pelo industrial Guilherme Guinle, para que se formasse uma Companhia Siderúrgica e se obtivesse ajuda financeira dos Estados Unidos. Assim o Banco Exportação – Importação concedeu R\$ 20 milhões de dólares para financiar a siderúrgica. (POSO, 2007).

O crescimento do setor de siderurgias foi ocorrendo nas proximidades dos grandes centros consumidores, durante o “Estado Novo”<sup>4</sup>, e também foram implantando no território brasileiro outras empresas para dar a infraestrutura necessária ao novo modelo. A primeira grande usina produtora de ferro e aço brasileira foi a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) implantada no ano de 1942 em Volta Redonda no Vale do Paraíba, financiada pelos Estados Unidos que concedeu ao Brasil apoio em troca da adesão do país aos aliados na Segunda Guerra Mundial (BECKER; EGLER, 1993).

O Estado de Minas Gerais foi o que mais implantou siderúrgicas, devido à abundância do minério de ferro associada à farta vegetação de Cerrado, utilizada para o carvão próximo às indústrias e baixo preço das terras.

No ano de 1950, a CSN já funcionava com todas as suas linhas, pode ser tomado como marco de um novo ciclo de crescimento da siderurgia brasileira. A produção nacional de aço bruto alcançava 788 mil toneladas e tinha início uma fase de crescimento continuado da produção de aço no País. Com a demanda crescente de produção, as empresas CSN e a Belgo-Mineira alcançaram respectivamente, 1,4 milhões de toneladas e 450 mil toneladas no ano de 1965 (POSO, 2007).

O grupo alemão Mannesmann, fundador da subsidiária brasileira Companhia Siderúrgica Mannesmann, em 1952 na cidade de Belo Horizonte, colocava em funcionamento

---

<sup>3</sup> Um lingote é uma massa de metal ou de um material condutor, que após ter sido aquecida a uma temperatura superior ao seu ponto de fusão é vertida num molde, tomando uma forma que torna mais fácil o seu manuseamento, geralmente uma barra ou um bloco.

<sup>4</sup> Estado Novo (1937 – 1945) No dia 10 de novembro de 1937, era anunciado em cadeia de rádio pelo presidente Getúlio Vargas o Estado Novo. Tinha início então, um período de ditadura na História do Brasil. (Só História – Disponível em: [www.sohistoria.com.br](http://www.sohistoria.com.br)).

uma usina integrada especializada na produção de tubos sem costura e barras pesadas em aço especiais e em aço carbono, também abrigava um forno elétrico para redução de minério e produzia o ferro-gusa<sup>5</sup> (POSO, 2007).

No mesmo ano o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES, é aprovado com a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. O objetivo da nova autarquia federal era ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. As siderúrgicas foram prioritárias nos investimentos como estratégia para a independência da indústria no país<sup>6</sup> (BNDES, 2013).

A Usiminas iniciou suas atividades em 1956, como um empreendimento estatal em associação com a Nippon Steel Corporation. Essa empresa foi o primeiro empreendimento do Japão depois da Segunda Guerra Mundial, os japoneses viam como oportunidade a demonstração da sua capacidade tecnológica no novo quadro da geopolítica mundial, e em 1966 a empresa atingiu a produção de 500 mil toneladas de lingotes de aço e 390 mil toneladas de laminados (DULCI, 1999).

Nas décadas seguintes as empresas siderúrgicas ampliaram suas instalações e no estado de Minas Gerais o território compreendido por essas empresas foi denominado de Zona Metalúrgica, Siderúrgica, Mineradora, Central e atual Vale do aço. As principais cidades que compreendem esse território na região metropolitana são: Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo e Santana do Paraíso.

As empresas siderúrgicas possuem uma classificação de acordo com a produção (Quadro 1). Para mantê-las funcionando, é necessária uma substância rica em carbono que é o carvão vegetal ou mineral. A matéria prima das empresas do estado de Minas Gerais é o carvão vegetal oriundo de florestas nativas como o Cerrado e Mata Atlântica. Outra opção são os Reflorestamentos de pinus e eucaliptos. É a partir desse contexto que se organiza a cadeia produtiva das siderúrgicas brasileiras.

---

<sup>5</sup> O gusa é o produto imediato da redução do minério de ferro pelo coque ou carvão e calcário num alto forno. O gusa normalmente contém até 5% de carbono, o que faz com que seja um material quebradiço e sem grande uso direto.

<sup>6</sup> BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento – Disponível em [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

**Quadro 1** – Classificação das empresas siderúrgicas

<b>As usinas de aço do mundo inteiro classificam-se segundo o seu processo produtivo:</b>
<b>Integradas</b> – que operam as três fases básicas: redução, refino e laminação; participam de todo o processo produtivo e produzem aço.
<b>Semi-integradas</b> - que operam duas fases: refino e laminação. Estas usinas partem de ferro gusa, ferro esponja ou sucata metálica adquiridas de terceiros para transformá-los em aço em aciarias elétricas e sua posterior laminação.
<b>Laminação</b>
Estão os relaminadores, geralmente de placas e tarugos, adquiridos de usinas integradas ou semi-integradas e os que relaminam material sucitado.
<b>Trefilação</b>
São as trefilarias, unidades que dispõem apenas de trefilas, em que produtores de arames e barras utilizam o fio-máquina como matéria prima.
<b>Redução</b>
São os produtores de ferro gusa, os chamados guseiros, que têm como característica comum o emprego de carvão vegetal em altos fornos para redução do minério, mas que se trata de atividade industrial distinta.
De acordo com a <b>Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE /IBGE)</b> (instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica do país), a Metalurgia é uma divisão da seção das Indústrias de Transformação. É nessa atividade econômica que ocorre a conversão de minérios ferrosos e não-ferrosos em produtos metalúrgicos e produtos intermediários do processo.
A Siderurgia, setor no qual ocorre a fabricação do aço em forma de semi-acabados, laminados, relaminados, trefilados e tubos sem costura, é classificada como um grupo específico na divisão de metalurgia, seção na qual estão inseridas outras atividades correlatas. Dentro da metalurgia, os produtores independentes de gusa e de ferro-ligas compõem outro grupo.

**Fonte:** Instituto Aço Brasil (2013)

**Org.** MARQUES, J. B.(2013).

Assim, o desenvolvimento industrial das siderúrgicas no Brasil estava em sintonia com desenvolvimento urbano-industrial de Vargas que refletiu diretamente no campo brasileiro. Entretanto, é a partir da modernização da agricultura no território do Cerrado, na década de 1970, que a dinâmica territorial rural foi modificada como abordado no item seguinte.

## 2.2 O contexto da modernização nos anos de 1970 no Noroeste Mineiro

A modernização no território do Cerrado, no qual o Noroeste Mineiro se inclui, tem início no período do governo militar na década de 1970. O Planalto Central do Brasil foi definido como lócus para a modernização da agricultura para a implantação de lavouras comerciais. Essas mudanças de contexto para o Cerrado foram marcadas por projetos de desenvolvimento que destacaram a agricultura como fonte de divisas e de equilíbrio na balança de pagamentos (SANTOS 2008).

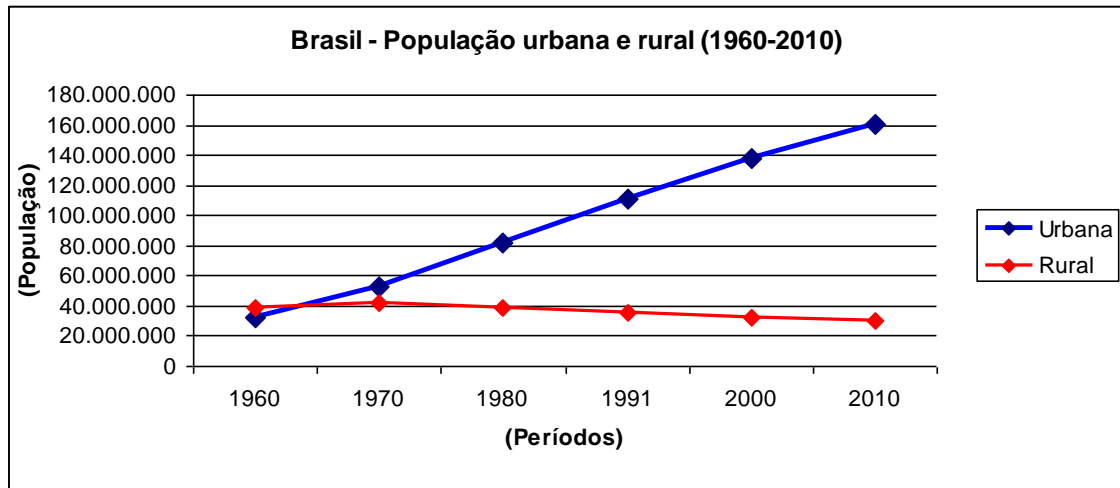
Os projetos de desenvolvimento tinham como objetivo atrair capital estrangeiro, modernizar a produção agrícola e também fazer com que o território do Cerrado passasse a ser produtivo. O Estado brasileiro criou programas de desenvolvimento que garantiram linhas de crédito para obter tecnologia, pesquisas direcionadas, infraestrutura para escoar a produção, comunicação e incentivos à migração sulista em direção ao centro do país (SANTOS 2008).

Assim, com a intensificação do processo de modernização da agricultura, via mecanização do campo, o agricultor camponês que executava esse trabalho foi substituído pelas máquinas, dispensando mão de obra e criando uma nova organização social do trabalho. A realidade anterior à modernização da agricultura tinha nas atividades de produção no campo a força braçal, demandando trabalhadores para executar tarefas para o autoconsumo e venda do excedente que, depois, passaram a ser realizadas mecanicamente, sobretudo em maior quantidade, e ainda possibilitando uma produção em larga escala.

De acordo com Brum (1988), o Estado adotou um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio de melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo, chamado de Revolução Verde que foi apresentado ao mundo sob o rótulo de “ajuda humanitária”, financiada pela Organização das Nações Unidas (ONU), para aperfeiçoar e aumentar a produtividade agrícola e combater a fome.

Esse projeto foi idealizado e incorporado no sistema de produção capitalista e usado para o planejamento moderno, sendo habilmente consolidado pelas corporações internacionais, principalmente norte-americanas. Nesse momento, acelera-se o crescimento da população urbana em contrapartida a uma significativa redução no percentual da população residente na zona rural, conforme gráfico 1.

**Gráfico 1** – Brasil: população urbana e rural (1960-2010).



Fonte: IBGE (2010).

Org. MARQUES, J. B. (2013).

Esse modelo do capitalismo industrial levou ao campo o desenvolvimento de infraestrutura para aumentar a produção, controlando a articulação dos produtores, e através da assistência técnica e orientação do crédito rural instalaram o novo processo produtivo (BRUM, 1988). Transformou a dinâmica natural do território do Cerrado para atender as exigências do modo de produção capitalista como Santos e Silveira (2001) salientam.

O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando os solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 118).

O presidente Médici sancionou as Leis<sup>7</sup> para a criação dos órgãos que auxiliassem na modernização, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual apenas apaziguou os ânimos dos camponeses nesse período em relação às mudanças no campo, sendo uma estratégia política do Estado que nunca realizou reforma agrária, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), determinando depois de aprovado os estatutos da Empresa sua instalação em 20 dias.

A pesquisa era fundamental para que o projeto do Estado para a modernização da agricultura alcançasse seu objetivo. A EMBRAPA é ligada aos centros de pesquisa

<sup>7</sup> O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

A Lei nº 5.851, autorizou o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura.

universitários e se tornou um marco importante no processo de melhoramento tecnológico da agricultura. O objetivo, que esteve no discurso do Estado, era de proporcionar aos pequenos e médios agricultores camponeses o aumento nas produções agrícolas com novas técnicas, auxiliadas pelo conhecimento científico para melhorar a produtividade, mas foi apenas para metamorfosear a verdadeira intensão do Estado em atender as empresas agrícolas.

Esse mesmo governo criou os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), reforçando um ponto forte do processo político que estiveram presentes na economia nacional entre 1970 e 1980. Foram projetados em três etapas, sendo que somente as duas primeiras tiveram pleno desenvolvimento (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010). Com relação ao I PND, sua implantação,

[...] coincidiu com o “milagre brasileiro”, ocorrido entre 1968 e 1972. Período de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e forte expansão das indústrias de bens duráveis, sustentados pelo desenvolvimento anterior da base produtiva industrial e por um alto custo social [...] O objetivo principal foi à execução de obras de infra-estrutura, ligadas aos transportes, corredores de exportação e telecomunicações, prosseguindo a expansão capitalista e reestruturação territorial nacional iniciadas pelo Plano de Metas. (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010, p. 284, grifo dos autores).

O II PND entrou em cena no final de 1974. Foi instituído durante o governo do general Ernesto Geisel e tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia, sob uma conjuntura de crises do petróleo, colapso da produção de alimentos no mundo, e do esgotamento do “milagre” brasileiro, e foi o que teve ação direta sobre o território do Cerrado, e implantou os programas Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO - 1975) - e do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER - 1979) (INOCÊNCIO, 2010).

O POLOCENTRO foi criado através do Decreto lei 75.320 e teve como objetivo incentivar e apoiar a ocupação racional do território do Cerrado, na região Centro-Oeste, nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e estava implícita a pretensão de desenvolvimento de uma agricultura de caráter empresarial (PESSÔA, 1988).

A expansão das áreas plantadas no Cerrado transformou a agricultura de autoconsumo em uma agricultura empresarial, usando práticas agrícolas modernas e a integração com o mercado, através de assistência técnica, apoio financeiro e de infraestrutura (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Silva (2000), houve a implantação dos polos de desenvolvimento para a difusão da tecnologia agrícola para toda a extensão do Cerrado. Sua ação foi desenvolvida por meio da integração entre a pesquisa, assistência técnica e crédito rural orientado, conseguindo abranger um território de três milhões e setecentos mil hectares de

Cerrado, utilizando diversos recursos políticos e financeiros, sendo destinados três milhões para a agricultura e setecentos mil ao florestamento – reflorestamento.

Esse projeto mudou o território do Cerrado e inseriu na produção nacional para exportação alcançando uma maior produtividade agrícola. Toda a infraestrutura territorial e o desenvolvimento tecnológico promovido pelo POLOCENTRO viabilizaram para que esse território de atuação ficasse a um nível superior da produtividade da média nacional. No entanto, a partir de 1979, houve uma redução nos recursos destinados a esse programa pelo Governo Federal alegando que era para conter a inflação no período (PESSÔA, 1988). As explicativas para frear o POLOCENTRO podem ser justificadas pelo acordo que o Brasil fez com Japão para a criação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado, o PRODECER.

O PRODECER foi um programa resultante do acordo de cooperação entre os governos brasileiros e japoneses estabelecidos em 1974 pelo Presidente Geisel (1974-79) com a Japan International Cooperation Agency (JICA). Esse projeto buscou ampliar as plantações no território do Cerrado aumentando a oferta internacional de alimentos com exportação de produtos agrícolas, tendo desenvolvido estratégias para incorporar o Brasil no circuito capitalista mundial (INOCÊNCIO, 2010).

Em 1978, foi fundada a empresa holding japonesa, que recebeu a denominação de Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation (JADECO) – sediada em Tóquio; em outubro do mesmo ano, foi instituída a holding brasileira, denominada Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO) – sediada em Belo Horizonte (MG). Com investimento de 49% da Jadeco e de 51% da BRASAGRO, no ano de 1978 foi criada a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), e tinha na sua estruturação o capital público e privado, tanto brasileiro quanto japonês, e seu objetivo era planejar e assistir o projeto (INOCÊNCIO, 2010).

A Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) foi a responsável pela implantação do projeto PRODECER I nos anos de 1979 - 83 e atingiu no Estado de Minas Gerais 70.000 ha do território de Cerrado, com destaque para as cidades de Paracatu, Coromandel e Iraí de Minas, difundindo o modelo intensivo de produção nas áreas planas de chapadões (PESSÔA, 1988). No organograma 1 observa-se a estrutura do projeto.

O projeto PRODECER transformou a dinâmica territorial do Cerrado Mineiro, Pessoa (1988) elencou as mudanças:

- a) A pecuária extensiva que ocupava a pastagem natural cede lugar para a soja, o milho, a ervilha, o trigo, o café;
- b) o número de estabelecimentos comerciais responsáveis pela venda de insumos e implementos agrícolas cresce não só nos municípios, mas também nas áreas

próximas;

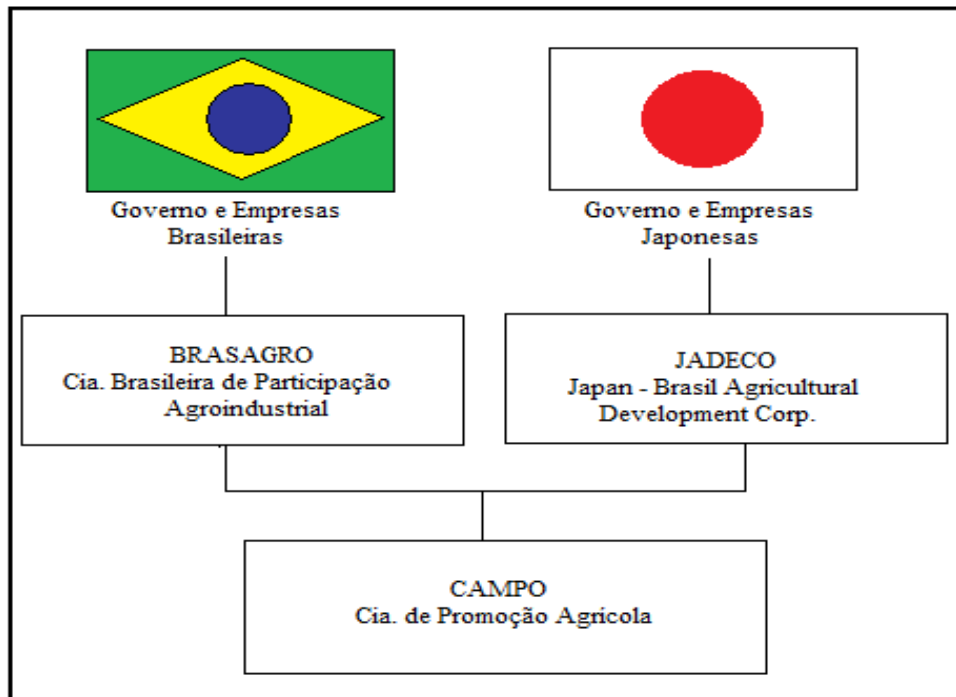
c) as cooperativas surgem como solução para o armazenamento e comercialização;

d) cresce o número de trabalhadores assalariados e transforma as relações de trabalho não capitalistas, em capitalistas;

e) cresce o número de população nas cidades;

f) no lugar do pequeno proprietário, meeiro, arrendatário surgem empresas rurais. (PESSÔA, 1988, p.9).

### Organograma 1 - PRODECER órgãos financiadores



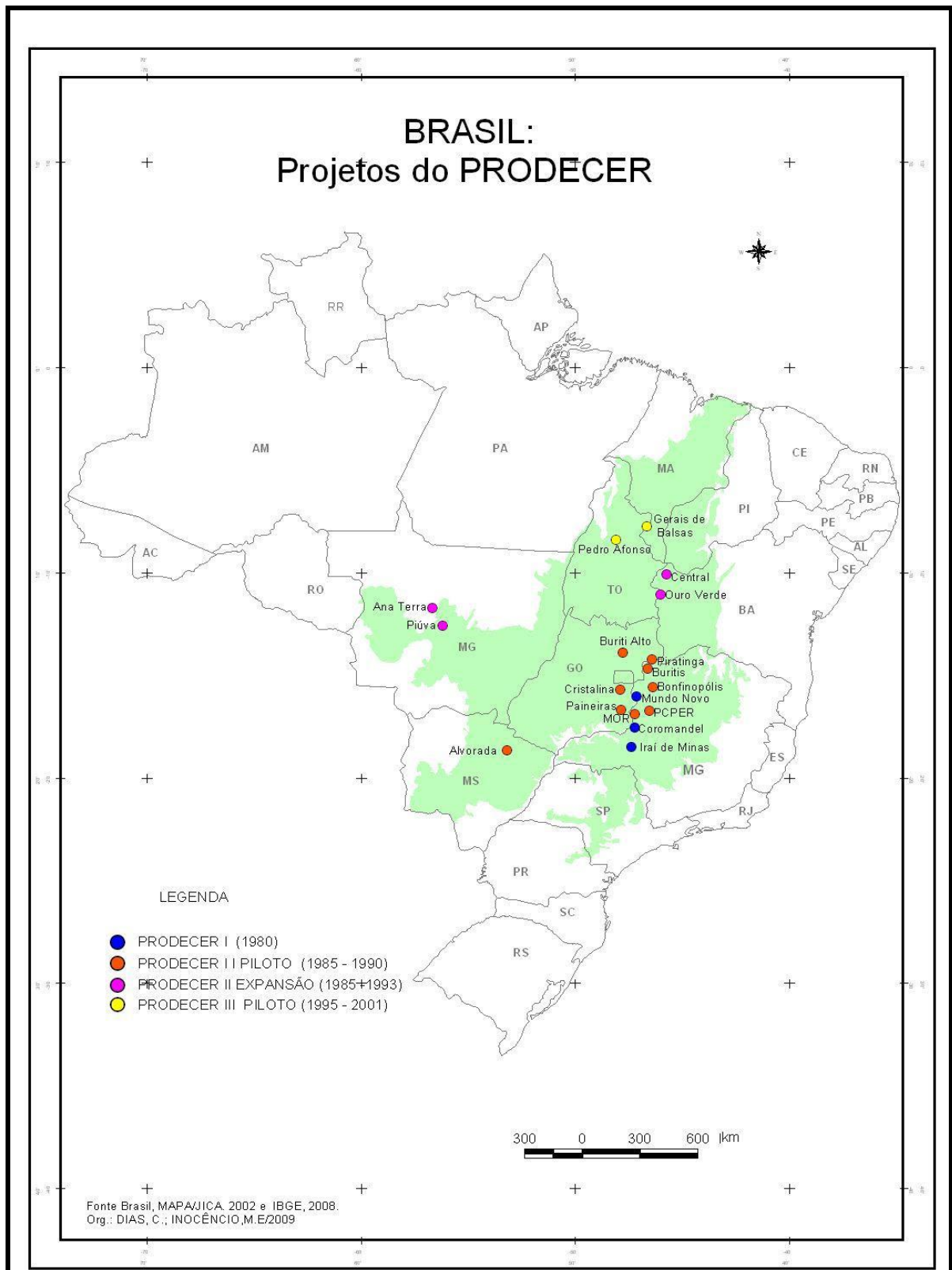
Fonte: INÔCENCIO (2010).

Esse projeto foi constituído de três etapas e teve 30 anos de duração transformando a paisagem introduzindo lavouras comerciais e desenvolvendo tecnologia para adaptação de plantas no território do Cerrado (Mapa 1) (INOCÊNCIO, 2010).

De forma indireta, tanto o POLOCENTRO como o PRODECER contribuíram para as transformações ocorridas no Noroeste Mineiro. Estes programas revelaram o real significado dos projetos no desenvolvimento da produção agrícola que beneficiaram os latifúndios em detrimento das pequenas propriedades camponesas, mostraram que essa abrangência no contexto da produtividade do território do Cerrado era parte do projeto de modernização do território brasileiro.

O crédito de sustentação do projeto para a modernidade contou com o financiamento internacional em troca de uma crescente participação das empresas multinacionais. O interesse das empresas em financiar as transformações no campo era o de manter o setor rural subordinado aos recursos por elas produzidos.

**Mapa 1 - Brasil: projetos do PRODECER I, II e III**



**Fonte:** INOCÊNCIO (2010, p.88).

As empresas promoviam um discurso sobre as transformações no setor rural que chegavam de muitas vertentes principalmente da mídia. Ressaltavam que o modelo rural, atrasado por falta de equipamentos modernos, era um entrave para o desenvolvimento econômico e não respondia à demanda do setor urbano – industrial (TEIXEIRA, 2005).

Para corroborar com essa discussão, Mendonça (2004) fez uma abordagem sobre a modernização da agricultura no Brasil, salientando que

O processo de modernização da agricultura se materializou de forma seletiva e excludente, disponibilizando aos empresários rurais, notadamente aos sulistas, fartos créditos, insumos e implementos agrícolas adequados, treinamento e orientação técnica necessárias, infra-estrutura e condições para a comercialização. Era quase impossível não dar certo. Os problemas estariam a cargo da grande massa de despossuídos, que ficaram alijados da modernização da agricultura. (MENDONÇA, 2004, p.168).

O objetivo do Estado em modernizar a agricultura, especialmente no território do Cerrado, foi de torná-lo uma nova fronteira agrícola, através da inserção de novas lavouras adaptadas às condições climáticas e ao solo (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010).

Conforme essa perspectiva, o território do Cerrado, de acordo com Chaveiro (1998), foi transformado em um lugar digno dos requisitos do projeto do Estado Nacional que era fazer desse território um espaço internacional. Assim, contextualiza o autor:

[...] a dimensão territorial do cerrado, a sua localização estratégica, a riqueza natural de suas águas, a facilidade de mecanização de seu solo devido o relevo plano dos tabuleiros longos, a proximidade dos centros hegemônicos da economia nacional, a infraestrutura urbana, resultam numa operação costurada por pactos políticos, primeiramente entre a oligarquia local e o Estado Nacional; posteriormente entre o Estado Nacional e a burguesia internacional. (CHAVEIRO, 1998, p.88).

Neste contexto, as condições ambientais, as grandes extensões de terras e o baixo preço também colaboraram no desenvolvimento de pesquisas e projetos de infraestrutura, utilizando esse território para fins comerciais.

Esse modelo proporcionou a modernização da base técnica, indicando um processo de capitalização da agricultura que diferencia cada vez mais os agricultores empresários dos agricultores camponeses. No primeiro caso é constituído pelo modelo de lavoura representada pela monocultura associada ao latifúndio, no segundo é representada por uma produção agrícola familiar, não dispondo dos capitais necessários para o incremento da produtividade nos moldes exigidos pelo modelo capitalista industrial, ficando à margem do processo produtivo no que se refere ao mercado mundial.

Em consequência, ocorreu intensa liberação de trabalhadores, expelidos da agricultura que acabaram sendo forçados a procurar ocupação na indústria e nos serviços. Desse modo, a economia camponesa comportou-se como fonte de força de trabalho para a economia urbana (MENDES, 2010).

Outra questão observada foi uma interligação entre os setores da agricultura e da indústria, num vínculo de dependência do primeiro em relação ao segundo, verificando forte elo entre o setor agrícola com seus fornecedores e ligações na cadeia produtiva entre fornecedores (de máquinas, equipamentos, fertilizantes, etc.) e os compradores (indústrias processadoras de produtos agrícolas) (CORDEIRO NETO; ALVES; SOUZA, 2007).

E ainda, a presença do capitalismo no campo, levou um discurso ideológico, ou seja, a otimização de lucros, o agricultor ou empresário deve manter os níveis de rendimentos desejáveis na produção agrícola que atenda a indústria e a crescente urbanização. Essa atividade precisa elevar constantemente a sua produtividade e para isso será necessário adotar novas tecnologias de produção e organização (RAMOS, 2001). Para incrementar o sistema moderno, o Estado brasileiro começou a regular os investimentos produtivos e o mercado consumidor, fornecendo crédito alcançando mudanças para modernização, principalmente no meio rural.

A organização territorial brasileira foi complementada pela capitalização da agricultura, que pode ser verificada a partir do preço da terra pela especulação imobiliária. O Estado regulamentador das políticas de modernização garantiu que as condições de acumulações capitalistas na agricultura fossem efetivadas. No mesmo tempo em que servia para arbitrar os conflitos nela existentes, não conseguindo compensar os efeitos negativos da modernização sobre a propriedade fundiária, os recursos naturais, as condições de empregos, a concentração de renda, a segurança alimentar, as diferenças regionais e o êxodo rural (CORDEIRO NETO; ALVES; SOUZA, 2007).

Os projetos do Estado Nacional tiveram relevância para melhoria da produção agrícola para exportação, mas o que é discutido nesse processo foi a ausência de preocupação com as questões sociais, a concentração de renda, o êxodo rural e o desemprego proporcionado pela “modernidade” no território do Cerrado que incluem o Noroeste Mineiro. Para compreender as transformações com o reflorestamento de eucalipto no Noroeste Mineiro, são tratadas, no próximo eixo, as políticas que foram decisivas para a implantação dessa lavoura.

## **2.3 As políticas de reflorestamento para a produção de papel celulose e carvão**

### *2.3.1 As políticas de reflorestamento no Brasil: considerações*

As primeiras políticas de reflorestamento no território brasileiro ocorreram a partir do ano de 1921 com a criação do Serviço Florestal do Brasil, mas o Código Florestal foi elaborado em 1934 vigorando até 1965.

Nos meados da década de 1960, as florestas nativas constituíam a principal fonte de suprimento de madeira para o setor de base florestal. No entanto, a prática de manejos não sustentáveis em larga escala comprometeu a eficiência do setor florestal brasileiro. A promulgação do novo Código Florestal em 1965 instituiu incentivo fiscal para reflorestamento, em 1966 ocorreu à criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967, marca a definição de uma nova política florestal brasileira - a do reflorestamento em larga escala.

O Código promulgado em 1965 conforme legislação brasileira dita o seguinte:

Código Florestal - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem. (JUSBRASIL, 2013).

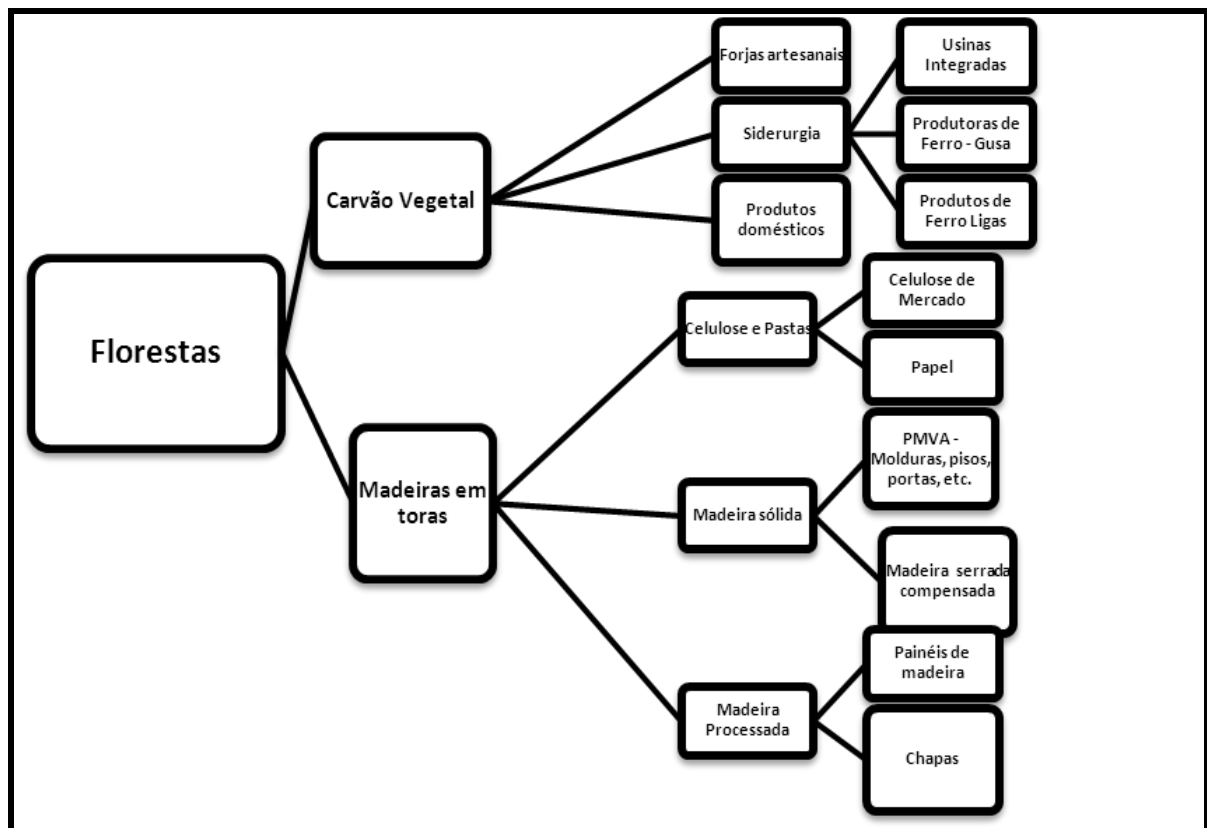
Esse código reforçou o reflorestamento entre 1967 e 1987, os programas de reflorestamento com incentivos fiscais imprimiram um crescimento no setor, permitindo que a atividade se estruturasse e consolidasse como de extrema importância para a economia do país.

Os produtos do setor florestal são compreendidos em: toras de madeira, lenha, carvão vegetal, celulose, papel e papelão, mobiliário e madeiras. De acordo com Bacha (1991), desde 1965 o setor tem tido altas em decorrência dos incentivos fiscais. E compõe uma cadeia produtiva em separado conforme mostra o Organograma 2.

Ao analisar a concessão de créditos para o reflorestamento, através das políticas públicas pelo governo, Jesus (1988) mostrou que a pesquisa florestal foi realizada com recursos do programa POLOCENTRO, a fundo perdido. O crédito para reflorestamento não veio do crédito rural, mas dos incentivos fiscais do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET - Reflorestamento).

A proposta do Governo era o abatimento de parte do imposto de renda a pagar das pessoas jurídicas que se dispusessem a aplicar recursos no plantio de eucalipto e pinus nas áreas devastadas. A Lei nº 5.106 dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais regulamentando, a permissão a pessoas físicas abaterem da renda bruta as importâncias efetivamente aplicadas nesta atividade no ano-base de tributação. As pessoas jurídicas podiam abater até 50% do Imposto de Renda devido (BACHA, 1991).

**Organograma 2** – Cadeia produtiva dos produtos florestais



Fonte: BACHA (1991).

Org. MARQUES.J. B. (2013).

Os interessados deveriam reflorestar independentes ou adquirir ações de empresas de reflorestamento, ou fazer o plantio em terra alheia (JESUS, 1988).

As empresas reflorestadoras formaram imensos maciços florestais sem destinação econômica assegurada. Ao que tudo indica, tratou-se de uma estratégia para aproveitar os incentivos fiscais e se aproveitar de extensas glebas de terras em rápida valorização, ocupando, inclusive, terras aptas para lavouras. (JESUS, 1988, p.39).

Assim, o governo federal no Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), criou um fomento para o reflorestamento dando incentivo fiscal às empresas de reflorestamento como uma forma para suprir a exigência do código em que as empresas de Papel e Celulose,

Siderúrgicas e as de Carvão Vegetal tinham que atender (PELA, 2010).

De acordo com Pela (2010), as políticas de reflorestamento pelo Estado brasileiro, são constituídas em três fases respectivamente entre as décadas de 1960 e 1980.

- a) A primeira é entre os anos de 1965 a 1988 realizado no Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR);
- b) a segunda é na metade dos anos de 1970 complementando uma política de incentivo ao Reflorestamento em Pequenos e Médios Imóveis Rurais (REPEMIR);
- c) a terceira fase compreende os anos de 1985 a 1988 foi implementado o programa de Reflorestamento com algarobeira<sup>8</sup> no Nordeste Semiárido (Projeto Algaroba).

O crédito foi facilitado e as poucas exigências e fiscalização dos programas fizeram com que as florestas fossem plantadas apenas para garantir a compra de terras por preços muito baixos para serem transformadas em reservas de valor. Mas outro complicador para plantações das florestas de eucaliptos pelas empresas era o alto valor das terras onde estas se encontravam. Tal situação chegava a inviabilizar os projetos. O governo promoveu o mapeamento de terras devolutas para ceder às empresas de reflorestamento. A alternativa encontrada pelo Estado para as empresas foi dar prioridade para os projetos que se instalassem nas áreas deprimidas do Estado de Minas Gerais, objetivando uma homogeneização espacial para o desenvolvimento no país (SILVA, 2012).

Dessa forma, o governo garantiu o poder do Estado para fazer as intervenções que necessitaria de políticas florestais. Vale ainda ressaltar o estabelecido do artigo da lei para as empresas de siderurgias que garantiram a viabilização para os reflorestamentos a partir do novo Código Florestal estabelecido em 1965.

Art. 21º. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento. (LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965).

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado no ano de 1967, teve como objetivo formular, orientar, coordenar e executar a política florestal e adotar

---

<sup>8</sup> As algarobeiras são leguminosas da sub-família Mimosoidae e do gênero *Proposis*. É uma árvore própria do semiárido, onde é comprovada a sua resistência às estiagens. É arbórea, tendo diversas utilidades, além, de servir para alimentação animal. Sua vagem tem sabor adocicado, servindo para fazer doces, geleias, farinhas e bebidas. Entre outras utilidades presta-se também para ajardinamento e reflorestamento.

as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País (BACHA, 1991).

No governo Médici (1969-1974), consolidou-se o regime autoritário e desenvolvimentista e deixava explícito que para o imperialismo não interessava a não industrialização do país. O apoio do capital internacional no Brasil fez com que alcançasse o maior desenvolvimento da sua história. Os latifundiários tinham uma visão preconceituosa do povo brasileiro que postulavam como “despreparados”. Assim, bastava o desmatamento e ampliação da área cultivada para se obter o aumento da produção e isto gerou uma tradição de pouco respeito da conservação dos recursos naturais, a não ser nas letras dos hinos e nos símbolos da nacionalidade (GONÇALVES, 2013).

Os programas continuaram e no ano de 1974, o Banco do Brasil criou um programa clamado Fundo de Investimento Setorial – Florestamento (FISSET), abrangendo turismo, pesca e reflorestamento, principalmente para as empresas da região sudeste que poderiam deduzir até 17,5 % de seu imposto de renda em programas de desenvolvimento, criado também o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), e o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), esses programas tiveram como objetivo distribuir os incentivos fiscais entre setores e regiões (MARTINS, 2006).

Durante os anos de 1980, as pressões internas e externas (ecologistas dos EUA e dos países europeus) contra os desmatamentos levaram o Governo Federal a tomar medidas para diminuí-los. Essas medidas levaram à reformulação institucional dos órgãos executores da política florestal e do meio ambiente, criando normas e leis que disciplinassem a exploração de áreas florestais e a criação de florestas nacionais. Os órgãos criados para atender o setor foram a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), extinguido o Instituto Brasileiro Desenvolvimento Florestal (IBDF) e criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A partir dessa autonomia, são criadas as Florestas Nacionais (FLONAS) como Amazônia Legal, de Purus (AM), Macauã (AC), Bom Futuro (RO), do Amazonas, de Roraima, de Tefé (AM), e do Amapá (AP), ainda dentro da nova política de criação de Flonas foram incluídas as terras indígenas (BACHA,1991).

A criação das florestas nacionais com espécies nativas é considerada verdadeiras áreas de conservação ambiental pela biodiversidade. Já os reflorestamentos com pinus e eucaliptos que usam o marketing da proteção ambiental e desenvolvimento sustentável para a plantação de florestas com uma espécie (monocultura), é uma lavoura comercial, e requer extensas áreas, quebrando a cadeia biológica do bioma onde está inserido, provocando

alterações ambientais na diversidade florística e faunística e acentuando a escassez de água com a destruição de nascentes e rios.

### *2.3.2 O reflorestamento para o papel celulose*

O aumento do consumo de papel e celulose no mercado global pode ser visto na seguinte citação:

Que tal derrubar 100 mil árvores por mês sem atrair a ira dos ambientalistas? Conheça a estratégia sustentável da Eldorado Brasil, que está transformando Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, na capital mundial das florestas plantadas. Com investimentos de R\$ 7,5 bilhões até 2017, a empresa do Grupo J & F duplicará a produção de celulose para quatro milhões de toneladas. (REVISTA DINHEIRO RURAL, out. 2013).

Na reportagem da Revista Dinheiro Rural, há um alvo de consumo no mercado global da pasta de celulose que é a China, destacando que não poderá sair do radar das empresas brasileiras, principalmente neste ramo, porque a população chinesa que está em 1,3 bilhões de habitantes, em pouco mais de uma década serão 1,5 bilhões, ficando subentendido que o consumo dos produtos de papel e celulose crescerá.

As monoculturas de eucalipto estão intimamente ligadas às indústrias de papel celulose, mas nem sempre isso ocorreu, as primeiras indústrias para suprir suas necessidades com matéria prima contratavam empreiteiras para o fornecimento.

De acordo com Baquero (1992), as indústrias de reflorestamento surgem em São Paulo nos anos de 1966 e 1970 pelos incentivos fiscais. Isso impulsionou os segmentos fez com que inúmeras pequenas e médias empresas plantassem pinus motivadas pelo objetivo de recuperar parcelas do imposto de renda do que propriamente com seu fim. Antes de 1966 não havia o reflorestamento pela indústria de papel celulose. Somente depois deste ano é que se passou a ter empresas integradas.

Para o BNDES (2013), os setores de papel e celulose, usam 100% de sua matéria – prima em madeira de eucalipto e pinus que provém de florestas plantadas. Muitas empresas possuem suas próprias florestas, que se caracteriza por serem extensas e localizadas em regiões pouco desenvolvidas.

Conforme a figura 1 da Associação Brasileira de Papel Celulose (BRACELPA), essas áreas possuem um caráter estratégico para exportação da pasta de celulose, já que o setor de papel não tem expandido como o da pasta. O Brasil possui a maior superfície

plantada de eucalipto do mundo, são 5.500 de áreas plantadas com florestas artificiais que representa 0,65% do Território Nacional (SCHLESINGER, 2008).

De acordo com a BRACELPA (2013), são 220 empresas nesta atividade em 540 municípios, localizados em 18 Estados que correspondem a:

\*2,2 milhões de hectares de florestas plantadas para fins industriais

\*2,9 milhões de hectares de florestas preservadas

\*2,7 milhões de hectares de área florestal total certificada

\*Exportações: US\$ 6,7 bilhões

\*Saldo Comercial: US\$ 4,7 bilhões

\*Impostos pagos: R\$ 3,5 bilhões

\*Emprego: 128 mil empregos diretos (indústria 79 mil, florestas 51 mil) e 640 mil empregos indiretos.

**Figura 1** – Área de florestas plantadas do setor brasileiro de celulose e papel



**Fonte:** BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel (2013).

As empresas de reflorestamento ligadas à cadeia de produção do papel celulose foram beneficiadas com o “Market de sustentabilidade”, por usarem fibras de pinus e eucalipto de florestas plantadas. Mas os estudos comprovaram que essas plantas, no que se

referem à fibra para a produção industrial de papel e celulose, demonstraram um nível de produtividade melhor do que as árvores de florestas nativas (VIANA, 2004).

Esse modelo também sofre com as pressões ambientais porque ao exportar são exigidos pelos países importadores que a lei seja cumprida conforme determinada em seus territórios, neste caso as empresas necessitam das certificações internacionais.

Os maiores problemas ambientais nesse setor, de acordo com Schlesinger (2008), estão relacionados à água. Na indústria para produzir uma tonelada de pasta celulose são usadas 57m<sup>3</sup> de água, valor considerado bastante elevado, e nas plantações de pinus e eucalipto compreendida pela monocultura os problemas estão em três elos que se completam, o primeiro é a diminuição de água no solo, essas espécies tem um alto consumo que é característico da espécie; o segundo é a dependência de agroquímicos que contaminam o solo, as águas superficial e subterrânea e o terceiro é a redução da biodiversidade.

Para Almeida (2012), o estado brasileiro que mais possui florestas plantadas com eucalipto é o Estado de Minas Gerais, conforme tabela 1.

**Tabela 1** - Plantios (ha) de Eucalipto nos Estados do Brasil (2005-2011)

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MG	1.119.259	1.181.429	1.218.212	1.278.210	1.300.000	1.400.000	1.401.787
SP	798.522	915.841	911.908	1.001.080	1.029.670	1.044.813	1.031.677
BA	527.386	540.172	550.127	587.610	628.440	631.464	607.440
ES	204.035	207.800	208.819	210.410	204.570	203.885	197.512
MS	113.432	119.319	207.687	265.250	290.890	378.195	475.528
PR	114.996	121.908	123.070	142.430	157.920	161.422	188.153
RS	179.690	184.245	222.245	277.320	271.980	273.042	280.198
SC	61.166	70.341	74.008	77.440	100.140	102.399	104.686
PA	106.033	115.806	126.286	136.290	139.720	148.656	151.378
MA	60.745	93.285	106.802	111.120	137.360	151.403	165.717
Outros	*****						
<b>Total</b>	<b>3.462.719</b>	<b>3.745.794</b>	<b>3.969.711</b>	<b>4.325.430</b>	<b>4.515.730</b>	<b>4.515.730</b>	<b>4.754.334</b>

Fonte: ALMEIDA (2012).

Org. MARQUES, J. B. (2013).

Entretanto, parte significativa do reflorestamento de eucalipto no Estado de Minas Gerais está relacionada à cadeia produtiva ligada às siderúrgicas da região metropolitana de Belo Horizonte no Quadrilátero Ferrífero.

A abordagem a seguir trata do reflorestamento no Noroeste Mineiro para o abastecimento dos polos siderúrgicos da região Metropolitana de Belo Horizonte.

### 2.3.3 O reflorestamento para siderúrgicas

A produção de carvão vegetal em escala comercial surgiu no estado de Minas Gerais no início do século XIX, nas cidades de Mariana e Ouro Preto, a farta abundância de minério de ferro e floresta de Mata Atlântica foram fatores determinantes. Por isso as medidas estaduais de apoio ao reflorestamento são marginais e complementares às do Governo Federal. É a partir dos anos de 1920 e 1930 que se implantou a cultura do eucalipto neste estado para atender as usinas siderúrgicas, mas só em 1938 que houve a criação o Conselho Florestal do Estado, através do decreto lei nº 20 de 30 de agosto para regulamentar o desmatamento de florestas (SILVA, 2000).

Na década de 1960, o território do Cerrado foi inserido na economia nacional mediante capital comercial desenvolvido e consolidado na agricultura. As características do meio físico, solos profundos, arenosos, quimicamente pobres em bases, topografia relativamente plana a suavemente ondulada, como também a localização desse território no centro do país propiciaram a expansão da agrícola nos padrões da modernidade, e do desenvolvimento científico.

Inicialmente, os reflorestamentos com espécies exóticas se devem às necessidades crescentes de madeira para a produção de carvão vegetal para as indústrias siderúrgicas, devido à redução das reservas nativas e às pressões governamentais para o plantio florestal como auxílio à reposição da vegetação nativa desmatada. Neste sentido, as empresas siderúrgicas passaram a investir em suas próprias florestas de produção com apoio legal e creditício. (CALIXTO, 2006).

O Estado apoiou a implantação das florestas de eucalipto, criando órgãos para o acompanhamento da atividade florestal. Assim, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) foi criado 1962 e tinha como objetivo planejar, coordenar e executar a política florestal de Minas Gerais; administrar parques e reservas biológicas estaduais; cuidar da educação florestal; e promover a fiscalização e o policiamento florestal do estado.

Uma das políticas florestais que completou o cenário para o reflorestamento foi a lei nº 5.106 de 02 de setembro de 1966 e do Decreto lei nº 1.134 de 16 de novembro de 1970, que concedeu incentivos fiscais aos empreendimentos aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e contou com linhas de crédito especial para criação dos grandes projetos de reflorestamentos de Pinus e Eucalipto (SILVA, 2000).

Outro órgão criado foi a RURALMINAS em 1966, que teve como objetivo resolver os problemas de ocupação do Cerrado face ao vazio demográfico e desenvolver uma

infraestrutura econômica, que gerasse uma produção de excedentes agrícolas para o mercado do território goiano, e propunha ainda contribuir para acelerar o crescimento da economia mineira (GRISOTTO, 2003).

As medidas estaduais para o reflorestamento duraram quase 46 anos, sendo que as iniciativas de reflorestamentos contaram com as necessidades das empresas privadas, que passam a ter maior dinamismo a partir de 1967, com os incentivos fiscais promovidos pelo governo federal. Assim, na década de 1970 o Estado de Minas Gerais passou a ser o maior polo siderúrgico do mundo a exploração do carvão vegetal.

Os cinco maiores municípios reflorestados em 1980, em Minas Gerais, foram Januária, João Pinheiro, Rio Pardo de Minas, Lassance e Antônio Dias e apresentaram alta concentração de terras a partir do reflorestamento. Bacha (1991) chamou a atenção pelo fato de que dois milhões de hectares dessa área reflorestada estão em Minas Gerais, possuindo 2.514.161,04 ha reflorestados com *Eucalyptus* e *Pinus*, dos quais 284.718,48 ha estão localizados na região Noroeste, ou seja, 11,32% do território estadual. O município de João Pinheiro possui a maior área de reflorestamento do Estado com 199.069,30 ha (DUBÉ, 1999). Mas em 2007 a área plantada de eucalipto foi de 1.071.035 ha (RESENDE et al., 2013).

Os reflorestamentos de eucaliptos têm como um dos fatores determinantes para a evolução do uso dos produtos, o discurso de sustentabilidade do meio ambiente e social. Assim, a crescente indústria energética está ampliando a demanda por seus produtos no mercado interno e externo. Atualmente (2013), o agronegócio é o setor responsável pelas exportações no Brasil.

Para compreender como ocorreram as transformações sociais, econômicas e ambientais na Fazenda Boa Esperança, a próxima seção irá mostrar os caminhos trilhados na pesquisa.

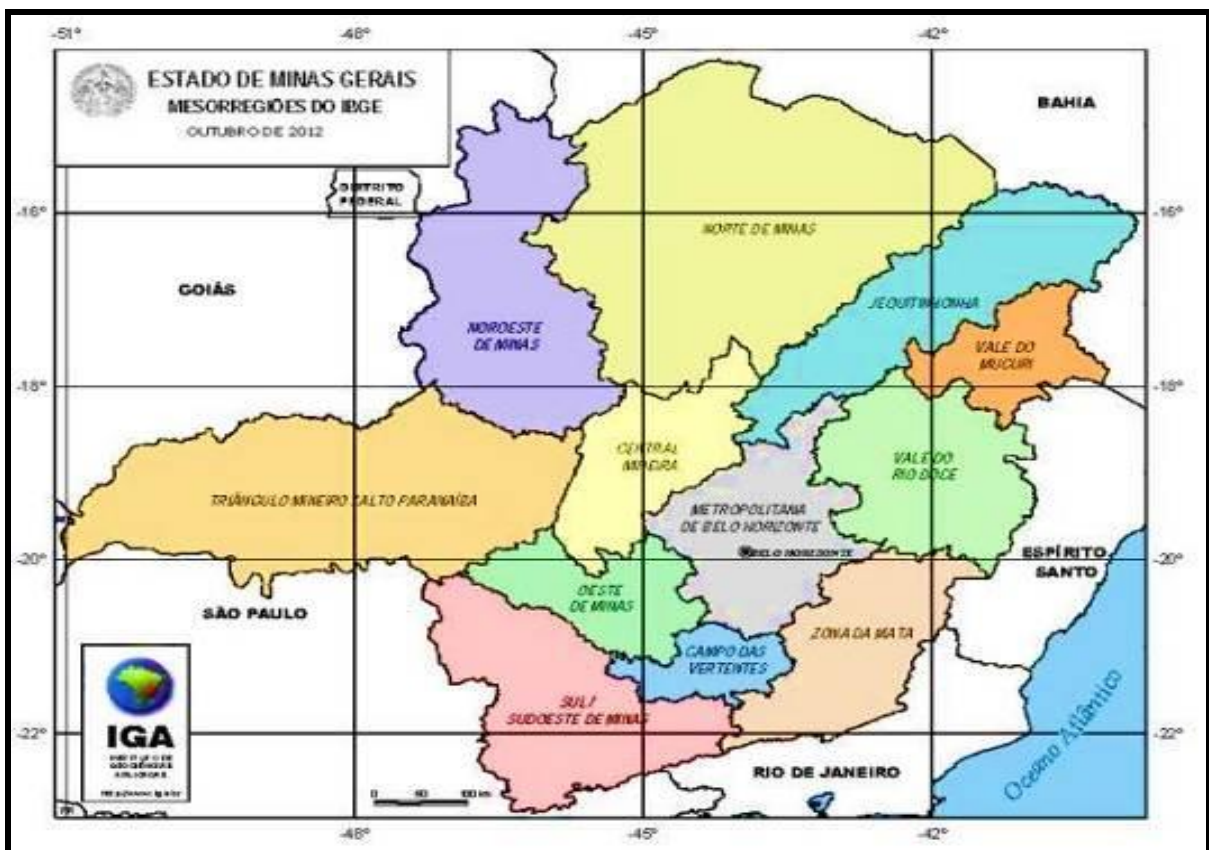
### 3 O NOROESTE MINEIRO NAS “TRILHAS” DA PESQUISA: os caminhos da investigação

#### 3.1 Noroeste Mineiro, João Pinheiro, Fazenda Boa Esperança: conhecendo a área da pesquisa

##### 3.1.1 Noroeste Mineiro: o ponto de partida

O estado de Minas Gerais, de acordo com o IBGE, possui 12 mesorregiões e 66 microrregiões, como mostra o mapa 2 e o quadro 2. Esse modelo de divisão é importante para elaboração de políticas públicas e também no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2013). Nessa divisão o planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais ficam evidenciadas.

**Mapa 2** - Mesorregiões do estado de Minas Gerais – 2012



Fonte: GOVERNO DE MINAS GERAIS (2013).

**Quadro 2** – Mesorregiões de Minas Gerais

<b>Mesorregiões de Minas Gerais</b>			
1	Noroeste de Minas	7	Metropolitana de Belo Horizonte
2	Norte de Minas	8	Vale do Rio Doce
3	Jequitinhonha	9	Oeste de Minas
4	Vale do Mucuri	10	Sul e Sudoeste de Minas
5	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	11	Campos das Vertentes
6	Central Mineira	12	Zona da Mata

**Fonte:** GOVERNO DE MINAS GERAIS (2013). **Org.** MARQUES, J. B. (2003).

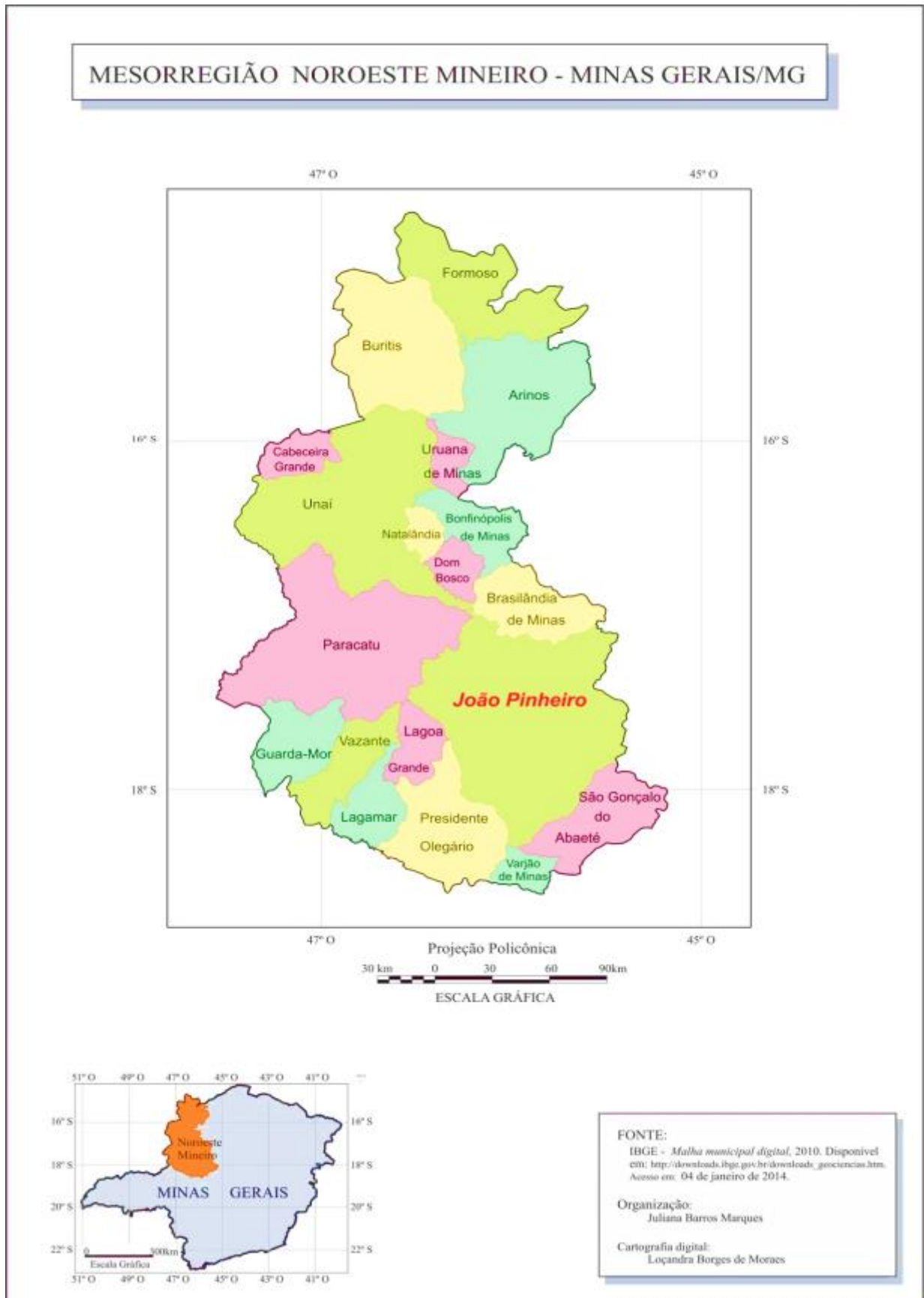
A mesorregião do Noroeste Mineiro possui 22 municípios em um território de aproximadamente 60.906,30km<sup>2</sup>, compreendendo os municípios de Chapada Gaúcha, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Presidente Olegário, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté, São Romão, Uruana de Minas, Uruçuia, Varjão de Minas e Vazante (Mapa 3) (DUBÉ, 1999).

A população total deste território é de 313.495 habitantes, dos quais 82.938 vivem na área rural, o que corresponde a 26,46% do total. O Noroeste possui 13.965 agricultores camponeses, 4.323 famílias assentadas e 14 comunidades quilombolas. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,73 considerado médio (SIT, 2013).

Os programas de apoio não atendem à população como deveriam. Isso gerou altos índices de pobreza, conforme verificado pelo Produto Interno Bruto (PIB) das macroregiões administrativas de Minas Gerais. O estado de Minas Gerais teve um PIB em 2012 de R\$ 351,4 bilhões com a participação em porcentagem das regiões de planejamento, conforme indica a Fundação João Pinheiro (FJP) em 2013, na tabela 2.

As desigualdades referentes ao norte de Minas Gerais que ficou à margem da história mineira por muito tempo foi contada por Mata-Machado (1991), sendo pouco representado na literatura e quando é citado apresenta o “jeito de viver do sertanejo” ou as características do ambiente como aparecem no Sertão de Euclides da Cunha. Quando há referências o foco é o Rio São Francisco, que foi estudado por pesquisadores de todo o país, porque teve relevante importância como caminho da civilização brasileira na época da mineração do ouro e da pecuária, fatores que contribuíram para o povoamento do interior brasileiro.

**Mapa 3 – Mesorregião Noroeste Mineiro – Minas Gerais**



**Fonte:** MORAES (2013).

**Org.** MARQUES, J. B. (2013).

**Tabela 2-** Participação das Macrorregiões de Minas Gerais no PIB - 2012

<b>Macrorregiões de Minas Gerais</b>	<b>Porcentagem(%)</b>
Norte	4
Noroeste	1,8
Jequitinhonha /Mucuri	1,9
Central	46,6
Rio Doce	6,3
Zona da Mata	4
Triângulo	7,6
Alto Paranaíba	11,2
Centro – Oeste	4,5
Sul de Minas	12,2

**Fonte:** FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013) **Org.** MARQUES, J. B. (2013).

Assim, o processo histórico de ocupação do Noroeste Mineiro é descrito por Mata-Machado (1991), Prado Jr (1992), Ribeiro (2000), Grisotto (2003) e Brito, (2006), enfatizando os momentos marcantes de múltiplos determinantes como mineração, expansão comercial, migração entre regiões, organização territorial e fatores econômicos que acabaram por delinear a organização na estrutura fundiária, nas relações de trabalho e de produção nesse território.

Esse povoamento teve início com dois processos que esboçaram nesse território características sertanejas, um foi pela expansão da criação de gado nordestino e outro pelas bandeiras paulistas, formando o binômio latifúndio-minifúndio, verificando que, da mesma forma que se encontram grandes propriedades muitas vezes pouco exploradas, encontram-se também pequenas propriedades exploradas com atividades diversificadas, com o uso da força de trabalho familiar (BRITO, 2006).

A mineração se configurou como fator de povoamento de agricultores camponeses no Norte de Minas, esse período foi importante para dinamizar, mas depois, pelo mesmo processo de mineração, ocorreu o isolamento desse território pela coroa, que, com o contrabando do ouro e a sonegação de impostos, fez restrições ao comércio, estabelecendo novas rotas comerciais no século XVIII (PAULA, 2009).

Dessa forma, a mineração e a criação de gado se somaram e alteraram outras formas de apropriação do mundo natural já praticada em períodos anteriores ao século XV, como a coleta, caça, pesca e agricultura, deixando esse território relativamente isolado dos centros

econômicos do país e de outros territórios desenvolvidos do próprio estado de Minas Gerais (RIBEIRO, 2000).

O processo de ocupação e formação do campesinato neste território é explicado por Grisotto (2003).

A existência de grande quantidade de terra inexplorada na região Noroeste permitiu que estes primeiros habitantes ocupassem vastas extensões, constituindo grandes fazendas de criação de gado. Algumas cidades da região tiveram maior importância na atividade de transporte de mercadorias, tendo momentos de desenvolvimento seguido por longos períodos de decadência, como foi o caso do município de Pirapora - MG. Contudo, o elemento fundamental para a compreensão da dinâmica econômica e social do Noroeste mineiro foi à presença do grande fazendeiro. A sociedade agrária regional, a partir do século XVII, foi sendo constituída por proprietários de grandes fazendas, vaqueiros, camaradas e agregados. As propriedades rurais eram agrupamentos de parentes, em que uns eram subordinados a outros mais influentes, constituindo clãs que dominavam extensas regiões. (GRISOTTO, 2003, p.7).

A formação de campesinato de fronteira foi determinante para ocupação desse território, principalmente quando se refere às capitanias da Bahia e Pernambuco. Os vaqueiros vinham desses territórios e fixavam, criando povoamento e levando a herança do modelo de fazendas do tipo sertanejo com povoamento escasso, mas com uma diferença marcante em relação ao meio nordestino, o Noroeste Mineiro não possui secas severas, apenas um clima tropical-quente-subúmido, caracterizado pelo bioma do Cerrado (PRADO Jr, 1992).

Com essas características a maneira de viver, ou seja, "o gênero de vida humana"<sup>9</sup> do Noroeste ficou como um prolongamento da Bahia, que foi sendo povoada pelas fazendas de gado, e esses migrantes subiram pelas margens do São Francisco e alcançaram o seu afluente, o rio das Velhas. Esse território do norte de Minas Gerais se diferencia do sul deste estado porque muito antes de se formar Minas Gerais, que tem suas características de povoamento do sul do país, o norte já se encontrava ocupado pelos baianos (PRADO Jr, 1992).

O Noroeste Mineiro foi rota de passagem das populações retirantes que se destinavam, principalmente, a São Paulo e muitas delas ao se fixar neste território formaram núcleos de agricultores camponeses. Foi através das migrações pelo rio São Francisco e da "estrada Baiana", que ligava os estados de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX, que passaram muitas levas de "flagelados da seca" pelos vapores. As migrações oriundas do Nordeste constituem marcos histórico pelo território brasileiro, devido à seca que assola a região e o processo de expropriação camponesa

---

<sup>9</sup> SORRE ratifica a importância de conteúdo do conceito e afirma que "a noção de Gênero de Vida, é extremamente rica, pois abraça a maioria, se não a totalidade das atividades do grupo e mesmo dos indivíduos. [...] estes elementos materiais e espirituais são, no sentido exato da palavra, técnicos, processos transmitidos pela tradição e graças aos quais os homens se asseguram uma posse sobre os elementos naturais. Técnicas de energia, técnicas de produção de matérias-primas, de maquinaria, são sempre técnicos, como as instituições que mantêm a coesão do grupo assegurando sua perenidade". (SILVA, 1994, p.1).

ao longo da história do país, colaborando para ocupação de outros territórios (PAULA, 2009).

Mata-Machado (1991) fez uma análise das famílias rurais no Noroeste Mineiro, destacando que um número significativo de famílias eram oriundas de vaqueiros enriquecidos e que, por motivos diversos, como o comércio ou a política, possibilitaram acumular fortuna em gado. As cidades foram crescendo e reproduzindo características e relações políticas, sociais e econômicas que estão relacionadas com o latifúndio, o coronelismo e o clientelismo.

No contexto histórico de ocupação do Noroeste Mineiro, as famílias apresentam uma organização com características de agricultores camponeses que, de acordo com que foi apontado, há uma constatação que é pela lida com a terra que vão surgindo outras áreas da economia, e é a partir do campesinato que vão se estruturando outros protagonistas da história.

Nesse sentido, houve várias tentativas de reorganização territorial para o rompimento do isolamento com outras áreas, e Grissoto (2003) destacou bem estes períodos (Quadro 3).

### Quadro 3 - Processo econômico para dinamizar a economia no Noroeste Mineiro

1902 e 1911	Ocorreu o auge da exportação de borracha pelo noroeste mineiro e a grande demanda por esse produto estimulou os fazendeiros a plantarem a maniçoba, pois até então só a planta nativa era explorada.
1925	O Estado concebeu um vasto plano que previa o desenvolvimento de lavouras de algodão e mamona, bem como o aparelhamento da indústria madeireira e da pesca; além disso, previa a construção de estradas de rodagem para completar a navegação fluvial, a construção de portos, a instalação de colônias à margem do rio e de um campo de sementes para seleção e distribuição à população local.

Fonte: GRISSOTO (2003).

Org. MARQUES, J. B.(2013).

Mesmo com as tentativas de romperem o isolamento, os esforços foram, praticamente, em vão, pois não foram suficientes para uma nova dinamização econômica e social deste território. Apenas nos finais da década de 1950 houve uma dinâmica como demonstrou Grissoto (2003), ressaltando que a construção da cidade de Goiânia e da capital, Brasília, bem como a instalação da Usina Hidrelétrica de Três Marias, impulsionaram o processo de desenvolvimento de infraestrutura básica que inexistia neste território. Nesse mesmo contexto ressaltou:

A construção da rodovia BR-040 foi o destaque desse desenvolvimento, pois fez a integração do noroeste do estado com os grandes centros industriais do país. Apesar do desenvolvimento em diversos ciclos de prosperidade econômica, até a década de 60 a região do cerrado mineiro ainda não havia sido utilizada por atividade agrícola de cunho mais intensivo. É a partir da década de 60, com mais intensidade na década de 70, que essa região se integra ao processo de desenvolvimento econômico do

país, no bojo da modernização da agricultura. Os governos militares passaram a programar políticas de incentivo à entrada do capital no campo, que se apresentavam sobre a forma de diversos “planos de modernização” e tinham como intuito integrar o noroeste mineiro e demais áreas do cerrado e do Centro-Oeste e, por conseguinte, ao desenvolvimento econômico do país. (GRISOTTO, 2003, p.11, grifos do autor).

O processo histórico e a organização do Noroeste Mineiro são para ressaltar múltiplos processos, exigindo um esforço complexo de fatores que vão se formando na construção política, econômica e histórico-cultural, passando a se metamorfosear, acabaram dando certa hegemonia na paisagem do “sertão mineiro”<sup>10</sup>.

Nessa perspectiva, aborda-se João Pinheiro que compreende um dos município do Noroeste Mineiro e objeto de estudo dessa pesquisa.

### *3.1.2 João Pinheiro: o locus da Fazenda Boa Esperança*

O município de João Pinheiro é o maior município em extensão territorial desse estado com 10.717km<sup>2</sup> e uma população estimada de 47.549 habitantes (IBGE, 2013). A vegetação típica é a de Cerrado nos topos planos a suavemente ondulados e, nos fundos de vale, Mata de Galeria e Ciliar junto aos cursos d’água.

Na divisão das regiões administrativas de Minas Gerais, o município está na Região Noroeste (RA-1), enquanto pertence à Macrorregião de Planejamento VII, do mesmo nome. Nessa macrorregião, João Pinheiro localiza-se na microrregião de Chapadões do Paracatu, segundo a nova regionalização estabelecida pela SEPLAN-MG em 1994. Os limites territoriais do município são a leste, Buritizeiro; a oeste Lagoa Grande e Paracatu; a sul Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté e Varjão de Minas, e a norte Brasilândia de Minas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO, 2012).

A estratégica localização do município no Noroeste de Minas, na região do Urucuia, proporciona permanente intercâmbio comercial e cultural com quatro capitais, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília e importantes cidades da região, tanto no Triângulo Mineiro como no norte do Estado. A economia do município está articulada em torno do agronegócio, com destaques para a pecuária (bovinos de leite e corte), atividade agroflorestal e sucroalcooleiro. Duas rodovias importantes, a BR-040 e BR-356, passam pelo município, além da MG-181, que fazem a ligação do município com outras partes do país, como também com

---

<sup>10</sup> Entre viajantes, romancistas e historiadores, a palavra sertão é um termo comum para representar os territórios de domínio da pecuária extensiva no interior do Brasil (MARTINS, 2011).

outros centros importantes do Estado.

Devido à extensão territorial e longas distâncias entre seus distritos e comunidades camponesas, o município encontra-se desprovido de um sistema de transporte intermunicipal que atenda satisfatoriamente à população. Embora possua mais de 5 000 km de estradas vicinais, algumas de suas áreas ficam mais isoladas, como as comunidades camponesas de Mandacaru, Malhadinha, Malhada Bonita, Veredas e a região de Campo Grande, às margens do rio Paracatu (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO, 2012). Pela Lei estadual nº 8285, de 08-10-1982, foram criados os distritos de Luizlândia do Oeste (JK) e Santa Luzia da Serra, ex-povoados e anexados ao município de João Pinheiro. Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o município é constituído de sete distritos: Caatinga, Cana Brava, Luizlândia do Oeste (JK), Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra, Veredas e São Sebastião (IBGE-Cidades, 2010).

Conforme informa o IBGE (2013), o município de João Pinheiro era conhecido como Santana dos Alegres. Esta era a denominação do primitivo povoado pertencente ao bispado de Pernambuco que deu origem ao município. De acordo com a tradição oral, um boi curraleiro muito bravo que vivia nas adjacências do local, frequentemente, ao anoitecer, ia para o arraial e lá permanecia durante toda a madrugada a mugir. O hábito daquele animal, chamado Alegre, intrigava a todos. Conta-se que esta foi à razão do nome do povoado, formado por volta de 1818 por pequenos fazendeiros e garimpeiros, que ali se fixaram atraídos pelas fartas pastagens e lavras de diamantes. Em 1873, Santana dos Alegres foi elevada a município. Até 1902, o garimpo foi explorado às margens do rio Santo Antônio e no leito de outros cursos d'água.

Santana dos Alegres, em 1911, recebeu seu nome atual, numa homenagem ao ex-presidente do Estado. Em 1925 foram-lhe concedidos foros de cidade e sede de município a formação administrativa do território Municipal de João Pinheiro como pode ser observada conforme quadro 4 (IBGE, 2013).

Em conformidade com Silva et al. (2011), a pecuária foi um fator determinante para o povoamento deste município, o poder local ficava nas mãos dos “coronéis” que detinham muitas “fazendas de gado”. Assim a pecuária representou e ainda representa uma importante fonte de geração de emprego e de renda para o município.

**Quadro 4 – João Pinheiro (MG): formação administrativa do território municipal**

Ano	Formação administrativa
1873	O Povoado de Santana dos Alegres foi elevado a município, estava subordinado ao município de Paracatu (MG).
1911	Recebeu o nome de João Pinheiro (MG), numa homenagem ao ex-presidente do Estado, desmembrado de Paracatu (MG).
1925	Foram-lhe concedidos foros de cidade e sede de município, permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960.
1962	Foi criado o distrito de Olhos d'Água do Oeste e anexado ao município de João Pinheiro (MG).
1983	O município é constituído de sete distritos: Caatinga, Canabrava, Luizlândia (JK), Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra, Veredas e São Sebastião.

**Fonte:** IBGE (2013).

**Org.** MARQUES, J. B.(2013)

Nos dados do recenseamento de 1955, os principais produtos cultivados eram milho, arroz e feijão. No ano de 1960, o algodão também começou a ser cultivado em maior quantidade pelos fazendeiros locais e teve uma expressividade no ano de 1965, até houve a realização da primeira festa do algodão e a primeira festa de exposição. Neste período plantavam muito algodão no município de João Pinheiro, que era exportado para Curvelo diretamente para a tecelagem. Nessa ocasião a festa do algodão, que por sinal os moradores jugam ter sido muito bonita, contaram com desfiles dos colégios, paraquedistas, carros alegóricos enfeitados com algodão, gincana estudantil. No baile ocorreu a disputa da rainha do algodão que contou com três candidatas (Foto 1). O prefeito Esperidião Simões Cunha e Osvaldo José da Silveira organizaram a festa, e tiveram o apoio dos produtores rurais e do povo da cidade; a festa era animada, e exigiu trajes típicos, o discurso de facilidades no transporte produção por meio da BR-040 animava os plantadores, mas os custos dos transportes até a fábrica em Curvelo tornou a produção inviável (SILVA et al., 2011).

A produção de carvão vegetal também fez parte da economia pinheirense nos finais de 1960 e início dos de 1970, contribuindo para o aumento populacional. Assim a produção de carvão é destacado por Silva et al. (2011):

[...] Em 1940, o Estado de Minas já respondia por 90% da produção de ferro gusa do país, posição consolidada nos anos 50, com a implantação do pólo siderúrgico do vale do aço. Na década de 70, Minas Gerais tornou-se o maior pólo siderúrgico a carvão vegetal do mundo.

A implantação das carvoarias foi um dos fatores que possibilitou a geração de emprego e renda no município nas décadas de 60 e 70. Em decorrência da implantação das carvoarias, muitas pessoas das cidades da região migraram para o município e aqui implantaram suas carvoeiras ou vieram para trabalhar no corte das árvores e fabricação do carvão. (SILVA et al., 2011, p.159).

**Foto 1** – João Pinheiro (MG): desfile das candidatas na Festa do Algodão 1965



**Fonte:** Casa da Cultura João Pinheiro (MG).

A partir dos finais de 1960, há um aumento na produção de carvão com a derrubada do Cerrado, marcando a chegada das empresas de eucalipto no município. Essas empresas eram as fornecedoras de matéria prima às empresas siderúrgicas de Minas. De acordo com o entrevistado de número 25,

*as primeiras empresas de eucalipto foram a Tri-Flora, Pains, Mannesmann em 1966 - 1970 por aí. Vendia a fazenda com uso de 40 anos depois a fazenda voltava para o dono, através de contrato, isso na Mannesmann e depois passou a ser Santos Dias, era o mesmo dono que a Mannesmann comprou da cabeceira do córrego Facão até o rio Santo Antônio, que era tudo do Ganga, meu pai, afetando totalmente a população porque nem os passarinhos gosta de eucalipto. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>11</sup>).*

Também na década de 1970 foi implantada a primeira usina de álcool no município, a Destilaria Rio do Cachimbo, BR-040, km 190, na Fazenda Capão ou Lajes no Distrito São Sebastião. Nos anos seguintes, a economia ligada ao setor agroflorestal foi fortalecida e, a partir

<sup>11</sup> Entrevista com agricultor camponês de número 25 na Fazenda Boa Esperança (2013).

dos anos de 1990, o agronegócio se manteve em alta no Brasil e no Noroeste Mineiro.

Na evolução populacional divulgada pelo IBGE (2013) (Tabela 3), nota-se a diminuição da população em relação ao ano de 1991, mas isso se justifica pelo distrito de Brasilândia de Minas (pertencia ao município de João Pinheiro) ter se emancipado, e em 2013 conforme IBGE sua população é de aproximadamente 14 mil habitantes. Localizado em posição estratégica em relação à Brasília, conta com terras férteis para o cultivo, o que faz do município um grande produtor de especiarias e grãos, além da pecuária que tem destaque na economia brasilandense (IBGE, 2013).

**Tabela 3** - João Pinheiro (MG): crescimento populacional (1991 - 2010)

<b>Ano</b>	<b>População</b>
<b>1991</b>	<b>49.956</b>
<b>1996</b>	<b>49.217</b>
<b>2000</b>	<b>41.368</b>
<b>2007</b>	<b>43.229</b>
<b>2010</b>	<b>45.260</b>

**Fonte:** IBGE (2013).

**Org.** MARQUES.J. B. (2013).

Assim, a cidade de João Pinheiro (MG) (Foto 2) tem predomínio de construções horizontais, porém destacam no centro urbano prédios residenciais e comerciais verticalizados construídos nos últimos 20 anos, mostrando mudanças estruturais e econômicas, resultado do espaço vivido e das experiências de seus habitantes, nas conjunções das sucessivas gerações que seguem na forma de organizar este território.

**Foto 2** – João Pinheiro (MG): vista da cidade - 2013



**Fonte:** Prefeitura Municipal de João Pinheiro (2013).

No próximo item será mostrada a localização da área de pesquisa específica que é a Fazenda Boa Esperança, um dos territórios pertencentes ao município de João Pinheiro (MG).

### 3.1.3 Fazenda Boa Esperança: o território da resistência

A Fazenda Boa Esperança, objeto de estudo dessa pesquisa, está a leste do município de João Pinheiro (MG) (Mapa 4), nas margens da BR-040, e a 50km de distância do núcleo urbano deste município, no sentido João Pinheiro - Belo Horizonte. A vegetação é de Cerrado, com Matas Galeria, Ciliar e com áreas de Veredas. Possui solos de textura arenosa, destacando os Neossolos Quartzarênicos, Neossolos Litólicos, Cambissolos e solos Concrecionários. De acordo com a classificação de Lepsch (2002),

Os Latossolos (especialmente os vermelhos) e alguns Neossolos (principalmente os Quartzarênicos, antes denominados áreas Quartzosas) são os mais comuns da superfícies quase planas das chapadas e nas áreas de relevo suavemente onduladas. Constituem feições típicas, inseridas nessa sub-região, as veredas e as matas galerias. Seguindo a direção das nascentes dos rios destacam-se as veredas, caracteristicamente por palmeiras buritis, passando mais à juzante para matas galerias, á medida que os vales alargam-se. Aí ocorrem, nas áreas mais úmidas, Organossolos e Gleissolos e, entre estas e as áreas mais elevadas e quase planas, Plintossolos Pétricos e argissolos (antes denominados solos Concrecionários Laterísticos Podzólicos Vermelho – Amarelos, respectivamente) [...] são ácidos e pobres em nutrientes. Essa acidez (relacionada ao alumínio tóxico) e escassez de nutrientes são algumas das principais causas do aparecimento do cerrado com vegetação natural, em vez de floresta. Não obstante abaixo fertilidade natural, as maiores partes dos Latossolos dessas áreas podem ser utilizadas para agricultura intensiva, desde que se faça a neutralização da acidez, prejudicial, com aplicação de calcário e que se adicione quantidade adequadas de nutrientes, com aplicação de fertilizantes. (LEPSCH, 2002, p. 134).

A EMBRAPA (2007) no sítio virtual<sup>12</sup> destaca que o manejo para esse tipo de solo exige cuidados, principalmente junto às nascentes e aos córregos, por serem friáveis e ressalta a aptidão dos Neossolos Quartzarênicos e dos fatores limitantes ao uso agrícola:

As Areias Quartzosas são consideradas solos de baixa aptidão agrícola. O uso contínuo de culturas anuais pode levá-las rapidamente à degradação. Práticas de manejo que mantenham ou aumentem os teores de matéria orgânica podem reduzir esse problema. Culturas perenes, plantadas em áreas de Areia Quartzosas, requerem manejo adequado e cuidados intensivos no controle da erosão, da adubação (principalmente com N e K) e da irrigação, esta última, visando à economia de água. Caso contrário, há o depauperamento da lavoura, acarretando baixas produtividades. As áreas de Areias Quartzosas que ocorrem junto aos mananciais devem ser obrigatoriamente isoladas e mantidas para a preservação dos recursos hídricos, da flora e da fauna. O reflorestamento de áreas degradadas, sem finalidade comercial, é uma opção recomendável onde a regeneração da vegetação natural é lenta,

<sup>12</sup> Agência de Informações EMBRAPA – Bioma Cerrado

entretanto, o reflorestamento comercial é uma alternativa para as áreas mais afastadas dos mananciais e da rede de drenagem. Por serem muito arenosos, com baixa capacidade de agregação de partículas, condicionada pelos baixos teores de argila e de matéria orgânica, esses solos são muito suscetíveis à erosão. Quando ocupam as cabeceiras de drenagem, em geral, dão origem a grandes voçorocas. Tendo em vista a grande quantidade de areia, nesses solos, sobretudo naqueles em que a areia grossa predomina sobre a fina, há séria limitação quanto à capacidade de armazenamento de água disponível. Apesar de a adsorção de P ser pequena nesses solos, existem problemas sérios quanto à lixiviação de nitrogênio e à decomposição rápida da matéria orgânica. A lixiviação de nitratos e de sulfatos é intensa por causa da grande macroporosidade e da permeabilidade dos solos de textura arenosa. (EMBRAPA, 2007).

Portanto, com relação às terras da Fazenda Boa Esperança, essas pertenciam ao Sr. Teotônio Batista de Sousa e Sra. Luzia de Souza Porto, com área aproximada de 25 mil hectares entre a Vila das Almas e o distrito de Luizlândia do Oeste, conhecido como JK.<sup>13</sup> A organização territorial da Fazenda Boa Esperança foi composta a partir do relato da história guardada na memória coletiva dos agricultores camponeses e de documentos conseguidos em cartório, contextualizada o antes e o depois como divisor a entrada das empresas de eucalipto que ocuparam o território da referida Fazenda, fato que teve como consequência o rompimento das estruturas e formas de vidas tradicionais do território pesquisado.

Para compreender a estrutura organizacional desse território, é preciso contextualizá-lo no processo de ocupação e na trajetória da política brasileira que geraram muitas propriedades nesses moldes. Assim, não tem como compreender a passagem da economia brasileira para o capitalismo, ignorando seu processo de acumulação originária, isto é, a transformação da terra em propriedade fundiária moderna, adquirida através de capital e desta forma monopolizada.

A organização fundiária do passado e a falta de reforma agrária deixou um legado para o país em que alguns possuem imensas propriedades (latifúndios) e outros, pequenas propriedades. No último caso, essa constituição teve determinantes históricos como a dos agregados que acabaram recebendo parcelas desses latifúndios devido a muitos anos de dedicação, pelo uso de terras devolutas demarcando um território, por compra e também e recebimento como herança.

Os registros mais antigos que constam na Comarca de João Pinheiro do Sr. Teotônio Batista de Sousa não constataram que ele era mesmo o proprietário de todo o território da Fazenda Boa Esperança. Mas pela herança que deixou aos seus filhos e netos, é

---

<sup>13</sup> Estas informações foram obtidas por meio das conversas anotadas no diário de campo.

pouco provável que essa terra não fosse mensurável como conta seus herdeiros e agregados. Os funcionários do Cartório de Serviço de Imóveis de João Pinheiro, que atenderam ao pedido para verificar os documentos, disseram que os registros com datas anteriores ficavam a cargo da diocese de Paracatu (MG). Por isso, não foi possível confirmar por meio de registros legais a cadeia dominial da Fazenda Boa Esperança.

O Sr. Teotônio teve 10 filhos. Quando sua esposa, Luzia de Sousa Porto, faleceu sua fazenda foi dividida com os herdeiros que também venderam e dividiram com seus respectivos familiares. Assim, as propriedades camponesas eram um misto de parentes, compadres, comadres e vizinhos em que a maioria sempre ficava subordinada ao mando daqueles mais poderosos singularmente conhecidos como coronéis. Até o apadrinhamento dos coronéis para com seus agregados era uma maneira de manter os mais “fracos”<sup>14</sup> sobre o mando ou ordens dadas.

O relato do entrevistado número 22, com 81 anos e um dos mais velhos deste território, demonstrou a forma de organização antes da instalação das empresas de eucalipto na Fazenda Boa Esperança, também apontada por outros entrevistados:

*As casas eram feitas de pau a pique e as paredes eram barreadas com argilas retiradas das áreas de brejo e cabeceiras de veredas e continha uma cor esbranquiçada. O estrume<sup>15</sup> da vaca era misturado para dar liga que ficava parecida com um cimento, os telhados eram feitos de folhas de buriti bem trançadas, e o chão de dentro das casas era bem batido para o solo ficar plano e liso. A produção dos mantimentos era garantida com a plantação das roças pelos homens, de arroz, feijão, milho, cana, mandioca e algodão. E as mulheres trabalhavam na lida da casa, mas também ajudavam os homens limpando as roças com capinas, além de fiar e fazer roupas para a família de tecidos de algodão isso até na década de 1970. Geralmente as famílias tinham sempre mais de oito filhos e todos ajudavam a cuidar da propriedade. As propriedades camponesas tinham muitos agregados que trabalham no sistema de meeiro, ou seja, a produção deles tinha que ser dividida com o dono da terra, na criação de gado cada três bezerras que nascia um era do trabalhador responsável por olhar o gado e nos dias que trabalhavam para o proprietário da terra o pagamento era feito com rapadura, toucinho e mantimentos, o horário de trabalho era das seis horas até às dezoito horas. Tudo que sobrava da produção como toucinho, rapadura, farinha eram levados para Pirapora em carros de bois com até nove juntas de bois com três ou quatro homens tocando para ser trocado por querosene, açúcar, café, ferramentas como enxadas. A viagem tinha a duração de 15 a 30 dias dependendo da vontade dos tocadores de gado. Havia neste período muitas terras devolutas e a criação de gado era a solta nas áreas dos gerais, a venda de gado só ocorria uma vez por ano quando juntavam o gado e separava aqueles que iam ser vendidos. Geralmente o gado era negociado em São Gonçalo do Abaeté (MG) e de lá eram levados para São Paulo se autotransportando tocados por boiadeiros. Para adquirir as terras devolutas era necessário ir a Belo Horizonte e pagar para os agrimessores do governo de Minas Gerais fazer a medição. Todo o trajeto era feito a cavalo, assim*

<sup>14</sup> O termo fraco é como as pessoas no Noroeste denominam aqueles que não possuem bens materiais, ou trabalhadores que vivem de um salário precário.

<sup>15</sup> Estrume são fezes do gado utilizadas para dar liga a argila.

*eles mediam o alqueire que era pago pelo “fazendeiro”<sup>16</sup>. O tamanho da propriedade dependia da quantidade de dinheiro que possuía para pagar o alqueire. Neste contexto muitos acreditam que os próprios agrimessores ao registrar a Fazenda é que deram o nome de Fazenda Boa Esperança. Os mutirões, treição<sup>17</sup> e coelhos<sup>18</sup>, eram famosos porque depois de um dia inteiro limpando as roças com muitos homens no final sempre ocorriam às festas que geralmente atravessavam a madrugada com muita comida, forró, e as bebidas geralmente era a cachaça e raramente o vinho porque era caro. O Padre ia a cavalo à Fazenda Boa Esperança uma vez por ano, para batizar e casar muitas pessoas de uma só vez. Os enterros eram realizados na própria Fazenda Boa Esperança. Assim o proprietário da fazenda era sepultado nos cemitérios feitos para as famílias que tinham dinheiro. Os agregados eram enterrados no Cerrado onde a família achasse que deveria. (Foto3). Os terços e a Folia de Reis, era o que animava a comunidade e o povo era unido, mais ainda tem. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>19</sup>).*

Com a chegada das empresas de eucalipto, as pessoas tiveram que se organizar. Algumas mudaram para os centros urbanos como João Pinheiro, Brasília, Sete Lagoas (MG), Uberlândia, também foram para o distrito de Luizlândia do Oeste (JK), para o povoado da Vila das Almas e outras permaneciam à margem da lavoura de eucalipto em ranchos.

Houve um misto de alegria e de angústia. A alegria se deve porque muitos agricultores camponeses e agregados nunca tinham sido “fichados”<sup>20</sup>, e as empresas ocupavam todos que quisessem trabalhar e ainda contratava trabalhadores de outras localidades. Os adultos ganhavam de um a dois salários mínimos (cada salário na época (1978) era CR\$ 177 cruzeiros novos dependendo do cargo que ocupavam) e as crianças, que não podiam ser “fichadas”, trabalhavam também e ganhavam meio salário. A agricultora camponesa entrevistada de número 12 relatou porque muitos ficaram alegres com o emprego devido à chegada dos eucaliptos:

*aqui não tinha emprego só tinha o que a gente produzia aqui e meus irmãos tinham 13 anos o mais velho e 11 anos o mais novo e os dois trabalhavam, mas não era fichado na LUCAPE e ganhavam ½ salário mínimo cada um que ajudava nas despesas deles, porque só adulto ganhava 1 salário e os gerentes até 2 salários.(INFORMAÇÃO VERBAL<sup>21</sup>).*

Como as negociações antes eram feitas na base de troca, os empregos começaram a mudar a perspectiva de vida nesse território.

<sup>16</sup> Fazendeiro é como gostavam de serem chamados os proprietários das terras, sendo para eles uma ofensa não os referir desse modo.

<sup>17</sup> Treição é um mutirão solidário feito de surpresa, uma prática comum no meio rural, onde os moradores de uma região se solidarizam pela situação de um vizinho que passa por alguma necessidade e, de surpresa, (de treição), organizam um mutirão para ajudá-lo.

<sup>18</sup> É uma expressão usada no Noroeste Mineiro com o mesmo significado de treição.

<sup>19</sup> Entrevistado 22 um dos agricultores mais velhos que relatou a história da Fazenda Boa Esperança.

<sup>20</sup> Fichado é como se referem às pessoas que trabalham de carteira assinada.

<sup>21</sup> Entrevistada de número 12 nasceu na Fazenda Boa Esperança, tem três filhos adultos e mora em 1 hectare de posse por tempo.

**Foto 3** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): a cruz em meio ao Cerrado marca o sepultamento de um dos familiares de agricultor camponês



**Autor:** MARQUES, J. B. (2013).

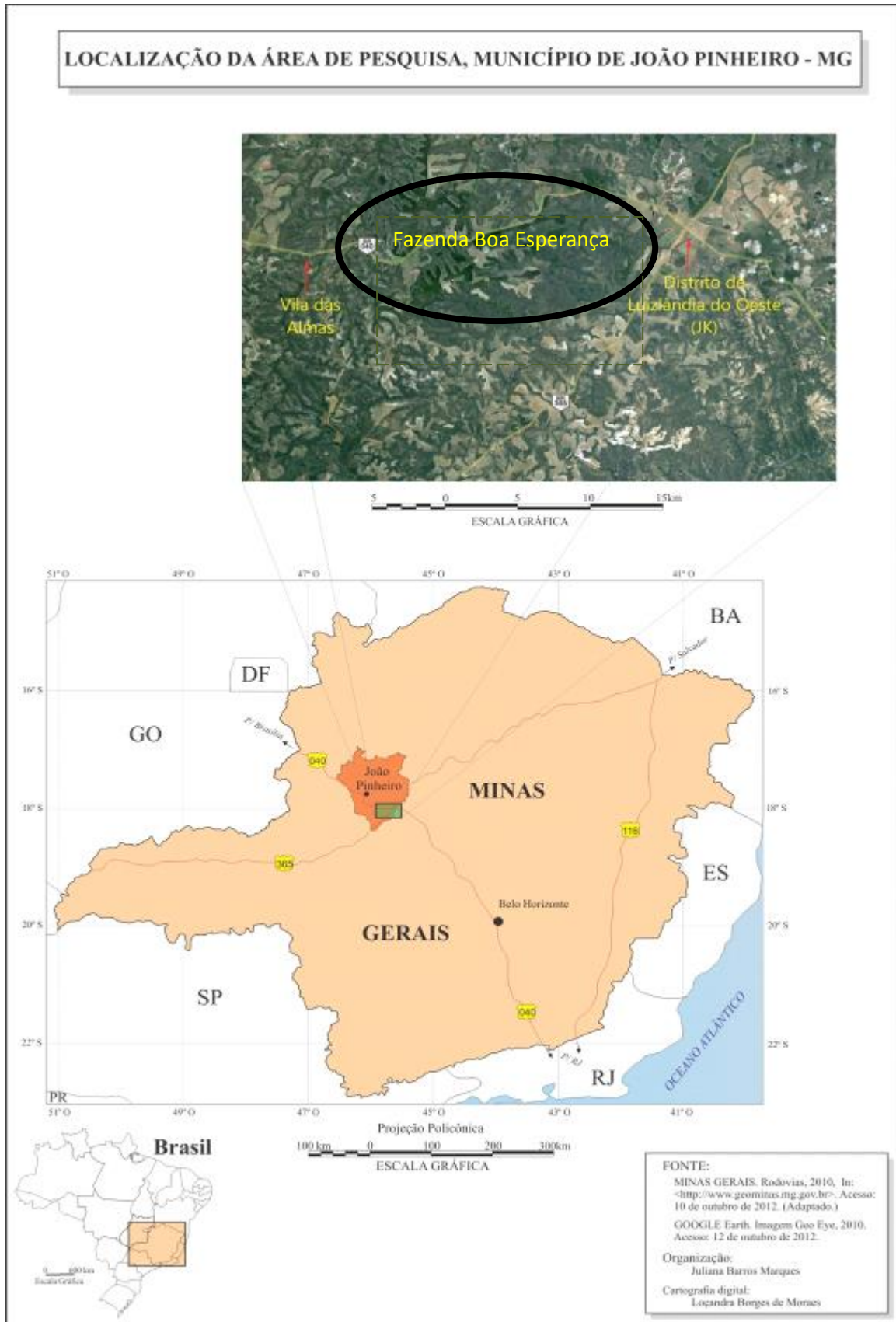
O dinheiro passou a circular no meio dos agricultores camponeses e as produções artesanais das propriedades camponesas, que resistiram, tornaram-se mercadorias para os trabalhadores das empresas de eucaliptos. Aquele era o mercado de consumo mais perto do local onde eles passavam o dia inteiro.

*As empresas de eucalipto trouxe trabalho e nas carvoarias vendia tudo para os que estavam trabalhando, era muita gente! E mudou o ritmo de vida, uns veio até do norte pra trabalhar, só ficava sem trabalhar quem queria por isso muitos que eram preguiçosos venderam as terras e foram pra cidade, tinha trabalho pra desmatar, fazer carvão e plantar o eucalipto. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>22</sup>).*

Os períodos que mais empregaram trabalhadores foram na fase de derrubada do Cerrado para transformar em carvão, a plantação dos eucaliptos e o combate das formigas. Assim, passado esses períodos, os agricultores camponeses foram sentindo o isolamento, em seus territórios, pelos eucaliptais. O esvaziamento do território pelos agricultores camponeses e as mudanças em relação à biodiversidade do Cerrado acabaram com grande parte dos frutos, dos remédios e até da madeira usada para variadas utilidades nas propriedades camponesas (Croqui 1).

<sup>22</sup> Entrevistada de número 11, agricultora camponesa viúva com 45 hectares e três filhos.

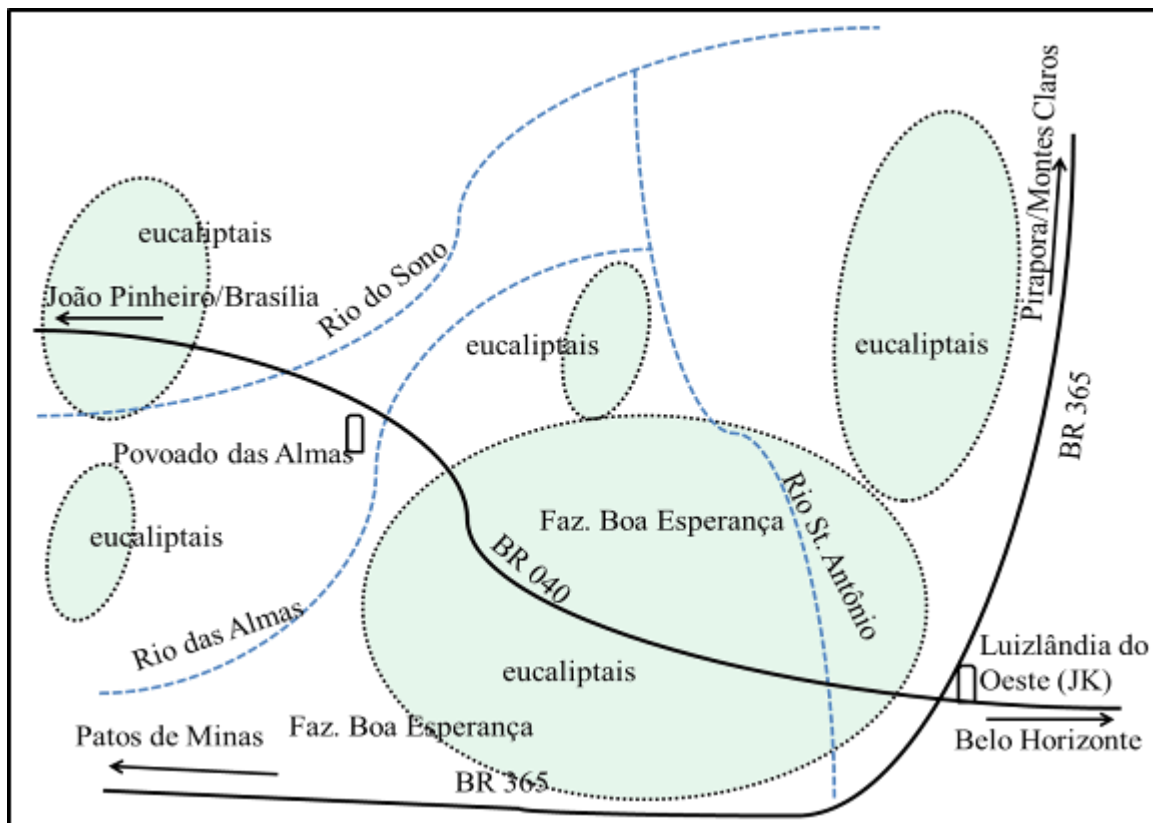
**Mapa 4-** Localização da Fazenda Boa Esperança (João Pinheiro – MG)



Elab. MORAES, L.B. (2012).

Org. MARQUES, J.B. (2012).

**Croqui 1** – Fazenda Boa Esperança /João Pinheiro (MG): entre o Rio das Almas e Rio Santo Antônio



**Autor:** MARQUES, J. B. (2013).

No croqui 1, é possível ter a ideia de como o eucalipto, representado pelas manchas verdes, é predominante na Fazenda Boa Esperança e a localização das propriedades camponesas. Estas ficam nos corredores de manchas brancas. Segundo os agricultores camponeses, que ainda resistem, a dificuldade com a água nos períodos de seca e as dificuldades financeiras são os maiores desafios para sobrevivência.

A ausência de apoio financeiro governamental, associada à pressão do sistema capitalista para vender a propriedade e viver nas “facilidades da vida urbana”, fazem com que os agricultores camponeses, que resistem na terra, aumentem seus laços de afetividade com as pessoas que permanecem e com o lugar.

Os agricultores camponeses que estão na Fazenda Boa Esperança continuam mantendo suas tradições e fazendo aquilo que aprenderam com a herança dos seus antepassados, ou seja, cultivar a terra e cuidar do gado de corte e de leite.

Hoje (2014) esse território, conhecido como Fazenda Boa Esperança, possui 50 propriedades camponesas e 3 empresas de eucalipto, a LUCAPE Siderurgia Ltda, a SANTOS DIAS FLORESTAL, que é a antiga Mannesmann (Vallourec & Mannesmann Tubes ou

simplesmente V&M do Brasil) e a ITAFERRO Florestal. Um fato interessante a ser destacado é que a energia elétrica só chegou neste território em 2011 e os escritórios das empresas localizadas na Fazenda Boa Esperança funcionavam normalmente com os geradores de energia. No próximo subitem trataremos sobre a construção do caminho da pesquisa.

## **3.2 A construção do caminho da pesquisa**

### *3.2.1 O universo teórico da pesquisa*

Na realização da pesquisa, a abrangência do universo teórico envolveu leituras que abordam a agricultura camponesa, o agronegócio e a categoria geográfica território.

A categoria de análise território aqui é entendida pelas relações de poder que estão contidas na análise da dinâmica socioespacial, a partir do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva do território, tem-se a representação do território não institucionalizado do agricultor camponês, envolvido em uma dinâmica de pequena escala, e do outro lado as empresas de reflorestamento organizadas para atender o modo de produção com o apoio do Estado em uma escala global. Dessa forma, os estudos compreendem e mobilizam fatores específicos (dimensão vivida) para refletir sobre a territorialização dos eucaliptais no território do agricultor camponês, esses são os pontos que procurou-se discutir. A partir do levantamento dos trabalhos de Raffestin (1993), Fernandes (2008), Haesbaert (2006) e Saquet (2007) é que essas relações e tramas passam a ser evidenciadas.

Os livros consultados referiram-se às áreas de Geografia Agrária, território e agricultura camponesa que contribuíram para a discussão da temática. Os artigos de periódicos, revistas especializadas também foram utilizados, principalmente, os da área geográfica. Os trabalhos (monografia, dissertações e teses) que exploram a realidade local especialmente as que tratam sobre agricultura camponesa e agronegócio como Oliveira (1986), Pessôa (1988), Santos (2001), Mendonça (2004), Chelotti (2009), Matos (2009), Inocêncio (2010), Morelli (2011), Kudlavicz (2011), entre outros foram essenciais.

As alterações socioespaciais no Noroeste Mineiro levaram a uma reflexão sobre o poder de atuação do Estado através das políticas públicas dentro dos territórios, as transformações ocorreram a partir da modernização da agricultura via territorialização dos eucaliptais no território do Cerrado e a reterritorialização dos camponeses pelo viés da resistência.

No Brasil, a categoria território é expressiva a partir de 1950 e nos finais de 1970, como é destacado por Saquet (2007), na busca do rompimento com as abordagens positivistas e neopositivistas. Mas essa categoria já havia sido mencionada nas primeiras correntes de pensamento geográfico. Conforme destacou Friedrich Ratzel (1988), o território representa uma porção do espaço terrestre identificada pela posse, sendo uma área de domínio de uma comunidade ou Estado. O território corresponde ao espaço geográfico apropriado, nas relações dos seus habitantes com o lugar, não levando em conta somente a extensão territorial (SAQUET, 2007).

Raffestin (1993) enfatiza que o território não pode ser compreendido apenas como espaço. Para este autor o essencial é

[...] compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, e, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O espaço, conforme apontado é territorializado a partir das relações de poder que são constituídas nos lugares. Cada território tem suas singularidades, seus costumes e sua história, que certamente são passados a várias gerações. O território apresenta um caráter relacional e por isso sempre vai além da base material sendo embutido numa complexa rede de relações e ações de indivíduos heterogêneos (RAFFESTIN, 1993).

O pensamento imaterial do território é constituído pelas representações nos valores de uma determinada sociedade. Saquet (2007) considera nesta perspectiva uma abordagem relacional dos tempos históricos e coexistente, as discontinuidades e aspectos da relação sociedade natureza. Assim,

Sucintamente, há uma abordagem (i) material, histórica e multiescalar do desenvolvimento e do território, da desterritorialização e reterritorialização, reconhecendo des-continuidades, desigualdades, ritmos, temporalidades, e territorialidades, [...] numa perspectiva de compreensão do território lugar, que tenta avançar minimamente no entendimento dos fatores e das características multiformes da vida cotidiana, no campo e na cidade, no rural e no urbano. (SAQUET, 2007, p.131).

Dessa forma, as políticas adotadas pelo governo brasileiro usou a tríade - território, população e recurso, montando estratégias para que o modo de produção capitalista fosse incorporado em sua plenitude, atendendo as relações internacionais que não passam de ação de poder do mercado global (RAFFESTIN, 1993).

Nesse processo, os territórios são atingidos por essa economia internacional, ou seja, verticalizada que acabam proporcionando transformações sociais e econômicas nos territórios desmantelando as estruturas pré-existentes.

No Noroeste Mineiro os territórios estão associados ao modo de produção existente no país, os camponeses estabelecidos nestes territórios lutam diariamente no esforço de manter a propriedade, seu autoconsumo e conseguir acompanhar a modernização. Com o crescimento das cidades há uma demanda por alimentos que poderia ser incentivada pelo Estado brasileiro para os camponeses produzirem alimentos e obterem renda a partir do trabalho no campo. Mas o que ocorre é uma inversão desse sentido.

Os camponeses estavam territorializados. Porém, a falta de uma política que os legitimasse e de apoio financeiro do Estado, fez com que ficassem a mercê das intempéries capitalistas. Fernandes (2008) aponta que

[...] pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” das comunidades rurais. Desse modo, as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensificam-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir. (FERNANDES, 2008, p. 280).

Com base na análise, os territórios são contraditórios, existindo um território político que trabalha na égide do modo de produção capitalista e o outro é o território precarizado neste sistema, representado pelos camponeses que, para se manterem usam as relações não capitalistas, caracterizadas pelo trabalho familiar e pela vizinhança (OLIVEIRA, 2001).

Nesta conjuntura, Matos (2011) faz uma reflexão sobre os territórios promovidos pela modernização e como resistência:

Os territórios, da mesma forma que são constituídos, podem, num tempo curto ou longo, ser desconstituídos, dando espaço a outro tipo de território e, por conseguinte, a novas territorialidades. O processo de modernização da agricultura no Cerrado promoveu/e a desterritorialização de muitos camponeses e a territorialização de outros sujeitos (produtores capitalizados vindos do Sul e Sudeste do país), métodos de produção e lavouras. Associadas à territorialização do capital, novas relações sociais de produção e trabalho, políticas e econômicas foram estabelecidas no Cerrado, definindo novas territorialidades nos espaços que foram capturados pelos agentes do capital. (MATOS, 2011, p. 73).

Portanto, entender o território como espaço da ação implica em destacar as especificidades em que cada caso, seja nas forças produtivas do capital, no processo da

modernização da agricultura contextualizado pelo agronegócio, seja no caso do movimento camponês, que verifica no seu lócus de permanência o reconhecimento indetentário como força de luta e de resistência.

Assim, deve se compreender a territorialidade como o conjunto daquilo que se vive no cotidiano, as relações de trabalho, familiares, comunitárias, de consumo, de tal modo a não homogeneizar a sociedade e a paisagem como faz o modo de produção capitalista.

### *3.2.2 A busca de informações: pesquisa documental, os sujeitos da pesquisa e a pesquisa de campo*

#### *3.2.2.1 Pesquisa documental*

A pesquisa documental é a coleta de dados restrita a documentos, escrita ou não e pode ser feita no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. A fonte para buscar os dados pode ser encontrada em arquivos públicos e particulares e fontes estatísticas sob a responsabilidade de órgãos particulares e oficiais (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A construção histórica e compreensão política, econômica, social e cultural do município de João Pinheiro e da Fazenda Boa Esperança estão contidas em documentos. As consultas foram feitas em documentos oficiais referentes ao Município de João Pinheiro (MG), na Prefeitura Municipal, Fundação João Pinheiro, João Pinheiro Cartório de registro de imóveis, Casa da Cultura Dona Geralda Campos Romero, SEPLAN-MG e IBGE e ainda em arquivos particulares dos agricultores camponeses. Diante da importância da consulta às fontes documentais, essas informações sobre a temática de investigação contribuíram para chegar ao resultado final.

Foram feitas investigações na Prefeitura Municipal de João Pinheiro, onde procuramos entender os processos históricos do município e como foi à chegada das empresas de eucalipto na região<sup>23</sup>, assim também como mapas para compreender a organização regional do município e as políticas que tinham recebido a respeito das empresas de reflorestamento.

Assim, conseguimos informações sobre os fatores históricos, fotos da cidade que estavam no site da Prefeitura Municipal. Porém, quando checamos as informações sobre a chegada das empresas de eucalipto, constatamos que não existiam documentos e nem fontes orais que pudessem contribuir para a pesquisa. Fomos por algumas salas de atendimento ao público que não nos concedeu informações. Para tentar conseguir as informações, estivemos

---

<sup>23</sup> A região como organização administrativa do município.

na Câmara dos Vereadores para falar com o vereador X<sup>24</sup> que trabalhava na Fundação João Pinheiro e compreendia sobre o assunto estudado neste território. Infelizmente, o vereador encontrava-se em Belo Horizonte (MG). Também quando perguntamos sobre os mapas do município, o atendente técnico desta área disse que mapas são caros e que a Prefeitura não precisa de mapas na administração pública. A atenção daqueles com quem falamos foram de excelência e pudemos perceber que essas pessoas não tiveram como colaborar com mais informações para a pesquisa.

Na Comarca de João Pinheiro, no Serviço Registral de Imóveis, procuramos por documentos sobre a Fazenda Boa Esperança para montar o processo histórico e buscar a origem do nome desse território.

Outro local para buscar informações foi a Casa da Cultura Dona Geralda Campos Romero, um museu que abriga peças e documentos históricos do município de João Pinheiro. A riqueza de informações de detalhes de cada época passada no município é interessante: os crimes, os prefeitos, as festas de colheitas, um acervo rico da história da vida dos pinheirenses. Todo o acervo relativo a documentos históricos foi mostrado. Adquirimos um livro “Histórias e Memórias: experiências compartilhadas em João Pinheiro” dos autores Silva, Gonçalves e Silva (2011), que conta a história centenária deste município.

Na SEPLAN (MG) - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que tem como objetivo coordenar, formular, executar e avaliar políticas que visem o desenvolvimento econômico, social e institucional de Minas Gerais, procuramos informações do Noroeste Mineiro e do Município de João Pinheiro na organização do território e as políticas públicas adotadas sobre o reflorestamento com eucalipto, o que encontramos está no corpo do texto.

Outro órgão para coleta de informação foi Instituto Estadual Florestal que tem como objetivo cumprir a “agenda verde” do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) atua no desenvolvimento e na execução das políticas florestal, de pesca, de recursos naturais renováveis e de biodiversidade em Minas Gerais. A sede está localizada em João Pinheiro até 2013. A partir desta data será transferido para Unaí (MG), onde conversamos com o engenheiro responsável pela fiscalização das florestas de eucalipto no município. Ele passou todo o contexto da implantação das florestas de eucalipto, assim como os problemas enfrentados por essa instituição na fiscalização das mesmas e de outros territórios de responsabilidade do Instituto.

---

<sup>24</sup> Conforme comitê de ética da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão não será citado os nomes dos entrevistados pela ética profissional para o não comprometimento e nem prejuízo pela pesquisa realizada.

No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram coletados dados sobre a região do Noroeste Mineiro e dos municípios pertencentes a ele, sobre a vocação da produção regional e sobre a silvicultura e os dados populacionais.

Nos arquivos particulares dos produtores camponeses foram verificadas nas escrituras das propriedades camponesas na Fazenda Boa Esperança, pistas para compreender a organização territorial no passado.

### *3.2.2.2 Os sujeitos da pesquisa e a pesquisa de campo*

Os sujeitos da pesquisa são os agricultores camponeses. O primeiro contato ocorreu antes mesmo do trabalho de campo, no ano de 2002, na visita aos parentes na Fazenda Boa Esperança, nos meses de férias escolares. Assim nos deparamos com pessoas vindas de vários lugares como Brasília, Curvelo, Três Marias, do distrito de Luzilândia do Oeste (JK), da Vila das Almas<sup>25</sup> que estavam nas propriedades na Fazenda Boa Esperança para a festa de Folia de Reis que ocorre todo ano. As pessoas mostravam saudosas, contando que muitas famílias habitavam nesse território e que a vida tinha sido transformada desde a chegada dos eucaliptais.

Esse primeiro contato fez surgir a ideia de pensar em um projeto de pesquisa que pudesse verificar os verdadeiros motivos do esvaziamento deste território e porque o interesse dessas empresas de reflorestamento em escolherem o município de João Pinheiro (MG) para a implantação das lavouras de eucalipto.

Nesse contexto, foram surgindo outras reflexões como: por que alguns agricultores camponeses resistiram às investidas do capital e não quiseram vender sua propriedade para as empresas de reflorestamento? E porque um território relativamente grande tinha um único nome que é Fazenda Boa Esperança. Depois do projeto feito, com a ajuda dos próprios agricultores camponeses, fomos identificando quantas propriedades ainda existiam na Fazenda Boa Esperança. Conseguimos classificar 50 propriedades e 3 empresas de eucaliptos.

Nesse propósito, era necessário o trabalho de campo para que os próprios agricultores camponeses pudessem responder a essas questões. O trabalho de campo é um momento prazeroso durante a pesquisa e neste instante que percebemos se o que está sendo discutido se confirma ou não na vida daqueles que foram os verdadeiros protagonistas das ações do Estado e do modo de produção capitalista. Ele é importante para a realização da

---

<sup>25</sup> A Vila das Almas é um vilarejo na Fazenda Boa Esperança de frente para a Br-040 que se formou principalmente pelas pessoas que venderam suas terras ou eram agregadas de fazendeiros que conseguiram comprar um lote e continuar na zona rural por não “conseguir morar na cidade”, segundo a fala dos próprios moradores.

investigação geográfica, porque o investigador entra em contato direto com a realidade a ser estudada. Ao interagir com objeto, estabelece uma análise coerente da realidade dos sujeitos e pode comparar a teoria e a prática, possibilitando uma análise da maneira de viver e da dinâmica do lugar e suas relações. Dessa forma, Santos e Pessôa (2009) destacam que

o pesquisador tem uma grande responsabilidade ao realizar uma pesquisa de campo e, dessa forma vemos a necessidade de nos questionar até que ponto somos sujeitos ou objetos da pesquisa, pois há uma interação que, em muitos casos, o pesquisado, não tem o conhecimento acadêmico detido pelo pesquisador mas tem um conhecimento que é essencial para que, em uma outra escala, possa contribuir para o processo de construção do conhecimento. (SANTOS; PESSÔA, 2009, p. 125).

Essa reflexão mostrou o caráter de responsabilidade do pesquisador. Por isso foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas para conduzir as análises. Buscar informações sobre o objeto de pesquisa mostrou o quanto é enriquecedor para entender o processo por meio dos sujeitos nas propriedades camponesas. A escolha foi realizar, no campo, entrevistas no território da Fazenda Boa Esperança. Nesse caso, os agricultores camponeses. Também foram utilizadas entrevistas com aqueles que venderam suas propriedades, com os antigos moradores, com aqueles que sempre voltam para o festejo da Folia de Reis, com as empresas de reflorestamento e os funcionários.

Assim, passamos a pensar como seriam as visitas exploratórias para compreensão do universo dos agricultores camponeses, considerando que estes se encontram distantes de nós a 546 km. Na pesquisa a campo, foram realizadas várias visitas, mas três foram essencialmente para a realização das entrevistas. A primeira em julho de 2012, a segunda em janeiro de 2013 e a terceira em agosto de 2013.

Para a realização das entrevistas, Duarte (2002) discorre sobre os procedimentos para sua realização:

Aprender a realizar entrevistas é algo que depende fundamentalmente da experiência no campo. Por mais que se saiba, hipoteticamente, aquilo que se está buscando, adquirir uma postura adequada à realização de entrevistas semi-estruturadas, encontrar a melhor maneira de formular as perguntas, ser capaz de avaliar o grau de indução da resposta contido numa dada questão, ter algum controle das expressões corporais (evitando o máximo possível gestos de aprovação, rejeição, desconfiança, dúvida, entre outros), são competências que só se constroem na reflexão suscitada pelas leituras e pelo exercício de trabalhos dessa natureza. (DUARTE, 2002, p.146).

Os procedimentos apontados por Duarte (2002) foram importantes para a preparação das visitas. Estas revelaram a maneira de viver do agricultor camponês no Noroeste Mineiro, e parafraseando o professor Jorge Montenegro na XIII Jornada do Trabalho, em

Presidente Prudente <sup>26</sup>, abrindo o discurso com a frase “A vida é difícil!”, foi o que se revelou na vida dos agricultores camponeses em suas rotinas de trabalho, os problemas econômicos e, depois da implantação dos eucaliptais, os problemas ambientais pela falta de água, erosões e mudanças na paisagem. Mas os agricultores camponeses têm na força de trabalho e na fé perspectivas que haverá possibilidades governamentais que levarão ao campo facilidades que possibilitem a continuação de sua fixação e dos herdeiros neste território.

O roteiro de entrevista foi o caminho metodológico que acreditamos ser o mais eficaz para cumprir com os objetivos de compreender as implicações da modernização da agricultura a partir da década de 1970 e as formas de resistência e persistência dos agricultores camponeses na implantação dos eucaliptais.

Para realizar entrevista, foi necessário ajuda daqueles que conhecem bem a Fazenda Boa Esperança, fazendo um esboço da organização territorial com o nome dos agricultores camponeses separados entre a margem direita e esquerda da BR-040, entre os rios das Almas e Santo Antônio que foi de extrema relevância porque a Fazenda Boa Esperança possui um território com longas distâncias. As entrevistas foram feitas em 31 propriedades, do total de 50 propriedades, correspondendo a 62% do universo pesquisado, sem contar com os 10 ex-proprietários, 7 ex-moradores como os agregados que também foram entrevistados, 5 funcionários das empresas de reflorestamento LUCAPE, e 2 funcionários da S&D Florestal. É importante ressaltar que não fomos atendidos pelos que representam as empresas LUCAPE, S&D Florestal e ITAFERRO por não se encontrarem na Fazenda Boa Esperança durante a realização dos trabalhos de campo.

A inserção nas propriedades camponesas foi muito tranquila. Todos receberam bem, convidando-nos para entrar em suas casas e sentar-se às mesas e reservando tempo para responder e contar as experiências com a implantação dos eucaliptais. Mas notamos que tiveram cuidado ao falar das empresas com medo de comprometer o emprego de alguns moradores que trabalham nos eucaliptais, ou comentar algo que comprometesse a convivência na Fazenda Boa Esperança. Por isso foi pedido para contar a história dos acontecimentos passados nesta época, sobre as festas de Folia para então tecer os seus desfechos. Ao iniciar as entrevistas em algumas propriedades, houve o constrangimento em pedir para assinar o Termo de Consentimento da participação da pessoa como sujeito da pesquisa. Isso se deu porque ao assinar o documento o agricultor camponês ficava com certa desconfiança. Então, além de ler

---

<sup>26</sup> XIII Jornada do Trabalho: A Irreformabilidade do Capital e os Conflitos Territoriais no Limiar do Século XXI. Os Novos Desafios da Geografia do Trabalho em Presidente Prudente de 09 a 12 de outubro de 2012.

era necessário explicar de maneira minuciosa o que estava no documento e o comprometimento com as informações dadas.

O acesso às propriedades exigiu esforços, pois além das distâncias a serem percorridas, a maioria das propriedades localiza-se nos fundos de vale, impossibilitando a chegada com veículo. Geralmente por estarem situadas em terreno com declive que dificultavam a chegada à porta com carro ou por erosões, como pode ser observado nas fotos 4 e 5.

Nas propriedades camponesas podemos observar que essas procuram manter o Cerrado, o gado fica solto no meio da vegetação e há uma consciência da importância desse domínio, além de reconhecerem esse ambiente natural, os agricultores camponeses desenvolveram uma sensibilidade de compreender com observações as táticas de vida do ambiente de Cerrado com as plantas, como araticum, pequi, baguaçu, bacupari, araçá e com os animais, lobos, passarinhos, emas, Seriema, jacu, perdizes e a diversidade de seus cantos, isso fica nos saberes dessa gente, suas histórias - causos, criatividade, suas crenças, e no modo de relacionar com o outro e consigo mesmo.

**Foto 4** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): estrada e trieiro de acesso à propriedades camponesas



**Autor:** MARQUES, J. B. (2013).

Observamos como os agricultores camponeses, no decorrer desses processos históricos, sofreram com as alterações, tanto na sua estrutura familiar quanto no modo de produzir e de se organizar economicamente, bem como também como a cultura foi alterada,

pois tiveram de se reorganizar dentro de uma nova ordem de relações imposta pela sociedade capitalista.

**Foto 5** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): visita a propriedade camponesa para entrevistas



**Autor:** MARQUES, J. B. (2013).

Com os dados coletados, organizamos as informações para compreender as mudanças na organização social que ocorreram na Fazenda Boa Esperança, utilizando os dados da entrevista para fazer gráficos, quadro e tabelas. Assim, o aprendizado com o campo proporcionou mergulhar no conhecimento dos agricultores camponeses dando “vida” e sentido a pesquisa.

### *3.2.3 O uso de fotografias e mapas*

Fotografar é uma arte, porque nas imagens estão contidas histórias em um determinado tempo e espaço, isso nos olhos de quem vê e também na forma de compreensão de mundo de quem registra.

Conforme apontou Matos (2011), na geografia o uso de fotografias é muito comum e contribui para uma compreensão dos fenômenos investigados, como é também uma forma de ilustração e de documentação nas pesquisas.

Suertegaray (2009) escreveu sobre trabalho de campo em geografia e ressaltou a importância da fotografia como instrumento para pesquisa e compreensão das imagens nos territórios estudados pelos geógrafos. Assim refletiu:

[...] a analogia foi feita com um fotógrafo; dizia-se então: como pensar o instrumental em geografia? Uma boa fotografia exige uma boa máquina, cuja lente seja capaz de registrar as nuances. Sim, tem razão quem faz este questionamento. As novas tecnologias auxiliam em muito a leitura do campo pelos geógrafos, porém elas não bastam, como não basta uma máquina de fotografia sofisticada; a leitura expressa em ambos os casos, exige e deixa evidente o método e a visão de mundo do observador geógrafo ou fotógrafo. Lembremos Sebastião Salgado, sua obra e sua visão de mundo constituem expressão de um método, o que ele quer e como quer olhar. Sua sofisticada máquina responde ao seu caminhar. E neste caminho que, entendemos, devemos pensar o uso de nossos instrumentos de campo ou de laboratório, enfim, de pesquisa. Eles não podem ser, como temos verificado, os encaminhadores dos resultados. Instrumentos são meios de trabalho e não fim. (SUERTEGARAY, 2009, p. 4)

As fotografias são eficientes complementos das reflexões feitas pelos pesquisadores, pois preenchem algumas lacunas e situa o leitor no que realmente quer mostrar com suas argumentações e ponderações feitas. Nas aulas de geografia a imagem é um recurso didático que ilustra movimentos, construções, paisagens e todos os fenômenos abordados pelos professores (JUSTINIANO, 2011).

Assim, no trabalho de campo na Fazenda Boa Esperança, a fotografia foi uma aliada das observações feitas neste estudo, o que era interessante além de fotografar o Cerrado, as plantações de eucalipto, os produtores camponeses e os lugares onde se encontravam as suas propriedades, era que, a maioria dos entrevistados sentia satisfação em registrar o momento da entrevista, desse modo o ato de fotografar era o momento em que o agricultor camponês se afirmava nos depoimentos e nas respostas do roteiro de entrevista.

Dessa forma, a fotografia foi importante para registrar os momentos proporcionados por aqueles que quiseram compartilhar suas histórias e que serão guardados em nossos arquivos pessoais. Assim, em algumas partes do texto as fotografias servirão para ilustração e reflexão deste estudo.

Como conceber um trabalho de Geografia sem a aplicação de mapas? O mapa nesta ciência é sua marca registrada, é como se a ele, automaticamente, associássemos esta ciência à sua imagem. Martinelli (2011) destacou sobre a elaboração de um mapa para estudo, que o ponto de partida é a delimitação da parte da realidade que o pesquisador pode

problematizar pelo interesse temático na pesquisa. Assim o mapa é o lugar em um plano para identificar e localizar o objeto de pesquisa no espaço. E a partir dele será tratada a realidade considerada como a geografia do lugar em que se vive, do qual será vislumbrada a compreensão do conhecimento do mundo (MARTINELLI, 2011).

Por isso foram utilizados mapas para localização do Noroeste Mineiro, da mesorregião de Minas Gerais e do território da pesquisa que é a Fazenda Boa Esperança em João Pinheiro (MG). Os mapas foram pensados para que o leitor automaticamente consiga localizar o território tratado em cada assunto discutido nas seções.

Na próxima seção será apresentada a territorialização das empresas de eucalipto e a resistência dos agricultores camponeses frente às atividades dos eucaliptos.

## 4 TERRITÓRIO DA FAZENDA BOA ESPERANÇA: resistência dos agricultores camponeses frente às atividades dos eucaliptos

### 4.1 A chegada dos eucaliptais: a territorialização das empresas

O entendimento de territorialização aqui tratado está em conformidade com o que foi discutido por Chelotti (2013) ao analisar outros autores que trabalham com a categoria de território.

Estamos diante do que se denominou como processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R), pois a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de reterritorialização. (CHELOTTI, 2013, p. 5).

Para entender o território do Noroeste Mineiro é necessário ressaltar que antes de 1970 a dinâmica econômica existente era feita pela agricultura tradicional<sup>27</sup> e pelas carvoarias que vendiam o carvão produzido de forma ilegal da vegetação de Cerrado para suprir a demanda das empresas siderúrgicas. Mas isso levou a uma contradição porque ao mesmo tempo em que aumentava a dependência dessa atividade para a economia, começavam a diminuir os recursos naturais. O relato de um dos entrevistados mostra essa situação:

*Quando a gente fazia carvão do Cerrado por volta de 1969, o corte era realizado manualmente, a machado, mas deixavam algumas espécies como reservas, principalmente “as árvores de leis” como Sucupira Branca, Sucupira Preta, Pequi, Jatobá e algumas Paineiras (porque não produziam carvão). As primeiras baterias (quantidade de fornos) foram feitas na cabeceira do córrego Pedregulho e tinha mais ou menos de 8 a 12 fornos. A maior parte dos trabalhadores vinha das cidades de Minas e outros da Bahia, mas as cidades que tinham mais pessoas era Capelinha, Sete Lagoas, Papagaio, Pompeia e Pitangui que era a cidade do dono da carvoaria. O pagamento era feito por empreito, e o trabalho era dividido, uns derrubavam a madeira, outros desganhavam, outros carregavam com carroça, empraçando a lenha, ou seja, colocavam na porta dos fornos, uns ficavam enchendo os fornos e outros cozinhavam a lenha que iam ser retirados do forno como carvão de 4 a 6 dias depois. O pagamento era feito só depois que levavam o carvão para Curvelo ou Sete Lagoas para vender e sempre tinha uma conversa de desconfiança que o caminhoneiro ficava com mais dinheiro do que o combinado. O carvão era ensacado e colocado na carroceria do caminhão, mas quando a carroceria era de madeira colocava a granel e por cima punham de 7 ou 8 fileiras de sacos de carvão. E onde o lote era cortado precisava esperar de 10 a 12 anos para cortar outra vez. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>28</sup>).*

Nesse período ou seja a partir da década de 1970, ocorria a perda da qualidade de vida nos países desenvolvidos e os ambientalistas começaram a pedir providência para

<sup>27</sup> Este tipo de agricultura utiliza técnicas rudimentares (uso da enxada, da queimada, do arado e da tração animal), artesanais e ancestrais. Tem como destino de produção o autoconsumo e venda do excedente.

<sup>28</sup> Contado pelo agricultor camponês da Fazenda Boa Esperança. A referencia a árvores de leis são espécies protegidas pela lei.

melhorar o meio ambiente. O modo de produção capitalista apropriou do discurso da preservação do meio ambiente, ocasionando um processo de despertar social para esses assuntos. Entretanto com a reformulação do propósito, rapidamente, o discurso atendia ao mercado (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Mas, conforme depoimento do agricultor camponês, por mais problemática que era a situação das carvoarias ilegais, depois do corte do Cerrado ocorria a brota e era necessário esperar de 10 a 12 anos depois para fazer novamente um novo corte para a produção do carvão vegetal.

Essa nova articulação resultou no processo que não dispensou o elemento essencial para a instalação efetiva da lógica do capital, o domínio pelo capitalista dos fatores de produção, como observa Oliveira (2007) sobre essas relações:

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Devem estar livres de todos os meios de produção. Esse processo, chamado pela ideologia capitalista de liberdade, assenta no processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, ocorrido em período histórico imediatamente anterior. (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Nesse contexto é que o agricultor camponês do Noroeste Mineiro foi expropriado dos meios de produção, ou seja, a terra da qual dependiam para sobrevivência. É possível verificar como ocorreu a chegada das empresas mediante a fala dos agricultores camponeses sobre as compras de terras:

*a LUCAPE chegou em 1979 e comprou muita terra sem documento foi muito desorganizado, o Engenheiro comprava sem medir o tamanho, o que o dono da terra falava que era o tamanho da propriedade ele pagava, o dono da LUCAPE nem sabe o tamanho que é essa propriedade dele, virou um rolo. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>29</sup>).*

Com base no depoimento dos agricultores camponeses sobre a compra das terras, foi possível constatar que as empresas não tiveram receio de perder dinheiro, já que a lavoura e a terra eram financiadas com aplicações sem retorno, ou seja, a fundo perdido e com apoio do programa POLOCENTRO. Este se encarregou de desenvolver plantas adaptadas ao ambiente do Cerrado e fazia estudos do solo, promoveu a assistência técnica governamental, no caso de Minas Gerais o órgão responsável foi a EPAMIG, que financiou maquinários e insumos.

---

<sup>29</sup> Entrevista com agricultor camponês de número 9.

Diante desse contexto, o negócio seria viável. Para aproveitar as facilidades governamentais, os empresários plantaram os eucaliptos sem destino comercial, até mesmo em terras agricultáveis, aproveitando o preço e as facilidades obtidas. Assim, O Estado cria mecanismos para atender a siderurgia nos moldes empresariais. Esse ramo é um dos escolhidos pelo capital segundo Oliveira (2007):

Assim, o desenvolvimento da agricultura no século XX e XXI vai ser marcado por uma realidade contraditória, ou seja, a sua expansão por aqueles setores de mais alta rentabilidade, como é o caso da avicultura ou do reflorestamento, por exemplo. Tem-se expandido também, por aqueles setores onde capitalistas e proprietários da terra unificam-se em uma mesma pessoa. (OLIVEIRA, 2007, p.32).

As empresas de reflorestamento de eucalipto chegaram a Fazenda Boa Esperança durante a década de 1970 e, nas entrevistas com os agricultores camponeses, não houve um consenso do ano exato que elas chegaram, alguns se lembraram das compras de terras feitas pelas empresas e outros já falam sobre a implantação dos eucaliptos e a derrubada do Cerrado, mas sempre contextualizados nessa década. Sobre o discurso apresentado pelas empresas, houve consenso de que o trabalho e desenvolvimento eram as primeiras promessas, quando vieram para comprar as terras dos agricultores camponeses:

*As empresas compraram muitas terras, mesmo de quem só tinha a posse, mas os agregados mais fracos a empresa vinha, por exemplo, a Mannesmann e dizia o fazendeiro vendeu essas terras e vocês tem que sair da terra, mais pode trabalhar fichado para plantar os eucaliptos, e muitos foram morar na cidade. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>30</sup>).*

Os agricultores camponeses venderam as áreas mais planas do Cerrado que interessavam às empresas e também porque pensavam que essas eram improdutivas, ficando nos fundos dos vales para terem acesso à água e continuarem a vida, mantendo o autoconsumo e vendendo o excedente. Dessa forma, é que as empresas atuaram expropriando o agricultor camponês e se territorializaram com o reflorestamento de eucalipto.

No histórico da empresa V &M Florestal, uma das empresas que atua no ramo de reflorestamento no Noroeste Mineiro, garantindo matéria prima para a indústria siderúrgica, é possível verificar o período da chegada neste território pelo ano da sua fundação 1969, e os ramos de atuação conforme está disponibilizado no quadro 5.

No quadro 5 há ~~muitos~~ —indícios de que as políticas de incentivos ao reflorestamento foram desenvolvidas com interesses no fornecimento de matéria prima para

---

<sup>30</sup> Morador da Vila das Almas nasceu e morou na Fazenda Boa Esperança por 51 anos.

as indústrias siderúrgicas mineira com investimentos do governo Federal para o território do Noroeste Mineiro.

**Quadro 5-** Empresa V & M Florestal: organização e estrutura

<b>Grupo: ALLOUREC &amp; MANNESMANN TUBES é uma empresa do Grupo Vallourec. - Empresa: V &amp; M Florestal</b>
Fundada em 1969, o objetivo principal da V & M FLORESTAL é o plantio de florestas de eucalipto para, a partir delas, produzir o carvão vegetal, um dos principais insumos consumidos pela V & M do BRASIL para o abastecimento dos alto-fornos no processo de produção de tubos de aço.
A sede administrativa da V & M FLORESTAL está localizada em Curvelo, Minas Gerais, e suas áreas de plantio estão distribuídas nas regiões Norte e Noroeste do Estado, tendo como referência os municípios de Curvelo, João Pinheiro e Montes Claros.
A empresa possui, aproximadamente, 232.000 hectares de propriedades distribuídos em 22 fazendas em 22 municípios mineiros. Deste total mais de 101.500,00 hectares são florestas plantadas de eucaliptos, para garantir o fornecimento desse combustível ambientalmente correto. Já a área total de preservação é de aproximadamente 80 mil hectares. Os Principais Produtos Carvão vegetal para uso industrial (siderúrgico); Alcatrão vegetal para energia e solução pirolenhosa; Mudanças de eucalipto (clones ou sementes melhoradas); Sementes de material genético melhorado.

**Fonte:** W &M Florestal (2013).

**Org.** MARQUES, J. B.(2013).

O fomento de incentivos fiscais para o plantio de eucalipto mudou a paisagem da Fazenda Boa Esperança, e houve a expulsão do agricultor camponês, implantando os eucaliptais e provocando o assalariamento precário. Os agricultores camponeses que resistiram, ficaram ilhados e isolados, deixando de existir o convívio com a vizinhança, assim como os hábitos de caça, extrativismo, plantações de lavouras de arroz, feijão, milho, banana e mandioca. As palavras e expressões de uma agricultora camponesa, entrevistada de número 2, revelam o que as mudanças trouxeram para eles na Fazenda Boa Esperança:

*Depois que os eucaliptos chegou pra cá é só derrota! É só ruína! Tem a terra, mais a gente não dá conta de fazer o que nós fazíamos antes, tudo é muito caro e não existe mais ninguém que queira ajudar plantar uma roça. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>31</sup>).*

Em outro relato pode-se perceber como o território mudou e ainda continua mudando.

*É eu vou vender todas as minhas reses porque todo mundo aqui criava gado a solta no Cerrado, mesmo depois que o eucalipto chegou nós podíamos deixar a solta, mas agora estão fazendo o acero e cercando tudo, vai ficar mais difícil criar gado,*

<sup>31</sup> Entrevistada número 2.

*porque a terra é muito pequena e não tem jeito não, mudou tudo por aqui.*  
(INFORMAÇÃO VERBAL<sup>32</sup>)

Em visita à empresa Santos e Dias Florestal, conversamos com funcionários, momento em que pudemos verificar a sua organização. A empresa está localizada na Fazenda Boa Esperança nas margens da BR-040 nas proximidades da cabeceira do córrego do Facão e possui 12 mil hectares de plantação de eucaliptos (Fotos 6). Essa empresa existe desde 1991 (com essa denominação), anteriormente a esse período respondia como empresa com a denominação de Mannesman.

A referida empresa fora criada, segundo informações contidas em seu sítio virtual<sup>33</sup> com a preocupação de atender uma demanda crescente do mercado de carvão vegetal e madeira tratada. Seu lema tem sido “produzir energia de maneira sustentável, buscando conciliar geração de energia com respeito ao meio ambiente”.

**Foto 6** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): propriedade da S&D Florestal - Fazenda Santo Antônio: a) Placa na BR- 040 sinalizando para entrada da Fazenda Santo Antônio da S&D Florestal; b) Estrada de acesso à carvoaria e plantações de eucalipto no entorno



**Autor:** MARQUES, J.B. (2014).

De acordo com as informações disponíveis no referido sítio virtual, são utilizados 100% de matéria prima plantada, preservando as florestas nativas e contribuindo para a manutenção da qualidade ambiental no Estado. Entretanto, a realidade encontrada não condiz

<sup>32</sup> Agricultor camponês entrevistado número 10.

<sup>33</sup> Disponível em: [www.sdflorestal.com.br](http://www.sdflorestal.com.br)

com o lema apregoado devido aos fatores sociais e ambientais mostrarem o quanto alterações importantes demarcaram posição nesse território, conforme se verá adiante.

A empresa produz carvão vegetal e madeira tratada. Para a produção de carvão, possui 4 baterias e cada uma tem 100 fornos para produção de carvão, que após a colocação da madeira no forno dá início ao processo de incineração da “lenha” que fica no forno por 4 dias para a queima total (Fotos 7).

**Foto 7**– Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): fornos da S&D Florestal: a) bateria de fornos; b) forno abastecido com madeira para queimar; c) forno aberto para esfriar o carvão; d) forno aberto para retirar o carvão



**Autor:** MARQUES, J.B. (2014)

Cada forno produz, aproximadamente, 15m<sup>3</sup> de carvão e, para encher uma carreta, são necessários 7 fornos que levam cerca de 105m<sup>3</sup> de carvão. Para carregar as carretas, são necessários tratores com pá carregadeira e para acertar o carvão na carreta é usado o acertador. Todos os dias, inclusive aos domingos são carregadas de 3 a 4 carretas de carvão. Nesta unidade, há 100 funcionários e salas para os equipamentos, assim como guaritas para

vigiar a plantação de eucalipto e a produção de carvão, como também carros e tratores, e os funcionários utilizam Equipamento de Proteção Individual de Segurança (EPIs) (Foto 8).

**Foto 8** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG)/ S&D Florestal: a) acertador de Cargas, b) Sala para guardar equipamentos, c) Guarita em meio o eucalipto para vigiar a plantação de eucalipto e a produção de carvão; d) trabalhador na carvoaria



**Autor:** MARQUES, J.B. (2014).

Os salários, conforme informado pelos funcionários, variam de R\$1.500,00 a R\$ 2.500,00<sup>34</sup>, dependendo da função. O preço do m<sup>3</sup> de carvão em janeiro 2014 custa R\$200,00<sup>35</sup> e a produção é entregue para empresas siderúrgicas de Belo Horizonte e também exportadas para China.

As empresas chegaram com o discurso de modernidade e desenvolvimento, mas o rastro deixado com esse legado gerou apenas a desterritorialização dos agricultores

<sup>34</sup>R\$ 618,23 a R\$ 1.030,38 - Dólar dos EUA/USD (1 DOLAR DOS EUA/USD (220) = 2,4128997 REAL BRASIL) – Banco Central do Brasil.

<sup>35</sup> O preço do m<sup>3</sup> de carvão contado em Dólar é de R\$ 90,67 – Banco Central do Brasil. Disponível em: [www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/calc/conversao.asp?idpai=PORTALBCB](http://www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/calc/conversao.asp?idpai=PORTALBCB). Acesso em: 25 jan. 2014.

camponeses, imprimiu no território do Cerrado uma homogeneização na paisagem e problemas ambientais.

#### 4.2 A desterritorialização dos agricultores camponeses da Fazenda Boa Esperança

Para compreendermos a desterritorialização dos agricultores camponeses, é preciso compreender o território como apontou Raffestin (1993): “[...] é um espaço que se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas por poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si”. (RAFFESTIN, 1993, p.144, grifos do autor).

O território do agricultor camponês na Fazenda Boa Esperança é compreendido na paisagem do bioma Cerrado que aprendeu a conhecer bem, trabalhando com as técnicas e recursos que habilmente construiu e adequou no meio social. Nele, o agricultor camponês se reconhece no trabalho, no convívio da comunidade e no mundo conforme expressa um de nossos entrevistados:

*Todo mundo plantava a roça por aqui, a roça era de coivara<sup>36</sup>, ou roçado, no mês de maio a junho fazia a derrubada da mata, aí esperava o mato secar no mês julho e em agosto colocava fogo, em setembro nas primeiras chuvas plantava a lavoura principal que era de arroz, plantava 10 litros e colhia 50 litros, e também plantava abóbora, melancia, feijão, milho e banana, tudo em uma mesma roça. Junto aos tocos queimados plantava as abóboras e melancias e dava tanto! (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>37</sup>)*

Por isso a desterritorialização tratada aqui traz a destruição de um território muito bem conhecido pelos agricultores camponeses em cada riacho, vereda e nos trieiros<sup>38</sup> que levavam aos vizinhos, e que ainda representava sua maneira de viver com suas histórias e identidade, a pecuária local pelos Gerais<sup>39</sup> e as plantações das roças para autoconsumo traduzem a desterritorialização nas palavras de Haesbaert (1997), contextualizada pela modernização como arrasadora, mudando a dinâmica socioespacial nos lugares.

A modernização da agricultura, iniciada nos anos de 1970, configurou-se na mudança de forma considerável do bioma Cerrado. A territorialização da monocultura é

---

<sup>36</sup> Coivara – Roça de toco, tirava as matas galerias no machado.

<sup>37</sup> Entrevistado de número 25.

<sup>38</sup> Referência a caminhos feitos pelo gado aproveitado como estrada que levava as residências da vizinhança.

<sup>39</sup> Segundo Almeida (2008), os gerais, são os planaltos, as encostas e os vales das regiões do Cerrado, com suas vastidões que dominam as paisagens do Cerrado.

caracterizada pelo modelo que substituiu a “paisagem improdutiva” do Cerrado pelo grande celeiro de grãos em alta produtividade, e pelas homogêneas “florestas” de eucaliptos e pinus.

Na Fazenda Boa Esperança, os camponeses dizem que o preço da terra pago pelas empresas foi justo para a época, mesmo sabendo que o dinheiro que receberam não foi suficiente para adquirir outros bens. Em muitas histórias, o dinheiro de imensas glebas de terra não conseguiu garantir a compra de nenhuma casa na cidade com o valor pago.

*Meu pai viveu na Fazenda Boa Esperança e tinha 340 hectares de terras, ele vendeu a terra para a empresa de eucalipto de Uberaba eles pagaram 90 mil réis foi muito barata, nunca mais comprou uma terra de novo, e veio morar nas Almas mais a minha mãe teve uma herança, aí eu tive um pedaço de terra, mas na fazenda ficava difícil para meus meninos estudarem então mudei para a Vila das Almas. (INFORMAÇÃO VERBAL.<sup>40</sup>)*

Os camponeses, conforme o relato do entrevistado, não perderam apenas suas terras. As mudanças foram rápidas e não tiveram tempo para refletir sobre o que estava sendo articulado pelo “grande capital”. Era o “progresso capitalista”, deixando os mais interessados (os agricultores camponeses) à margem da história.

Assim, vale o destaque que foi colocado por Martins (1993) com *a chegada do estranho*:

*Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (MARTINS, 1993, p. 63).*

Conforme contam os agricultores camponeses mais velhos, a chegada das empresas trouxe transformações. Concentração de terra: as empresas possuem a maior parte desse território, mudanças nas formas de uso, na ocupação da mão de obra do agricultor camponês e, principalmente, na paisagem modificada.

*Nossa isso aqui mudou demais tinha muitas festas, o povo reunia fazia mutirão, as mulheres iam fiando e cantando, e a gente trabalhava o dia inteiro cuidando da roça, do gado, das criações, parece que chovia muito mais e os rios era tudo cheio, hoje (2013) até o rio das Almas, está secando. As cabeceiras das veredas estão secas, o povo foi embora, mas chegou muita gente de outros lugares. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>41</sup>)*

De acordo com entrevistados, essas mudanças foram justificadas pelos empregos gerados na Fazenda Boa Esperança, porque muitos sonhavam em trabalhar para uma empresa.

<sup>40</sup> Depoimento do morador da Vila das Almas.

<sup>41</sup> Agricultor camponês número 24.

Assim, durante a instalação das empresas, as mudanças na organização do trabalho foram significativas, e levaram para esse território uma realidade que os camponeses não conheciam como os salários e carteiras assinadas:

*Comecei a trabalhar na Lucape desde o primeiro plantio com a produção de carvão do Cerrado ganhava 1 salário, depois no plantio passei a ganhar 2 salários porque trabalhava como ajudante de máquina, e fui ser motorista mais era sem registro e ganhava por dia, depois fui contratado de novo pelo gerente da Lucape para cuidar de gado para recriação, com esse dinheiro fui construindo uma casa em JK. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>42</sup>)*

Essa novidade fez com que muitos agricultores camponeses se “encantassem” com os novos empregos e deixassem suas terras para morar na cidade de João Pinheiro, na Vila das Almas, e em JK (atual Luizlândia do Oeste), ainda os mais resistentes continuaram instalados na Fazenda Boa Esperança em terras menores do que anteriormente, como pode ser verificada na fala de um dos agricultores camponeses que mora na Fazenda Boa Esperança:

*Não quero vender a propriedade para empresa de eucalipto, gosto de morar aqui porque é tranquilo e também porque acostumei com a vida na fazenda. Não gosto de ficar na cidade, se ficasse na cidade já tinha morrido. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>43</sup>)*

O processo de compra de terras na Fazenda Boa Esperança ocorreu de forma passiva, porém houve alguns problemas com a falta de documentação pelos seus moradores, pois as empresas queriam as áreas planas de chapada para instalar seus plantios, e essas áreas não possuíam documentação. Havia famílias que moravam nelas e eram consideradas áreas coletivas, de usufruto de toda a comunidade, provavelmente terras devolutas.

Conforme contado pelos antigos moradores, isso não foi empecilho para as empresas comprarem as terras. Depois de negociar com os agricultores camponeses, as empresas pediam suas assinaturas em um caderno com folhas em branco e as assinaturas concretizavam o negócio, conforme contado pelo agricultor camponês:

*O engenheiro conversava com o dono da terra e a pessoa falava que não tinha como vender porque não tinha documento, então o engenheiro dizia é só assinar em uma caderneta, colocava o nome da pessoa e o tanto de terra que a pessoa falava que tinha, e ninguém se importava vendia assim mesmo. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>44</sup>)*

---

<sup>42</sup> Ex-morador da Fazenda Boa Esperança, morador de Luizlândia do Oeste (JK)

<sup>43</sup> Entrevista 22, com um dos mais antigos moradores da Fazenda Boa Esperança.

<sup>44</sup> Entrevista 22, com um dos mais antigos moradores da Fazenda Boa Esperança.

Os agricultores camponeses relatam que isso tem dado problemas para as empresas de eucalipto, o tamanho da terra que foi documentado e comprado é muito menor do que realmente foi usada com os plantios pelas empresas, e que eles e seus filhos precisaram assinar documentos para regulamentar as propriedades com as plantações de eucaliptos:

*O gerente trouxe os documentos para a gente assinar dizendo que era para regulamentar a terra, meu marido assinou mais isso é porque eles compraram 1000 hectares da mãe dele, a gente pensa que quando plantou era maior do que realmente tinha comprado, mas já vendeu mesmo o melhor era assinar, tem vizinho que não quis assinar e pegou 130 hectares de volta, sei não, penso que tá certo. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>45</sup>).*

Aqueles que possuíam os documentos dessas áreas foram convencidos a vendê-las. Os compradores das terras diziam aos agricultores camponeses que suas terras estavam sem uso e que as plantações de eucalipto iriam modernizar este território e que no prazo de 40 anos as terras iriam ser devolvidas. Mas isso não ocorreu porque no vencimento do prazo as empresas alegaram que o preço pela terra tinha sido pago no total.

*Quando meu pai vendeu a terra para a Mannesman o preço que ele pediu a empresa pagou, mas eles disseram que com 40 anos iam devolver a terra de novo, mas esse povo era do estrangeiro, quando passado o tempo entrou um brasileiro lá na firma e disse que as terras já tinham sido pagas então que nós assinássemos passando a terra para a Mannesman de novo, nós assinamos meu pai já tinha vendido mesmo. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>46</sup>).*

Havia também aqueles que resistiam, mas foram coagidos a vender com base no argumento de que era um plano organizado pelo Governo para modernização e que melhoraria a vida de todos, e se eles não vendessem as terras seriam os culpados de não deixar o progresso chegar.

*Há, eu já era viúva e os meninos ajudaram a negociar quando vieram comprar as terras eu não queria vender, mas eles falavam que ia ter muitos empregos e que o progresso tinha chegando, então achei melhor vender logo para não ter tanta amolação. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>47</sup>).*

A territorialização das empresas LUCAPE e MANNESMAN mudaram a estrutura social e produtiva da Fazenda Boa Esperança onde se instalaram primeiramente. Foram pioneiras na formalização do emprego para os agricultores camponeses desse território, mas em um processo de desterritorialização. Neste contexto, é nítido o quanto os interesses

---

<sup>45</sup> Agricultora camponesa entrevistada número 02.

<sup>46</sup> Agricultor camponês entrevistado de número 25.

<sup>47</sup> Agricultora camponesa entrevistado de número 26.

econômicos continuam prevalecendo sob o discurso de modernização. Esses processos levaram a outra desterritorialização que, segundo Haesbaert (2006), se constituem em mudanças socioespaciais:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Assim, a substituição de lavouras tradicionais por monoculturas apresentou transformações promovidas no modo de produção capitalista, que não aceita outra lógica contrária à da acumulação e do lucro. Mas enfrentando as mudanças ocorridas e o próprio sistema, os agricultores camponeses conseguem resistir e a vontade de continuar no meio rural como reprodução da vida passa a ser uma luta diária. Nas subseções a seguir será mostrada a resistência dos agricultores camponeses.

### **4.3 Características dos agricultores camponeses**

Conforme caracterizou Oliveira (1986) a organização capitalista é muito diferente da organização do agricultor camponês e afirma:

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, temos o movimento de circulação do capital expresso nas formulas: D-M-D, na sua versão simples e D - M - D' na sua versão ampliada. Já na versão camponesa estamos diante da seguinte formula: M - D - M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. (OLIVEIRA, 1986, p.68).

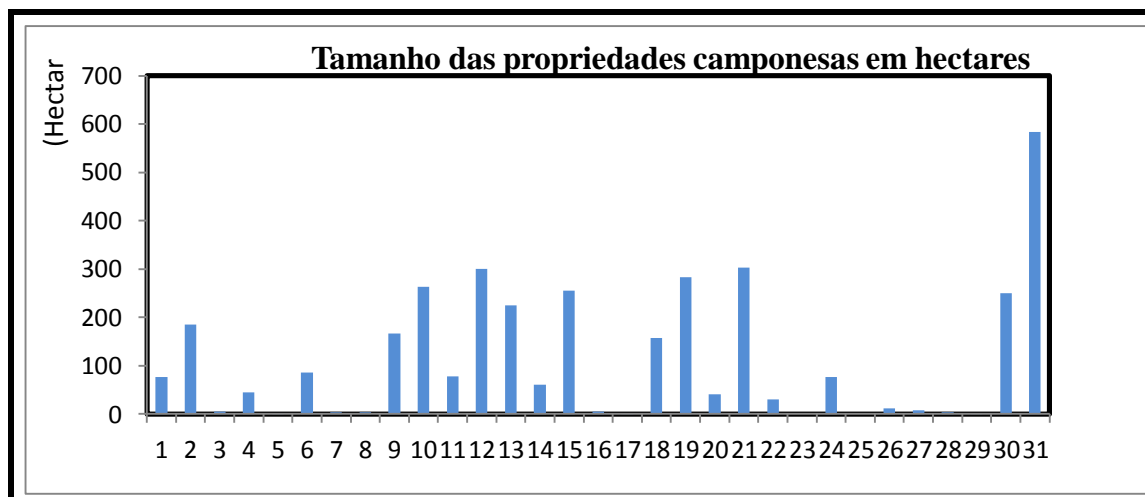
A produção camponesa se diferencia da produção capitalista e o que representou a constituição territorial no Noroeste Mineiro foram às produções camponesas que, inicialmente, foram representadas pelas grandes fazendas, os vaqueiros, os camaradas e os agregados. As propriedades camponesas eram agrupamentos de parentes em que alguns eram subordinados a outros e quem detinha um maior poder era geralmente o proprietário da fazenda que também era possuidor de grandes extensões territoriais.

Essas propriedades eram tão grandes que os proprietários não dimensionavam em números seu tamanho. As marcações eram feitas através das referências que se tinham dos litros de terra perto de determinados córregos, rios e veredas. Em Minas Gerais, 60 litros de chão corresponde a 1 alqueire de terra.

*A pessoa mais rica da região era o Tiotônio (Teotônio), a terra ia da Paia (Vila das Almas) até a cabeceira do córrego do Fação e dobrava na vertente do rio Santo Antônio, e do riacho Fundo pra cima até a cabeceira das Almas. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>48</sup>).*

Nessa pesquisa o tamanho das propriedades dos agricultores camponeses entrevistados variou de ½ hectare até 570 hectares (Gráfico 2), sendo que 17 dos 31 agricultores camponeses representados possuem propriedades inferiores a 100 hectares.

**Gráfico 2** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): tamanho das propriedades camponesas em hectares



**Fonte:** Pesquisa de Campo(2013).

**Org.** MARQUES, J. B.(2013).

Nota: Os tamanhos das propriedades que não aparecem representados no gráfico são inferiores a 50 hectares.

As características dos agricultores camponeses na Fazenda Boa Esperança continuam pautadas no trabalho familiar, reproduzindo o sistema de produção tradicional do camponês. Quanto às características ambientais e culturais, neste território, são praticamente independentes de recursos externos, mas estão relacionados às características do ambiente, tais como clima e tipo de solo (CALIXTO, 2006).

Os agricultores camponeses trabalham de forma autônoma em suas propriedades e sentem o isolamento causado pelos eucaliptais e a falta de pessoas que possam ajudar-lhes

<sup>48</sup> Entrevista com agricultor camponês de número 24.

com os trabalhos diários na produção. Assim, independente do tamanho da propriedade que na maioria variam de ½ hectare a 570 hectares, essas dificuldades são uma das principais reclamações desses agricultores em relação ao trabalho.

Com relação ao tamanho das propriedades é importante tecer considerações. De acordo com a lei federal do Estatuto da Terra nº 4.504/64, o tamanho da propriedade é diferenciado por regiões e esses dentro de cada município do estado brasileiro. O módulo rural (MR) é uma propriedade familiar, ou imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes o autoconsumo, progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

O Estatuto da Terra estabeleceu que o tamanho das propriedades em pequenas, médias e grandes será definido segundo o módulo fiscal. O Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em conta: o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada e conceito de propriedade familiar. Essas informações são passadas ao INCRA, que o anexa a Instrução Especial do INCRA nº 20, de 1980.

No município de João Pinheiro o número de hectares por módulo fiscal é de 65 hectares (INCRA-1980). As propriedades são assim classificadas:

\*Minifúndio: imóvel rural de área inferior a 1 módulo rural;(Decreto n.º 55.891 de 31 de março de 1965 em seu art. 13, I, c/c o art. 6º, II);

\*Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais;

\*Média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 e 15 módulos fiscais;

\*Grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

Na classificação municipal de João Pinheiro, das 31 propriedades visitadas na Fazenda Boa Esperança 8 estão classificadas como minifúndio, 20 como pequena propriedade e 3 como média propriedade. Esses dados mostraram a desigualdades entre o tamanho das propriedades das empresas que plantam eucalipto com as propriedades dos agricultores camponeses.

Os agricultores camponeses adquiriram suas propriedades basicamente de três maneiras, herança, compra e posse (Tabela 4).

**Tabela 4** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): forma de aquisição da propriedade

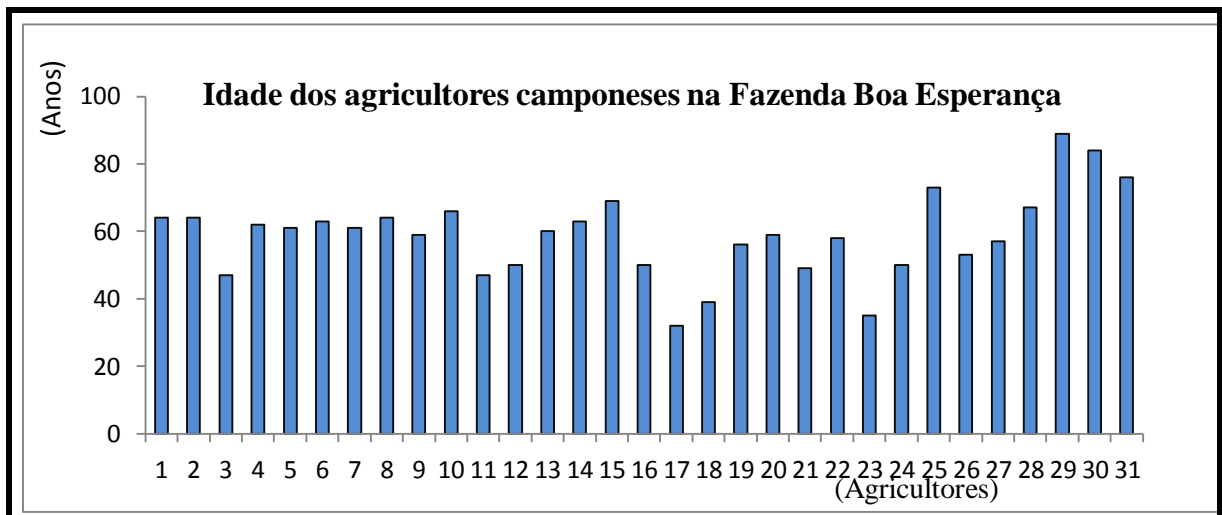
	Herança	Compra	Posse	
	13	11	7	
<b>Total</b>				<b>31</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2013)

**Org.** MARQUES, J. B. (2013).

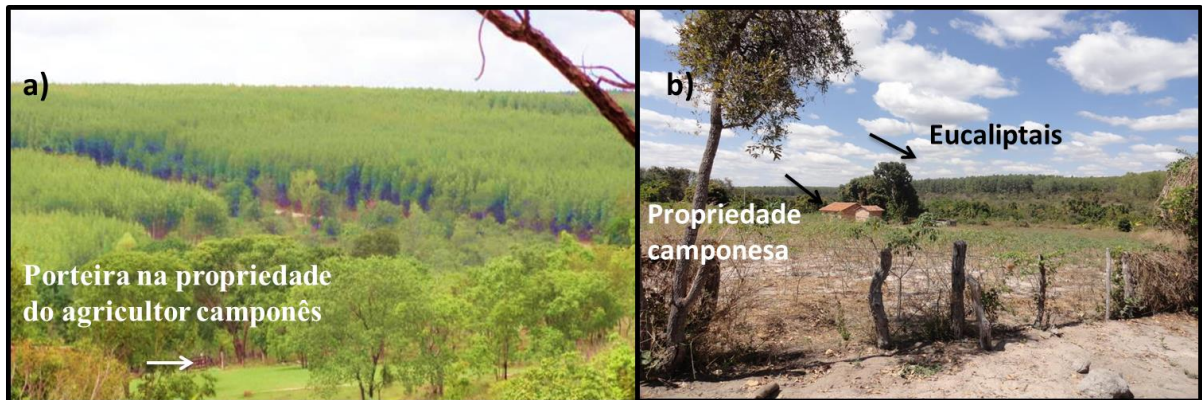
A desterritorialização sofrida pelos agricultores camponeses levou à desestruturação das famílias, porque os que permaneceram são pessoas que estão aposentadas, que nasceram ou após casarem passaram a morar neste território, e os mais jovens são em porcentagem pequena em relação às pessoas acima de 60 anos (Gráfico 3). O trabalho e o isolamento (Foto 9) levaram os jovens a migrarem em busca de melhores oportunidades nas cidades, mas as reuniões de fundo religioso sempre conseguem reunir as pessoas nesta comunidade. Os grupos familiares até a década de 1970 tinham de 6 a 12 filhos. Nesta pesquisa foi possível constatar que a quantidade de filhos por família decresceu (Gráfico 4).

**Gráfico 3** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): idade dos agricultores camponeses



**Fonte:** Pesquisa de campo (2013). **Org.** MARQUES, J. B. (2013).

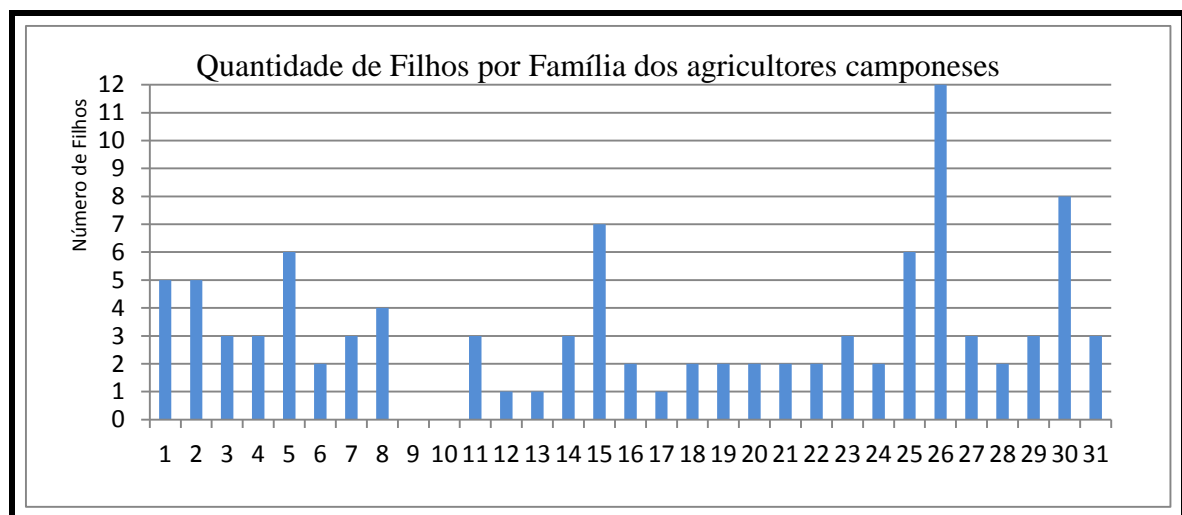
**Foto 9** - Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): propriedades dos agricultores camponeses rodeada pelos eucaliptais; a) Contraste da paisagem entre a propriedade camponesa e os eucaliptais; b) Propriedade do agricultor camponês rodeado pelos eucaliptos



**Autor:** MARQUES, J. B. (2013).

Os agricultores camponeses que moram em poucos hectares são os antigos agregados e nasceram na Fazenda Boa Esperança, onde os pais trabalhavam e criavam gado a solta nas terras dos Gerais e passaram a morar por anos porque tiveram a posse por direito de tempo.

**Gráfico 4** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): quantidade de filhos por família dos agricultores camponeses



**Fonte:** Pesquisa de campo (2013)

**Org.** MARQUES, J. B. (2013).

As atividades são diferenciadas em cada propriedade não seguindo uma vocação regional no trabalho do agricultor camponês. São elas: criação de gado leiteiro e de corte, plantações de roças de milho, mandioca, feijão; e em duas propriedades há pequenas plantações de eucalipto. Em uma das propriedades o eucalipto estava sendo cortado para fazer carvão e na outra o proprietário disse que não sabe o que irá fazer, mas se quiser vender não tem dificuldades.

*Plantei o eucalipto como uma reserva ou popança sei que quando precisar vender não terei dificuldades, vou deixando aí! Ganhei as mudas e o arrame da prefeitura para plantar, e quando quiser vender é só anunciar que tem muitos compradores. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>49</sup>).*

Há também hortaliças com várias espécies como: couve, repolho, alface, cebolinha, salsinha. Na fabricação estão: queijo minas, farinha de mandioca e geleia de mocotó. Na criação estão as aves e venda dos ovos e dos pintinhos, criação de porcos entre outros. Algumas moradias ainda são feitas de pau a pique com telhado de folhas de buriti e outras são de alvenaria. Há propriedades que ainda não possuem energia elétrica. A energia chegou no ano de 2011, mas não foi implantada em todo território da Boa Esperança. Nas propriedades sem a energia elétrica há o motor a diesel para gerar energia (Foto 10).

**Foto 10** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): propriedade camponesa feita de pau a pique e telhado de folhas de buriti; a) exterior da residência; b) interior da residência



**Autor:** MARQUES, J. B. (2012).

<sup>49</sup> Entrevista com agricultor camponês de número 03.

Há também aquelas que apresentam equipamentos modernos e passam a atender parcialmente as exigências do modo de produção com recursos provenientes de empréstimos bancários ou recursos pessoais para adquirir equipamentos modernos (Foto 11).

**Foto 11** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): equipamentos modernos em propriedade rural/ silo para armazenamento de ração para o gado leiteiro



**Autor:** MARQUES, J. B. (2013).

Nessas propriedades, além de trator, há o tanque de resfriamento de leite, motor para fazer ração, tanques para armazenamento de silos, chocadeiras e assistência técnica para melhorar a produção em geral, mas principalmente para a produção de leite e nas lavouras para silos. No próximo eixo, tratar-se-á da relação de trabalho e a produção dos camponeses.

#### **4.4 A relação de trabalho e a produção dos agricultores camponeses**

A relação de trabalho dos agricultores camponeses está contextualizada no processo contraditório dentro do modo de produção capitalista e que se reorganiza e continua porque tem raízes profundas, estruturado conforme apontou Oliveira (2007).

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meio da produção direta ou por meio da troca monetária. Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim

procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato. (OLIVEIRA, 2007, p. 42).

A força de trabalho familiar é a alavanca para manter a produção, e quando não é suficiente a prática que eles empregam para suprir a força de trabalho está no mutirão ou há a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função dos agricultores camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, 2007).

Durante o trabalho de campo, acompanhando os trabalhos dos agricultores camponeses podemos constatar que todos têm tarefas diárias para manter a propriedade produtiva. E foi possível identificar dois tipos de agricultores camponeses. Um caracterizado como *tradicional*, por não acompanhar as exigências das técnicas modernas e nem possuir nenhuma assistência técnica em suas atividades. O outro tipo refere-se ao *agricultor camponês moderno*, ou seja, aquele que possui interesse pela atividade e conta com o apoio governamental ou não. Este, porém não ignora as necessidades técnicas exigidas pelo modo de produção.

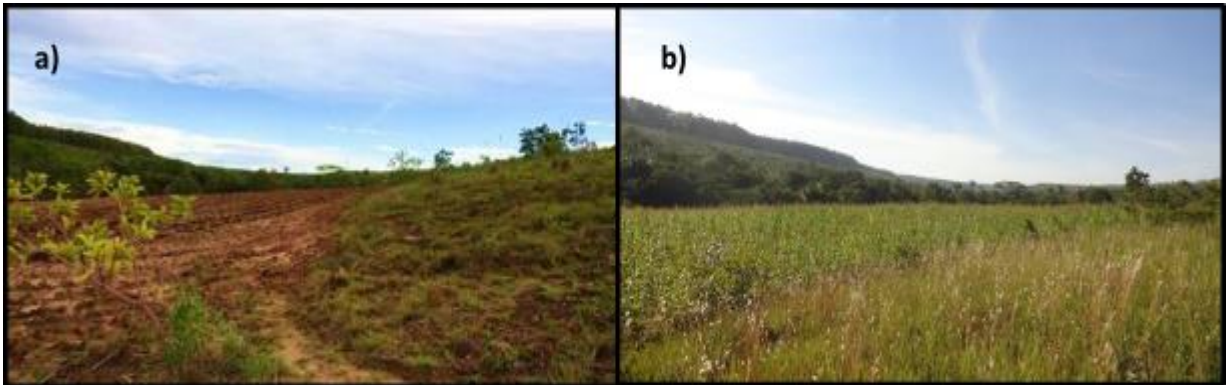
Nas pequenas propriedades da Fazenda Boa Esperança, os proprietários trabalham na forma tradicional e as maiores estão acompanhando a modernidade. Foram também encontradas grandes propriedades no modelo tradicional e pequenas que tentam acompanhar as técnicas modernas.

Em uma propriedade de um agricultor camponês tradicional acompanhamos a plantação de uma roça de milho. O agricultor estava sozinho preparando o solo para plantação da lavoura, mas a área já tinha sido preparada com um trator alugado do vizinho. A área para plantação era um terraço do córrego Tauá, relativamente úmida em meio ao Cerrado (Foto 12). Essa lavoura, de acordo com o agricultor camponês, é para abastecer a propriedade e para alimentar os animais, galinha, porcos, gado. Ele relatou que as plantações feitas de forma tradicional não produzem o suficiente para abastecer a propriedade no período de seca, necessitando comprar dos vizinhos silos, milho e cana para complementar a alimentação dos animais neste período.

Os agricultores camponeses produtores de leite na Fazenda Boa Esperança entregam para a Itambé, os que não prestam esse serviço para a empresa tiram o leite para manter as despesas e fazem queijos e doces (Foto 13).

Mas também há aqueles que preferem vender a produção mesmo em pouca quantidade. Esses necessitam colocar o leite nos tanques de resfriamento nas propriedades dos vizinhos anotando diariamente os litros de leite que foram entregues.

**Foto 12** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG)/ agricultura tradicional: a) solo preparado para a lavoura de milho e b) a lavoura de milho em fase de crescimento



**Autor:** MARQUES, J. B. (2012).

**Foto 13** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): atividade diária do agricultor camponês; a) agricultor camponês saindo para campear o gado; b) agricultor camponês roçando e; c) agricultor camponês tratando dos animais b) agricultor camponês tirando leite



**Autor:** MARQUES, J. B. (2012).

Os produtores modernos mantem o gado selecionado e a ração para trato balanceada, a ordenha é feita duas vezes por dia. E é exigido um processo de higienização no úbere da vaca (Foto 14).

Na entrega de leite para a Itambé, é necessário ter um barracão concretado com pia e sabão e que possa ser lavado diariamente atendendo as exigências sanitárias para retirada do leite, e uma casa branca do lado para abrigar o tanque de resfriamento, mantendo o leite em ambiente higienizado.

Nas propriedades dos agricultores camponeses que tentam acompanhar as inovações técnicas, geralmente, além da necessidade do trabalho familiar, ainda necessitam de 1 funcionário e, algumas vezes, da ajuda dos vizinhos para dar conta do trabalho. Geralmente o funcionário possui carteira assinada, e os vizinhos trocam serviço ou trabalham por dia nestas propriedades.

**Foto 14**– Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): ordenha a) barracão de ordenha com tanque de resfriamento de leite e b) ordenha feito com a higienização no úbere da vaca



**Autor:** MARQUES, J. B.(2013)

As lavouras e hortaliças dessas pequenas propriedades são para autoconsumo, para suas negociações e venda utilizam o gado, porcos, galinhas, ovos e produtos produzidos artesanalmente como queijos, doces e farinha de mandioca que são vendidos para os vizinhos, nos distritos (JK e Veredas) e em João Pinheiro (Foto 15).

Essas propriedades também enfrentam muitas dificuldades como foram apresentados pelos agricultores camponeses e pontuaram alguns dos problemas enfrentados:

*\*Escassez de mão de obra para o trabalho na propriedade;*

*\*Pagamento de juros altos sem retorno porque os produtos produzidos na propriedade não tem valor de mercado que são cobrados nos produtos para a produção;*

*\*Falta de apoio logístico ao enviar a produção para o mercado de João Pinheiro e outras cidades vizinhas;*

*\*A água é um dos maiores problemas neste território e furar um poço fica entre R\$10.000,00 e R\$12.000,00 considerados caro pelos produtores;*

*\*Quando as empresas dão combate nos eucaliptos os animais nas propriedades ficam intoxicados porque dizem ser muito forte o “remédio”.*

**Foto 15** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): forno para a produção de farinha de mandioca



**Autor:** MARQUES, J. B. (2012)

Os trabalhos dos agricultores camponeses sejam mini, pequenos ou médios proprietários são árduos, começam o trabalho ainda escuro entre 04h30min e 5 horas da manhã e vão até o pôr do sol, não têm finais de semana ou feriados que podem ficar sem trabalhar, se isso ocorre outro precisa fazer o trabalho em seu lugar, mas é o próprio agricultor camponês que organiza o seu trabalho e o horário com autonomia para mudar se quiser.

Mas os homens e as mulheres que estão acostumados com esse trabalho sabem que a rotina é pesada e consideram gratificante trabalhar com a terra e com os animais. Como relatou um dos agricultores camponeses.

*Se eu for para a cidade o que vou fazer lá? Não me passa pela cabeça algum trabalho que gostaria de fazer lá, meu lugar é aqui, nasci e fui criado fazendo esse*

*trabalho, penso que se for para a cidade vou morrer logo, não aguento não!*  
(INFORMAÇÃO VERBAL<sup>50</sup>)

Em suas falas, dizem que se mudar para a cidade acabam morrendo porque esse trabalho é que traz tranquilidade ao espírito e prazer com o trabalho, concluindo que a vida deles é no campo.

#### **4.5 A organização política dos agricultores camponeses**

As transformações que ocorreram no bioma Cerrado estiveram pautadas no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista monopolista. Essa etapa apresentou traços típicos, como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agrícola. Esse processo de industrialização do campo trouxe transformações nas relações de produção na agricultura e conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo (OLIVEIRA, 2007).

Conforme apontado por Mendonça (2004), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais foi fundado na década de 1970, depois do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), que instituiu o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e ao qual é atribuída personalidade jurídica de natureza autárquica. O órgão é responsável pela execução do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, na forma do que dispuser o Regulamento da Lei Complementar. O objetivo foi de implementar o projeto assistencialista, idealizado pela ditadura militar, visando abrandar os ânimos dos agricultores camponeses. O Estado tentava, aos poucos, amenizar suas ações e complementava para que a modernização conservadora nas áreas de Cerrado fosse alcançada através da agricultura.

E isso ocorreu justamente pela resistência dos agricultores camponeses que continuaram com a posse da terra, suas relações tradicionais, culturais, econômicas e políticas que se mantêm na construção e reconstrução do território camponês, possuindo papel importante na alimentação da população urbana.

Na perspectiva da resistência Mendonça (2004), discorreu sobre a importância de manter os valores essenciais que nutrem a sociedade e faz parte do contexto histórico das sociedades, que diariamente lutam pelos seus direitos que ainda não são reconhecidos.

A história precisa ser cultivada, para que não nos esqueçamos das nossas trajetórias e, assim, possamos assegurar a certeza de quem somos. *O sentido de pertencimento* é condição para a caminhada histórica dos trabalhadores. A naturalização do social é

---

<sup>50</sup> Entrevista com agricultor camponês de número 3

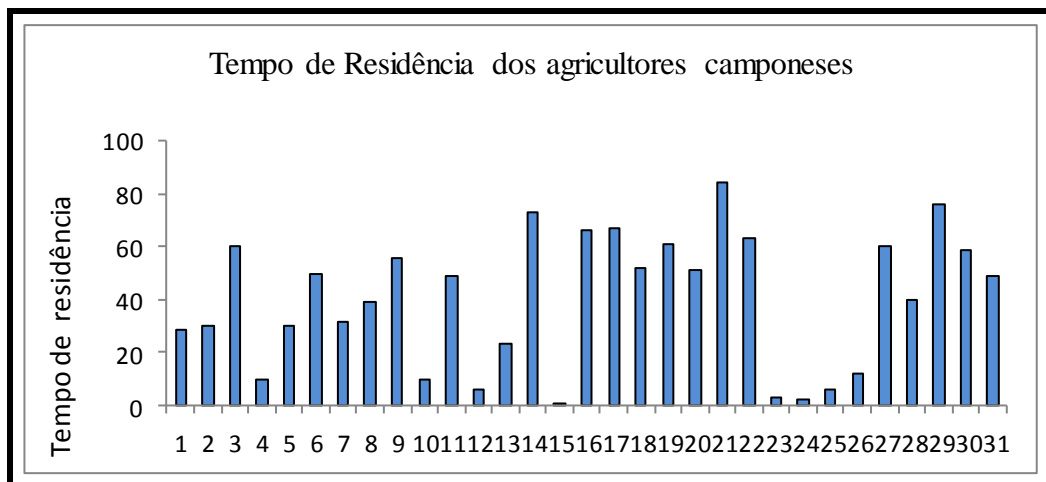
insistentemente proposta como forma de amainar as mazelas provocados pela expropriação, precarização e superexploração a que, historicamente, os trabalhadores estão submetidos. Cuidar para que o compromisso com uma nova sociedade seja realidade é uma tarefa hercúlea, porém, mais do nunca, necessária. (MENDONÇA, 2004, p.3, grifos do autor).

Na Fazenda Boa Esperança os agricultores camponeses possuem um histórico de vida, são anos de luta para continuar vivendo neste território (Gráfico 5). Na política de Estado, o Noroeste Mineiro e a Fazenda Boa Esperança passaram por um processo de expropriação dos agricultores camponeses que levou ao enfraquecimento destes trabalhadores no processo de modernização.

Para os agricultores camponeses que resistiram, a modernização ficou externa as suas propriedades. A agricultura moderna representada pela monocultura de eucalipto com produção diferenciada conduzida pelo melhoramento genético e adaptada ao clima pela ciência agrônômica, não foi introduzida na produção dos agricultores camponeses.

Com dificuldades financeiras, buscaram auxílio político nas organizações da igreja católica, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Prefeitura Municipal de João Pinheiro, que só depois de 1995 ocorreram algumas benfeitorias nessas propriedades.

**Gráfico 5** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): tempo de residência dos agricultores camponeses



**Fonte:** Pesquisa de campo (2013) **Org.** MARQUES, J. B. (2013)

Os agricultores camponeses já tentaram algumas possibilidades para produzir uma realidade que pudesse diminuir as dificuldades econômicas como: organização de cooperativa para a plantação de banana, mas que não deu certo pela falta de estrutura no transporte e precisou ser abandonada, organização comunitária para reivindicar mudanças que pudessem

transformar o perfil deste território buscando o mínimo de acesso possível às facilidades de energia elétrica, assistência técnica para a produção de maracujá e mandioca, estradas, pontes, financiamentos para compra de gado, construções de casas, curral e automóveis, que em poucos casos produziram resultados positivos.

O agricultor camponês é um trabalhador autônomo e possui um caráter politizado que é da própria natureza. Se não conseguem alcançar seus objetivos dentro da comunidade, eles passam a lutar pela melhoria na qualidade de vida na prefeitura, sindicato rural, Cooperativa de Crédito Rural de João Pinheiro (CREDPINHO), Banco do Brasil e nos órgãos governamentais que possam atender as necessidades da comunidade.

Durante a pesquisa de campo, acompanhamos alguns momentos desses agricultores camponeses e observamos nos discursos e nas atitudes a busca para mudanças efetivas nas propriedades por meio dessas entidades. Na Prefeitura de João Pinheiro, os agricultores camponeses buscavam respostas para a água que está faltando em muitas propriedades. Assistimos promessas de vereadores para a construção de poços artesianos. Se as promessas vão ser concretizadas só dependerá da vontade do gestor e da verba para esse fim, o certo é que as entidades envolvidas nem falam sobre os reflorestamentos, promovendo apaziguamento e fazem o máximo para a população viver em “harmonia” com as empresas vizinhas de suas propriedades.

Neste sentido, quando perguntados onde os agricultores buscam esse apoio político para atender às necessidades responderam que a prefeitura é o órgão que julgam ser mais acessível. Assim, acreditam ser a intervenção mais rápida de apoio neste território, buscando sempre manter um dos seus representantes nesta esfera de poder para fazerem as cobranças sempre que surgem as necessidades.

#### **4.6 A expressão cultural na Fazenda Boa Esperança**

Viver no bioma Cerrado já exprime uma característica própria nesta população pela adaptação com o ambiente biodiversificado que produz saberes. Esses passam a fazer parte do modo de vida dos agricultores camponeses.

O exercício de furar o tempo com uma fala mansa e detalhada constituindo uma gestualidade corporal encenada entre pausas, extravios e síncope, floresce sonoramente as paisagens humanas. As pétalas mentais plantadas por vezes que parecem preguiçosas, quase titubeante, mas que num arquejo repente reconfiguram imagens, estremecem os sentidos, fazem conexões surpreendentes com o passado, reinventando-o ou aficcionando-o, apresentam indagações e transformam tudo numa fonte literária popular: o causo. (CHAVEIRO; CASTILHO, 2007, p. 12).

O Cerrado não é apenas o bioma onde se encontra os agricultores camponeses. É também o modo de vida adotado por essa população. Conforme Mendonça (2004) apontou, os povos cerradeiros são fundamentais para a interpretação dos espaços agrários, em detrimento das análises economicistas.

As expressões culturais desses povos delineiam o verdadeiro sentido dos modos de vida dessa população. Na Fazenda Boa Esperança teve toda sua organização cultural alterada com a territorialização dos eucaliptais. Mas mesmo passando pelo esvaziamento do território e mudança das paisagens suas tradições não foram dizimadas, ela ganha novas nuances e continuam fazendo parte da vida dos agricultores camponeses que resistiram a essa nova dinâmica espacial.

Ao invés de trilheiros em meio ao Cerrado para cortar caminho e chegar aos vizinhos, há estradas longas e cansativas em meio a uma paisagem monótona que os separam no dia a dia. Mas tudo é vencido em prol da fé e do que acreditam ser o verdadeiro sentido da vida em comunidade. A fé justifica todo esforço para manter a comunidade unida e superar as dificuldades cotidianas.

Na Fazenda Boa Esperança existe duas comunidades para reunir os agricultores camponeses: a comunidade São Timóteo e a comunidade João das Almas que alternam as festividades possibilitando fortalecimento dos laços com a vizinhança.

Nesse intento, a cultura e a religiosidade passam a ser um misto nesta comunidade. Os terços para pedir bênçãos e também para agradecimento acontecem aos domingos e todo terceiro domingo do mês ocorre à *dominga*.

Assim explica uma das lideranças religiosas da comunidade sobre a *dominga*.

*A domingo é um terço que reúne os agricultores camponeses e eventualmente ocorre a missa celebrada pelo Padre que no final das rezas tem um jantar e o leilão que os agricultores camponeses fazem as doações de prendas (frango, bezerro, bolos, utensílios, etc.) para arrecadar dinheiro para a igreja.(INFORMAÇÃO VERBAL<sup>51</sup>).*

De acordo com Gonçalves (2013), a festa de Folia de Reis é uma das tradições mais fortes em João Pinheiro, realizada nos meses de janeiro e julho ou em qualquer época do ano para agradecer uma graça ou milagre recebido. O autor assim analisa a Folia de Reis:

---

<sup>51</sup> Entrevistada número 2, uma líder religiosa e professora aposentada da comunidade.

As Folias de Reis são grupos de artistas populares, cantores e tocadores, que saem em peregrinação, normalmente em época do Natal, anunciando a chegada do Menino Deus. Essa é uma manifestação religiosa/artística presente em boa parte do interior do Brasil. O ritual é complexo e guarda ligações (muitas vezes tênues) com a tradição europeia de Reis e com o teatro, música e dança herdados da cultura portuguesa. (GONÇALVES, 2013, p.7).

Na Fazenda Boa Esperança todo ano as pessoas vêm de diferentes lugares para acompanhar a festa de Folia de Reis (Foto 16). Os agricultores camponeses e os ex-moradores desse território todo ano comparecem à Fazenda nas épocas dos festejos.

**Foto 16** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): Folia de Reis; a) altar com a bandeira e instrumentos da folia de Reis; b) Palhaço da Folia de Reis



**Fonte:** Pesquisa de campo (2013). **Autor:** MARQUES, J. B. (2010).

O grupo de cantadores e instrumentistas que compõe a folia de Reis da Fazenda Boa Esperança é formado pelo “capitão” que canta primeiro, em voz solo e é o responsável pela organização da Folia; em seguida vem a primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta voz. Os instrumentistas são compostos geralmente por um sanfoneiro, um pandeirista, dois ou três violinistas, um caixeiro e o tocador do triângulo.

Ainda como parte integrante da Folia está o alferes, pessoa que conduz a bandeira e arrecada os donativos que são oferecidos. É ele quem caminha à frente da folia, com todos os foliões à sua retaguarda e ao chegar próximo à porta do morador a bandeira é aberta para ser saudada pelo dono da casa. E a festa fica por conta dos palhaços que divertem as crianças e também passam medo com os chicotes, vestuários e chocalhos.

Todos os anos os agricultores reúnem no lugar escolhido pelos festeiros, pessoas nomeadas pelos foliões no ano anterior para realizarem a festa iniciada na noite do dia 24 com muita comida, bebida (cachaça e vinho), música e dança. Na manhã do dia 25 de dezembro ocorre um terço pela manhã. È servido café da manhã, almoço e doce de sobremesa. Os foliões se reúnem novamente, cantam pela primeira vez em homenagem ao nascimento do Menino Jesus e despedem do festeiro, saindo em todas as casas levam a bandeira e pedem autorização para cantar nas casas.

Vale a pena ressaltar que antes essas visitas eram feitas a cavalo, de bicicleta e a pé com alguns membros alcoolizados porque, na maioria das casas, as pessoas ofereciam bebida. Atualmente (2013), todo o trajeto é feito com carros de passeio até na chegada do dia 5 para o dia 6 de janeiro quando a festa é maior por ter muitas pessoas que chegam de vários lugares e são ex-moradores da Fazenda Boa Esperança.

Os agricultores camponeses fazem uma preparação cuidadosa para receberem os foliões neste período. A comida é farta para servir a todos. A parte que sobra demonstra fartura nas propriedades camponesas. O que alegra a todos é uma concorrência dos tocadores de instrumentos musicais para mostrar quem é o melhor tocador neste território, assim os forrós que ocorrem são com os tocadores o tempo todo (Foto 17), não existindo nenhum tipo de música eletrônica.

**Foto 17** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): tocadores na Folia de Reis



**Fonte:** Pesquisa de campo (2013). **Autor:** MARQUES, J. B. (2010).

Os foliões de Reis têm nessa prática social e cultural, que vieram de gerações passadas, retornando às antigas memórias e ensinando os mais jovens a manter e recriar, na sociabilidade dos agricultores camponeses, as relações de vizinhança e compadres nesta cultura. Todos os anos, a coroa vai sendo passada para festeiros diferentes que não têm nenhum receio de assumir a festa, porque toda a comunidade se organiza para que a realização da Folia de Reis tenha êxito e mantenha a resistência. No próximo item trataremos dos problemas ambientais.

#### **4.7 As transformações socioambientais a partir da presença dos eucaliptais**

Quando as empresas de eucaliptos chegaram nesse território não houve nenhuma preocupação com a população, a cultura e os saberes, que já estavam estabelecidos no lugar. O importante para as empresas era as condições topográficas e os baixos preços das terras que eram favoráveis ao investimento de capital.

O domínio do bioma Cerrado neste território representa mais do que uma simples vegetação, muitos frutos são coletados e os remédios são retirados das plantas medicinais como são chamadas as folhas, raízes e cascas de árvores usadas pela população desse território.

Almeida (2008) discorre sobre os significados do bioma Cerrado para as populações tradicionais, segundo a autora.

Essas populações possuem uma forma singular de apropriação da natureza regida por um sistema de representações, códigos e mitos. Os Cerrados como seus tabuleiros, espigões e chapadas fazem parte da estratégia produtiva e garantem suas reproduções com diversos produtos do extrativismo. Além de fornecer alimento e remédios para auto sustento familiar, o extrativismo desempenha cada vez mais, um papel importante na geração de renda pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais e artesanatos [...] (ALMEIDA, 2008, p.62)

Essa maneira de viver dos povos do Cerrado era vista como atrasada e arcaica e tinha que dar lugar à outra forma de viver, o da modernidade. Assim, as empresas chegaram e conversaram com a população de maneira "tranquila", ou seja, conversando para negociar e comprar as terras e passando a ideia de que o progresso tinha chegado.

A modernidade chegou e trouxe com ela o sistema produtivo, que é excludente e concentrador, conforme apontado por Matos (2011) as empresas do agronegócio são o exemplo da modernidade no Brasil.

Os problemas ambientais e sociais causados por essa nova modalidade de lavoura comercial com eucalipto, foi abordado por Viana (2004) sua reflexão sobre os efeitos ambientais de implantação dos eucaliptais em áreas de Cerrado em síntese são:

[...] a retirada de água do solo, tornando o balanço hídrico deficitário, com o rebaixamento do lençol freático e até o secamento de nascentes; o empobrecimento de nutrientes no solo, bem como seu ressecamento; a desertificação de amplas áreas, pelos efeitos alelopáticos sobre outras formas de vegetação e a conseqüente extinção da fauna; a ocupação de extensas glebas de terra, que poderiam estar produzindo alimentos; a criação de empregos apenas durante a implantação do plantio, mesmo assim para mão-de-obra desqualificada, com baixos salários, e o estímulo ao êxodo rural e o conseqüente inchaço das metrópoles. (VIANA, 2004, p.9).

Esses problemas destacado por Viana (2004) são os que Grisotto (2003), Brito (2006), Calixto (2006), e Pela (2010), elencam em seus trabalhos.

Os agricultores camponeses da Fazenda Boa Esperança confirmam todos esses problemas de degradação, e lutam com as empresas para não desmatar as áreas que são estratégicas para conservação dos córregos, rios e veredas.

*Eles vieram desmatar aqui encostado no córrego Barreiro e disse para eles que aqui a máquina não ia passa de jeito nenhum, sei que na primeira chuva que tivesse a água ia acabar porque o córrego enche de areia, já quase secou com tanta areia, antes até um primo morreu afogado, agora só dá para lavar o pé, se passar a máquina vai secar tudo! Foi por isso que a água quase acabou no córrego João Fernandes. (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>52</sup>).*

Um exemplo é a vereda da nascente do córrego do Tauá que reduziu a umidade devido aos intensos assoreamentos após o cultivo de eucalipto em seu entorno (Foto 18).

Na estação seca, que vai de maio a setembro, as áreas de Cerrado já sofrem com a falta de água e com o assoreamentos dos cursos d'água esse quadro fica crítico, como pode ser verificado no rio das Almas (Foto 19), que está todo assoreado, deixando os agricultores camponeses deste território sem água por dias nos meses de seca, situação que não era vista pelos camponeses como eles mesmos relatam.

*Próximo de mim foram vendidas 9 fazendas para a Lucape, e isso afetou muito o Cerrado, com a implantação desses eucaliptos acabou com a madeira, secou os rios, tem muitas erosões, acabou com os brejos, os bichos, nem fruta tem mais! (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>53</sup>)*

---

<sup>52</sup> Entrevistado de número 17.

<sup>53</sup> Entrevistado agricultor camponês de número 22

**Foto 18** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): redução da umidade na vereda – nascente do córrego Tauá, afluente do rio das Almas



**Autor:** MARQUES, J. B.(2012).

**Foto 19** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): Rio das Almas assoreado.



**Autor:** MARQUES, J. B. (2012).

Nas questões ambientais as mudanças na paisagem não alteraram, apenas a biodiversidade, assoreamentos e erosão neste território, como disse Azíz Ab´Saber (2011), a paisagem é muito mais do que isso é um processo histórico que envolve as populações.

[...]a paisagem é sempre uma *herança*. Na verdade, ela é uma herança em todo sentido da palavra: herança dos processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. Num primeiro nível de abordagem, poder-se-ia dizer que as paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente. (AB´SÁBER, 2011, p.9)

O reflorestamento de eucalipto traz nos discursos daqueles que trabalham para o desenvolvimento dessas lavouras que as florestas plantadas são melhores que qualquer monocultura produzida no processo de modernização, e esses territórios que as recebem são privilegiadas por ter esse tipo de lavoura em relação aos problemas ambientais e por ocuparem terras degradadas. Nesse processo é possível analisar o discurso de Bertola (2004):

Entende-se por monocultura o crescimento de vegetais de uma só espécie, ou de um número limitado de espécies, da mesma idade, em blocos com tamanhos suficientes para não causar impacto ecológico significativo. A implantação de monoculturas é sem dúvida um dos pontos que merecem a atenção da sociedade. Café, soja, cana-de-açúcar, eucalipto ou qualquer outra cultura que seja feita sem critérios ambientais é extremamente prejudicial ao ambiente natural e social. No entanto, todos os produtos resultantes das mesmas são fundamentais à sociedade. Outro fator característico da monocultura é que os produtos agrícolas e florestais são plantados com propósitos econômicos, ou seja, as culturas ocupam grandes extensões de áreas e utilizam produtos e tecnologias que resultam em alta produtividade e baixos custos de produção. Deve-se ressaltar que as plantações florestais ocupam, em sua grande maioria, áreas marginais à agricultura, terras esgotadas pelas culturas agrícolas e por pastagens degradadas. (BERTOLA, 2004, p.9).

Os solos da fazenda Boa Esperança são Neossolos Quartzarênicos (Foto 20). E como a EMBRAPA mesmo ressaltou para implantação de lavouras comerciais necessitaria de estudo prévio mantendo uma distância considerável de nascentes, córregos e rios o que não aconteceu neste território. Os agricultores camponeses estão passando por dificuldades com a falta de água e degradação dos solos no manejo das florestas de eucalipto, que além do desmatamento inicial o corte e as novas plantações revolvem o solo.

Em 100% das entrevistas, os agricultores camponeses pontuaram a falta de água depois da implantação dos eucaliptais, até os mais positivos que disseram não acreditar que os eucaliptos secariam o solo estão surpresos com a falta de água em todo o território da Fazenda Boa Esperança.

*Quando o povo falava que os eucaliptos ia secar a água, eu não acreditava não, depois nós estamos é passando sufoco aqui, nunca tinha visto isso aqui, tá tudo*

*sequinho, as criações e as plantas morre tudo sem água! (INFORMAÇÃO VERBA<sup>54</sup>)*

Diante dos fatos, constata-se que o uso inadequado do solo e da água provoca consequências aos agricultores camponeses que resistem nesse território porque ficam sem água. É possível observar nas expressões e falas do agricultor camponês o transtorno que estão passando, causando inclusive danos à saúde porque a lida com animais e plantações ficam pesadas, e econômicos tendo que buscar alternativas de custo elevado para os animais não perecerem.

**Foto 20** – Fazenda Boa Esperança/João Pinheiro (MG): problemas em Neossolos Quartzarênicos a) erosão em uma propriedade camponesa; b) Neossolos Quartzarênicos; c) ravina em Neossolo Quartzarênico na cabeceira do córrego João das Almas d) ravina sobre antiga estrada entre propriedades camponesas



**Autor:** MARQUES, J. B.(2013).

E por fim, todo o processo que foi projetado no Território da Fazenda Boa Esperança pelo capital com a iniciativa do Estado gerou a expulsão do agricultor camponês do

<sup>54</sup> Entrevistado agricultor camponês de número 20

campo para dar preferência às agroindústrias. Nessa perspectiva questionamos os projetos de modernização e desenvolvimento que tentou dizimar os modos de vida dos povos do Cerrado, gerando desigualdades sociais, concentração de riquezas, assalariamentos precários e implantação de novos usos do território e ainda usando do discurso de “sustentabilidade e respeito”, por quem?

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a pesquisa procurando compreender as ocorrências que se deram no território da Fazenda Boa Esperança e o porquê de uma região, relativamente grande do município de João Pinheiro (MG), tinha esse nome tão singular em um território que possui 50 propriedades camponesas e 3 empresas de eucalipto. As pistas foram dadas por aqueles que são os anciões neste território.

As transformações socioespaciais na Fazenda Boa Esperança não ocorreram por uma simples vocação econômica do território, mas porque estava vinculado ao planejamento moderno de desenvolvimento promovido pelo Estado brasileiro, vinculado ao circuito internacional para atender o modo de produção capitalista. Nesse processo, o Estado projetou seu plano de ação no território principalmente no território do Cerrado, para isso colocou a disposição toda infraestrutura necessário atendendo aos grandes capitalistas, financiando e apoiando com assistência técnica orientada.

Os resultados obtidos permitem concluir que a política de incentivos ao reflorestamento na Lei 5106/66 trouxe mudanças no território do Noroeste Mineiro. A modernização e a apropriação do território do Cerrado impôs a propriedade privada das empresas reflorestadoras através da expropriação do agricultor camponês, sobre o uso da terra em comum nos gerais, que acabou com o extrativismo e a criação de gado a solta pelos agricultores camponeses. A forma de utilização das terras de chapada pelos agricultores camponeses foi sendo substituída pela lavoura de eucalipto para atender a cadeia produtiva do carvão, numa visão desenvolvimentista que desconsiderou a possibilidade dos próprios agricultores camponeses terem condições de contribuir, nesse sistema, com o desenvolvimento do território Nacional.

As políticas e projetos do Estado Nacional foram excludentes e os territórios formados pela população brasileira em suas regiões acabaram não sendo considerados. Essa política se mostrou pouco eficiente para gerar emprego e distribuição de renda, deixando os agricultores camponeses excluídos do sistema de produção. No caso do reflorestamento de eucalipto as empresas causaram prejuízo em duplicidade para com os agricultores camponeses. Em primeira instância, com o desmantelamento do território por serem expropriados de suas terras e ir morar nas cidades para manter o sistema capitalista funcionando sendo mão de obra reserva e desqualificada que garantisse apenas um salário mínimo a esse trabalhador. Em segundo plano é para com os agricultores camponeses que

resistiram em suas propriedades, tentando manter sua vida no campo, sendo ilhados pelos eucaliptais e com dificuldades econômicas em suas produções.

Esse processo foi produzido na Fazenda Boa Esperança que possui 50 propriedades de agricultores camponeses, que lutam diariamente para manter seu modo de vida e sua produção, pagando um alto preço pela permanência em suas propriedades.

Os agricultores camponeses continuam tentando permanecer com seu modo de vida e suas tradições. A maneira de viver ainda reproduz costumes que são apresentados antes de 1970, com algumas mudanças na forma de organizar e circular pelo território. Isso ocorre pelas novas técnicas que vão alcançando o mundo rural. Com a chegada da energia no ano de 2011 a televisão passou ser rotina nas propriedades dos agricultores camponeses, refletindo um mundo que é paralelo à realidade com a vida no campo no Noroeste Mineiro, introduzindo o consumismo e o ócio, que acabam por aumentar a relação cidade-campo. Nas questões culturais são as festas religiosas que reúnem a comunidade e tornam-se um mecanismo de manter as relações com a vizinhança e os laços de amizade por aqueles se reconhecem no território. Os agricultores camponeses que vivem na Fazenda Boa Esperança sentiram as mudanças no trabalho e para manter a família nas propriedades. Não existe mais mão de obra que faça o trabalho no campo, é difícil encontrar pessoas que possam auxiliar na produção da agricultura camponesa, e os filhos têm muitos motivos para ir para a cidade estudar; faltam escolas no campo e o transporte que leva as crianças para a cidade passa às 5 h da manhã. O retorno é às 19 h, sendo muito cansativo para aqueles que se submetem a essa rotina.

Na territorialização das empresas de reflorestamento de eucalipto não houve nenhuma preocupação dos órgãos públicos sobre as questões sociais, o que estava em pauta era a modernização da agricultura que atendesse às exigências de produção para o mercado interno, mas principalmente do externo.

As transformações ambientais que ocorreram foi a degradação da vegetação do Cerrado, afetando a biodiversidade deste ambiente e atingindo os recursos hídricos, os solos arenosos ao ser revolvidos com máquinas assorearam os córregos e Veredas deste território, e os eucaliptos consomem de 350 a 500 litros de água por kg de madeira, contribuindo para o ressecamento do solo. As transformações levaram não só a mudanças e desmantelamento neste território, mas prejuízo social e ambiental.

Assim, compreende-se que as questões levantadas e discutidas no decorrer desta pesquisa não se encerram com as reflexões realizadas. Pelo contrário, permitem a abertura de novos debates, assim como novas pesquisas, pois toda pesquisa além dos resultados, traz e provoca interpretações, incertezas e possibilidades.

## REFERÊNCIAS

- AB´ SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: pontecialidades Paisagísticas**. 6 ed. São Paulo. Ateliê Editorial, 2011. p.159.
- ALVES – MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. In:\_\_\_\_. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2, ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p.147- 176.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – BRACELPA. **Florestas Plantadas**. Ricardo Teles - Suzano, **2013**. Disponível em: [www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/134](http://www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/134). Acesso em: 20 dez. 2013.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda ; CHAVEIRO, Egmar. Felício.; BRAGA, Helanine Costa. (Org.) **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.p. 47 - 74.
- ALMEIDA Rosemeire Aparecida de. Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 15 a 19 de out.2012. Uberlândia – MG. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1291\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1291_1.pdf). Acesso em: 11 nov.2013.
- BACHA, Carlos José Caetano. A expansão da silvicultura no Brasil. **Rev. de Economia Agrícola**, Rio de Janeiro, p. 24 jan./mar. 1991. Disponível em: <[bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/509/7641](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/509/7641)>. Acesso em: 01 jul. 2013.
- BECKER, Bertha Koiffmann.; EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. **Brasil: uma nova potência regional na economia - mundo**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.
- BERTOLA, Alexandre. **Eucalipto: Verdades e Mentiras**. Setor de Inventário Florestal – V&M Florestal Ltda. 2004. Disponível em: [http://www.celuloseonline.com.br/dr\\_celulose\\_files/dc009.pdf](http://www.celuloseonline.com.br/dr_celulose_files/dc009.pdf). Acesso em: 5 nov. 2013.
- BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Impacto ambiental de florestas de eucalipto** . Revista do BNDES, Rio De Janeiro, V. 14, N. 28, p. 235-276, Dez. 2007. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2808.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2808.pdf). Acesso em: 01 dez. 13.
- BRASIL: Banco do Brasil. **Lei do Credito Rural de 1965** - Lei 4829/65 / Lei no 4.829, de 5 de novembro de 1965.Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128609/lei-do-credito-rural-de-1965-lei-4829-65>>. Acesso em: 01 jul. 2013.
- BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). **Historia da EMBRAPA 2012**. Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>>. Acesso em:

2 jun.2013.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). **Bioma Cerrado**. 2007. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01\\_2\\_10112005101955.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_2_10112005101955.html). Acesso em: 23 jan. 2014.

**BRASIL**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm). Acesso em: 19 nov. 2013.

BRASIL. JUSBRASIL. **Lei nº 4.771 de 15 de Setembro de 1965**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10571645/artigo-27-da-lei-n-4771-de-15-de-setembro-de-1965>. Acesso em: 01 jul. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 1.628, de 20 de Junho de 1952**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1628.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1628.htm). Acesso em: 01 dez. 2013.

BRASIL. **Histórico do INCRA**. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária(Incra).2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/historico-do-incra>>. Acesso em: 28 jun.2013.

BRASIL. Novo código florestal. **Lei 4.771** de 15 de setembro de 1965. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm)>. Acesso em: 5 jul.2013.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. Monocultura de eucalipto e expropriação das populações tradicionais do Norte de Minas Gerais. In: CLEPS JUNIOR, João; FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes (Org.). **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. UCG, 2006. p. 221-251.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CALIXTO, Juliana Sena. **Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG**. 2006. 130f. Dissertação Mestrado em Administração - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.(Série Princípios).

CHAVEIRO, Eguimar Felício. O Cerrado em disputas sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, Maria Geralda; CHAVEIRO, Eguimar F.; BRAGA, Helaine Costa. (Org.) **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.p. 75 - 97.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO, Denis. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. **Revista Mirante**, Pires do Rio, v. 2, n.1, p. 01-13, 2007.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica territorialização desterritorialização, reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 1-25, fev., 2013. Disponível em: [www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/.../12054](http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/.../12054). Acesso em: 12 nov. 2013.

CORDEIRO NETO, José Raimundo.; ALVES, Christiane Luci Bezerra.; SOUSA, Eliene Pinheiro de. Mecanismos de modernização da agricultura brasileira: uma leitura a partir da teoria do desenvolvimento desequilibrado. In: XLV CONGRESSO DA SOBER, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina:SOBER, 2007. 20 p. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/594.pdf>. Acesso em: 01 jul.2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. Campesinato brasileiro: origens e ressignificações de um modo de vida tradicional. COLÓQUIO CIDADE E REGIÃO. Montes Claros. 2012. **Anais...** Montes Claros: Unimontes, 2012. p.01-14. Disponível em: <[http://www.unimontes.br/arquivos/2012/geografia\\_ixerg/eixo\\_rural/campesinato\\_brasileiro\\_origens.pdf](http://www.unimontes.br/arquivos/2012/geografia_ixerg/eixo_rural/campesinato_brasileiro_origens.pdf)> Acesso em: 2 jul. 2013.

CUNHA, André Moreira. **A colonização e o desenvolvimento capitalista do Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos/Textodid14.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

DUBÊ, Francis. **Estudos técnicos e econômicos de sistemas agroflorestais com eucalyptus Sp. no Noroeste do Estado de Minas Gerais**: o caso da Companhia Mineira de Metais. 1999 159 f. Tese (Doutorado em Ciência Florestal)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1999.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Caderno Pesquisa**. São Paulo, n.115, mar. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000100005#end](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005#end). Acesso em: 15 out. 2013.

DULCI, Otavio S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Disponível em: [books.google.com/books/.../Política\\_e\\_recuperação\\_econômica\\_em.html](http://books.google.com/books/.../Política_e_recuperação_econômica_em.html). Acesso em: 15 jul. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edimilson.(Org. ). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. “As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas”. In LUZ, Cláudia ; DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000. p. 19-46.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2013.

GONÇALVES, Maria Celia da Silva. **Folia de Reis: Tradições, Costumes e Performances Artísticas Construindo a Identidade do Folião**. XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 28 a 31 de Jul. de 2009, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: [www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com). Acesso em: 17 out. 2013.

GOVERNO DE MINAS - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Economico. **Mapa do PIB das macro - regiões de Minas Gerais**. 2013. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/pt/minas-em-numeros/produto-interno-bruto-de-minas-gerais>. Acesso em: 01 de mar. de 2013.

GRISOTTO, Rosely Fontes. **A luta pela terra no Noroeste Mineiro: a experiência em Paracatu – MG (1985 - 2000)**. 2003. 101 f. Dissertação. (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério.; SAQUET, Marcos Aurelio.(Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004.p.87-120

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o PRODECER**. 2010. 272f. Tese (Doutorado em Geografia)– Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Goiânia, 2010.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. **Revista Ideias: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro,v.4, n. 2, p.271-306, 2010.

INSTITUTO AÇO BRASIL. Disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/index.asp>. Acesso em: 05 nov.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estimativa Populacional.Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/metodologia.pdf>>. Acesso em: 07 ago.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estimativa Populacional.Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic\\_sociosaude/2009/indicsaude.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indicsaude.pdf)> Acesso em: 05 jul.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades.Rio de Janeiro:IBGE, 2010/13. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=313630&search=minas-gerais|jo%E3o-pinheiro>> Acesso em: 04 abril 2013.

JESUS, Luiz Carlos F. de. **Ocupação dos Cerrados: o POLOCENTRO e seus impactos em Minas Gerais.** 1988. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia)-UNICAMP, Campinas, 1988.

JUSTINIANO, Eduardo Félix. Técnicas de fotografia. In: VENTURINI. Luis Antonio Bittar. **Geografia: Práticas de Campo, Laboratório e Sala de Aula.** São Paulo: Sarandi, 2011. p. 411-434.

KDLAVICZ, Miescelau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na Microrregião de Três Lagoas – MS.** 2011 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LEPSCH, Igor F. **Formação e conservação dos solos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 178 p.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Marcello. Técnicas de cartografia temática. In: VENTURINI. Luis Antonio Bittar. **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula.** São Paulo: Sarandi, 2011, p. 203 – 230.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. Documentação indireta. In: \_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 174-185.

MATA-MACHADO, Bernardo N. da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930).** Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1991.

MATOS, Patrícia Francisca. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano.** 2011. 357 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MATOS, Patrícia Francisca. de; PESSÔA, Vera Lúcia. Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio. C. de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009. p. 279 – 291

MARQUELLI, Rodrigo P. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no Cerrado brasileiro.** 200. 54f. (Especialização Lato Sensu, modalidade MBA, em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada) ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL. Brasília 2003. Disponível em:  
[http://ag20.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Desenvolvimento\\_sustentavel\\_agricultura\\_cerradoI D-UkZstU83ek.pdf](http://ag20.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Desenvolvimento_sustentavel_agricultura_cerradoI D-UkZstU83ek.pdf). Acesso em: 1 jun. 2013.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Vânia Guimarães da Silva. **Influência do reflorestamento com eucalipto na qualidade de vida dos produtores de Belo Oriente e Mesquita**. 2006. 107 f. (Pós – Graduação em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga. Caratinga –MG 2006. Disponível em: [http://bibliotecadigital.unec.edu.br/btdunec/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=15](http://bibliotecadigital.unec.edu.br/btdunec/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15). Acesso em: 26 nov.2013.

MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. **As condições estruturantes da siderurgia mineira: recursos naturais, Estado e elite instruída**. 2010. 252f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MELO, Nildo Apararecido de. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa vilas rurais no norte do Paraná. **Revista GeoAtos** Presidente Prudente, v.1, n. 11, p. 58-76, jan./jun 2011, Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/431/nildomelo>>. Acesso em: 01 jul.2013.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. ; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509 – 537.

MENDES, Raquel. **O processo de modernização da agricultura no Brasil e as suas tendências atuais**. 2010. Disponível em: <<http://www.fichasmarra.wordpress.com/2010/12/12/5-o-processo-de-modernizacao-da-agricultura-no-brasil-e-as-suas-tendencias-atuais/>> Acesso em :01 jul.2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MOURA, Vicente Pongitory Gifoni. A pesquisa com eucalyptus e pinus na região dos cerrados. In: SIMPÓSIO SOBRE O CERRADO VII: Estratégias de Utilização, 1989, Brasília. **Anais...** 2.ed. rev. Planaltina: EMBRAPA - CPAC, 1997. p.183-197.

ONDEI, Vera. A capital do eucalipto: investimento bilionário da Eldorado Brasil Celulose muda a paisagem de Três Lagos (MS). **Revista Dinheiro Rural**, São Paulo, Número da revista 108, p.38 – 46. out. 2013.

OLIVEIRA, Daniel Coelho. Entre transformações e continuidades: o caso da modernização agrícola no noroeste de Minas Gerais. **Revista Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.19-29, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: [http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Marta/2013/1s/modo\\_capitalista.pdf](http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2013/1s/modo_capitalista.pdf). Acesso em : 05 nov. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PAULA, Andréa Maria N. R. de. **Travessias: movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais**. 2009.350f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PELA, Sílvia Krueger. **Florestamento e reflorestamento no Brasil: uma análise do projeto Floran**. 2010 182f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988. 239f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço)- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1988.

POSO, Antonio Toledo. **O processo de reestruturação da siderurgia mundial e brasileira: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. 2007. 2016f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico – científico – informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001. p.375-387.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, 2000. p.47-106.

SANTOS. Joelma Cristina dos; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa de campo nos canaviais do Oeste Paulista: O universo dos trabalhadores entre a "sua forma de ser" e a exploração do seu "ser" In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia. Salazar. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123 – 138.

SANTOS. Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Col. Geografia em Movimento).

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de campo em geografia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal Fluminense. 4 set. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/78/76>. Acesso em: 12 jan. 2014.

SCHLESINGER, Sérgio. **Lenha nova para a velha fornalha**. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

SEPLAN-MG. Secretária de Estado de Planejamento e Gestão. Disponível em: <http://www.planejamento.mg.gov.br/> Acesso em: 7 nov.2012

SILVA, Giselda Shirley da. ; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; SILVA, Valdeir José da. **Histórias e memórias: experiência compartilhadas em João Pinheiro**. João Pinheiro: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2011. p. 250.

SILVA, Lilian L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia – Revista on line programa de Pós-Graduação em Geografia**. 2000. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/1525> Acesso em: 20 jun. 2012.

SILVA, Tathiane Paraiso da. **O clima nas plantações: velhas e novas dinâmicas de expansão da monocultura de eucalipto para produção de carvão vegetal em Minas Gerais**. 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social – PPGDS) -Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, Montes Claros /MG 2012.

SIT - **Sistema de Informações Territoriais**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2013.

SOUZA, João Batista. **O papel das escolas família agrícola (efa) no desenvolvimento de alternativas agrícolas em Mato Grosso do Sul: o caso da escola família agrícola de Itaquiraí (EFAITAQ)**. 2010. 145 f. Dissertação(Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS 2010. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/dissertacoes/dissertacao-joao-batista>. Acesso em: 11 abr. 2013.

REZENDE, João Batista; PEREIRA, José Roberto; BOTELHO, Douglas de Oliveira. Expansão da cultura do eucalipto nos municípios mineiros e gestão territorial. **CERNE**, Lavras, v.19, n.1, não paginado jan./mar. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-77602013000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-77602013000100001&script=sci_arttext). Acesso em: 5 jul. 2013.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas - MS**, v. 2, n. 2, páginas? set. de 2005. Disponível em:

<http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf>. Acesso em: 20 jun.2012.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera Lúcia S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Julio Cesar de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 317 – 336.

VIANA, Maurício Boratto. **O eucalipto e os efeitos ambientais do seu plantio em escala**. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa, 2004. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1162/eucalipto\\_efeitos\\_boratto.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1162/eucalipto_efeitos_boratto.pdf?sequence=3). Acesso em: 01 nov. 2013.

## APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CAMPUS CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Dissertação: OS EUCALIPTAIS NO NOROESTE MINEIRO:** as transformações socioespaciais na Fazenda Boa Esperança em João Pinheiro (MG)

**Apêndice A - Roteiro de entrevista com os moradores mais antigos da Fazenda Boa Esperança (MG)**<sup>55</sup>

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Há quanto tempo mora na Fazenda Boa Esperança?
- 4) Qual é o tamanho da propriedade?
- 5) Como adquiriu essa propriedade?
- 6) Por que o nome da Fazenda Boa Esperança?
- 7) Como era organizada a família (deveres, obrigações, afetividades)? Qual era o papel de cada membro da família na propriedade (homem, mulher, filho)?
- 8) Havia agregados? Qual era a sua relação com os proprietários de terras? O que produzia? Qual o horário de trabalho? Forma de pagamento? Como eram suas residências?
- 9) Qual era o tamanho médio das famílias?
- 10) O que plantavam e onde comercializavam? Como era feito o transporte?
- 11) O que compravam no comércio da rede urbana?
- 12) Havia mutirões/demão? Tipo de serviço realizado? Como eram esses mutirões? E hoje eles continuam?
- 13) Quais os principais eventos religiosos da Fazenda Boa Esperança (missas, terços, cultos, folias de reis)? Como são esses eventos?
- 14) Que festas eram realizadas na Fazenda Boa Esperança? Como elas eram?
- 15) Onde eram e são realizados os enterros?
- 16) Quais os principais problemas na Fazenda Boa Esperança?
- 17) Quando as empresas de eucalipto chegaram na Fazenda?
- 18) Quantas propriedades da Fazenda Boa Esperança foram compradas pelas empresas de eucalipto?
- 19) Você acha que a floresta de eucalipto afetou ou está afetando de alguma forma a vida na Fazenda Boa Esperança? De que forma?

---

<sup>55</sup> Adaptado de VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança:** tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CAMPUS CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Dissertação: OS EUCALIPTAIS NO NOROESTE MINEIRO: as transformações socioespaciais na fazenda Boa Esperança em João Pinheiro (MG)**

**Apêndice B - Roteiro de entrevista com os agricultores camponeses da Fazenda Boa Esperança**

56

**I Identificação do produtor e da propriedade**

- 1) Nome? Idade?
- 2) Nome da esposa? Idade?
- 3) Tamanho da propriedade?
- 4) Grau de parentesco com a esposa? ( ) sim ( ) não. Qual é o grau de parentesco?
- 5) Número de irmãos? ( ) esposo ( ) esposa.
- 6) Número de filhos? Idade? Onde mora? Profissão dos filhos? Grau de escolaridade dos filhos?
- 7) Grau de escolaridade do produtor e da esposa?
- 8) Situação do produtor? ( ) proprietário ( ) arrendatário ( ) parceiro ( ) ocupante
- 9) De que forma adquiriu a propriedade? ( ) herança ( ) compra ( ) concessão de uso
- 10) Há quanto tempo está na propriedade?
- 11) Possui outra forma de renda? Qual?
- 12) A residência possui: ( ) banheiro ( ) energia elétrica ( ) água encanada  
( ) lavadora ( ) televisão ( ) geladeira ( ) refrigerador  
( ) telefone ( ) microondas ( ) computador ( ) videogame  
( ) outros.

**II Dados sobre a produção**

- 1) Quais os produtos cultivados na propriedade? Que área ocupa cada um?
- 2) Quais os produtos cultivados para o cultivo da família?
- 3) Quais os produtos cultivados para comercialização?
- 4) Qual é a quantidade produzida?
- 5) Qual é a renda aproximada?
- 6) Que animais domésticos são criados na propriedade?
- 7) Possui pecuária de leite? Qual a média de litros por dia vaca?
- 8) Faz a silagem? Qual é a sua importância?

**III Dados sobre a comercialização de produtos**

- 1) 1) Quem compra esses produtos? ( ) consumidores diretos ( ) frutarias

---

<sup>56</sup> Adaptado de VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

- ( ) supermercados ( ) feira ( ) outros: qual?
- 2) Quantidade comercializada? ( ) diariamente ( ) semanalmente ( ) mensalmente ( ) anualmente
- 3) Qual é o valor alcançado pelo produto?
- 4) Possui transporte próprio? Qual?
- 5) Em caso de negativo, quem faz o transporte e qual o custo?
- 6) Têm acesso as informações (preço, mercado, exigências do consumidor, demanda...)?
- 7) Como obtém essas informações?
- 8) Existem problemas na comercialização? Quais? Por quê?

#### **IV Dados sobre a força de trabalho**

##### **1 Familiar**

Número de pessoas

Grau de parentesco: ( ) filhos ( ) Irmãos ( ) esposa

Idade: ( ) menos de 10 anos ( ) 11-15 ( ) 16-21 ( ) 22-27 ( ) 28-33  
( ) 34-39 ( ) 40-50 ( ) acima de 50 anos

Qual o período do ano em que trabalham?

Qual é o tipo de serviço em que trabalham?

##### **2 Assalariados permanentes**

Número de pessoas?

Facha etária e sexo?

Origem?

Forma de contratação?

Forma de pagamento?

Qual é o tipo de trabalho que realizam?

##### **3 Assalariados temporários**

Número de pessoas

Qual é a idade e o sexo?

Qual a origem desses trabalhadores?

Forma de contratação?

Forma de pagamento?

Período do ano em que trabalham?

Tipo de serviço que realizam?

Existem outras formas de trabalho? Quais?

##### **4 Trabalho nas empresas de eucalipto**

O senhor e/ou membro de sua família trabalham nas empresas de eucalipto?

( ) sim

Em que época do ano?

Em que atividade?

Qual a forma de contratação?

Quanto recebe pelo trabalho?

( ) Não

#### **V Dados sobre a tecnologia e a utilização de recursos**

- 1) Utiliza sementes selecionadas? Quais?

- 2) Possui irrigação? De que tipo?
- 3) Como adquiriu o equipamento?
- 4) Possui máquinas e equipamentos próprios? Quais?
- 5) Faz adubação?
- 6) Utiliza defensivos? Que tipo e para que finalidade?
- 7) Como é feita a pulverização?
- 8) Faz ou já fez análise do solo?
- 9) Faz correção do solo?

#### **VI Dados sobre a assistência técnica**

- 1) Conta com assistência técnica?
- 2) Quais órgãos?
- 3) Como é feita a assistência técnica?

#### **VII Dados sobre a organização política dos produtores**

- 1) Você é filiado a alguma associação, sindicato ou cooperativa? Quais?
- 2) Qual a importância dessa entidade para sua produção?
- 3) Quais são suas perspectivas para com essa entidade?
- 4) E quanto aos movimentos sociais, você participa do MCP? Em caso de negativo, porque não participa?
- 5) Qual a importância de participar do movimento?
- 6) O que você espera do movimento?

#### **VIII Dados sobre os aspectos culturais**

- 1) Que eventos culturais são realizados na Fazenda Boa Esperança?
- 2) Com que frequência estes eventos são realizados?
- 3) Você participa destes eventos?
- 4) Qual o sentido dessas atividades para você?
- 5) Qual é a religião da família?
- 6) Quais são as atividades de lazer da família?
- 7) Como é a relação do senhor (a) com seus vizinhos?
- 8) Produz algum tipo de objeto artesanal (colchas de retalho, cobertas de algodão, tapetes...)?
- 9) Possui fogão a lenha? Faz uso diário deste?
- 10) Possui algum instrumento/ferramenta tradicional (carro de boi, carroça, arado de boi e/ou cavalo, tear, carpideira...)? Qual? Faz uso?

#### **IX Dados sobre as Empresas de Eucalipto**

- 1) Qual sua opinião sobre as áreas compradas pelas empresas de eucalipto? Você acha que traz benefícios para os produtores rurais? Por quê?
- 2) O processo de territorialização das empresas de eucalipto está de alguma forma influenciando na realização das atividades culturais da Fazenda Boa Esperança? De que forma?
- 3) Você gostaria que as empresas de eucalipto comprasse sua propriedade? Por quê?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CAMPUS CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**


**Dissertação: OS EUCALIPTAIS NO NOROESTE MINEIRO: as transformações socioespaciais na fazenda Boa Esperança em João Pinheiro (MG)**

**Apêndice C - Roteiro de entrevista com ex-moradores da Fazenda Boa Esperança que venderam suas propriedades para as empresas de eucalipto.**


- 1) Nome? Idade?
- 2) Nome da esposa? Idade?
- 3) Tamanho da propriedade?
- 4) Quanto tempo viveu na Fazenda Boa Esperança?
- 5) Quando ocorre a sua saída da Fazenda Boa Esperança?
- 6) Como foi o processo de negociação com as empresas de eucalipto para a venda da propriedade?
- 7) Você ficou satisfeito com o valor que lhe foi pago?
- 8) Como empregou o dinheiro? Para onde foi?
- 9) Como era sua vida quando ainda residia na Fazenda Boa Esperança e como está hoje?

## **ANEXOS**

## Anexo A – Certidão da Fazenda Boa Esperança - 1935



**Comarca de João Pinheiro - MG**  
**Serviço Registral de Imóveis**  
 Praça Coronel Hermógenes, Nº 125 – João Pinheiro (MG) – CEP 38770-000  
 Telefone: (38) 3561-2933 – e-mail: snrp@hotmail.com



**José Eduardo Simões Mendonça**  
 Oficial Titular

*Waléria Gonzaga*  
Escrevente Substituta

*Bárbara Gonzaga Simões Mendonça*  
Escrevente Substituta

*Bernardo Henrique Simões Mendonça*  
Escrevente Substituto

*José Eduardo Simões Mendonça Junior*  
Escrevente Substituto


*Solange Moreira dos Santos Rocha*  
Escrevente Autorizada

**CERTIDÃO**


**Certifico**, atendendo ao pedido de parte interessada, que, revendo os Livros de Transcrição das Transmissões desta Serventia Registral Imobiliária, a meu cargo, verifiquei constar a transcrição de inteiro teor seguinte: **Livro 3-B, às fls. 009v/010 sob o número:- quinhentos e noventa e cinco (595)**. - nºs dos registros anteriores: 588, 589 e 594 desta Serventia. - Data: 29 de julho de 1935. - Circunscrição: Veredas, deste município e termo. - Denominação: **FAZENDA DA BÔA ESPERANÇA**. Característicos e confrontações: Duas glebas de terras de campo e culturas com a área total de **mil seiscientos e vinte e cinco (1.625) hectares, 70 ares e 48 centiares**, inclusive duas casas cobertas de telhas, curraes e cercas de arame em dois pastinhos, cujas glebas em conjunto tem as seguintes divisas: “Começa da cabeceira do Vulto; por esta abaixo até a sua barra na Vereda do Facão; por esta abaixo até a sua barra no Rio Santo Antônio; por este acima, até a barra da Vereda do Açude; por esta acima até a sua cabeceira esquerda e daí em linha recta a cabeceira da Vereda dos Vultos onde se começou.” Adquirente: **THEOTONIO BAPTISTA DE SOUZA**, brasileiro, casado, fazendeiro e domiciliado no districto de Veredas, deste município. - Transmitentes: Alceu Alves Corrêa e sua mulher Margarida de Oliveira Franco, fazendeiros e domiciliados no Arraial de Andrequicé, município de Corintho, deste Estado, representados por seu procurador Antônio Julio Pessoa, residente nesta cidade. - Título: Compra e venda. - Forma do Título: Escripura pública de compra e venda lavrada no livro nº 4, as fls.124 a 129, em 02 de Maio de 1935, por mim Antônio Pereira de Andrade. - Valor do Contrato:- Oito contos e quinhentos mil reis (8:500\$000). - Condições do Contrato:- Venda boa, firme e valiosa. - João Pinheiro, 29 de julho de 1935. O Oficial, Antonio Pereira de Andrade. **AVERBAÇÃO:- AV-01:-** Foi inventariado todo o imóvel em favor de Eraque José Vaz e outros, conforme transcrição nº 1.954 desta Serventia 30/04/1945. O referido é verdade e dou fé. João Pinheiro, 20 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_/pam  
 Em/Recim:R513,11/TF:R54,63

*Bárbara Gonzaga Simões Mendonça*  
Escrevente Substituta




## Anexo B – Certidão da Fazenda Boa Esperança - 1954



**Comarca de João Pinheiro - MG**  
**Serviço Registral de Imóveis**

Praça Coronel Hermógenes, Nº 125 – João Pinheiro (MG) – CEP 38770-000  
 Telefone: (38) 3561-2933 – e-mail: srjip@hotmail.com



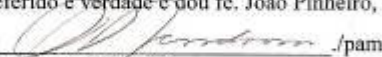
**José Eduardo Simões Mendonça**  
 Oficial Titular

*Waléria Gonzaga* Escrevente Substituta      *Bárbara Gonzaga Simões Mendonça* Escrevente Substituta      *Bernardo Henrique Simões Mendonça* Escrevente Substituto  
*José Eduardo Simões Mendonça Junior* Escrevente Substituto      *Solange Moreira dos Santos Rocha* Escrevente Autorizada


**CERTIDÃO**

**Certifico**, atendendo a pedido de parte interessada, que, revendo os Livros de Transcrição das Transmissões desta Serventia Registral Imobiliária, a meu cargo, verifiquei constar a transcrição seguinte:- **Livro 3-G, às fls. 144v/145 sob o número:- 3.928** (Três mil e novecentos e vinte e oito). Registro anterior: 1.458 desta Serventia. Data: 4 de Fevereiro de 1954. Circunscrição: Distrito de Verêdas deste município. Denominação: **FAZENDA “BÔA ESPERANÇA”**. Característicos e confrontações: Uma gleba de terras com a área de **11,00,00 ha.** de cultura e **499,00,00 ha.** de campos, dentro das seguintes divisas e confrontações:- Começa na barra da vereda do Boi na verêda da Volta, por esta vereda acima até a barra da vereda do Brejinho, por esta acima até sua cabeceira; daí em linha reta no Capão Fundo, na cabeceira do córrego do Barreiro, confrontando com João Antônio do Santos, pelo o Barreiro abaixo até as divisas do espólio de Clarindo Batista Neves; daí a esquerda dividindo com o mesmo, até a cabeceira da vereda do Catingueiro, desta em reta a barra da vereda do Tauá, confrontando com Pedro Sabino; pelo o Tauá acima até um galho de divisa com Eufrazio Bebiano; deste em linha reta cabeceira do veredão do Boi, por esta abaixo até sua barra onde teve início; confrontando com o mesmo Eufrazio Bebiano. Adquirente: **TEOTONIO BATISTA DE SOUZA**, viuvo, agricultor, residente no distrito de Verêdas deste município. Transmitente: José Evaristo Pereira e s/. mulher D<sup>o</sup> Helma Pereira de Carvalho, casados, agricultores, proprietários, residentes no distrito de Canoeiros, município de São Gonçalo do Abaete, neste estado. Título: Compra e venda. Forma do Título: 1<sup>o</sup> Traslado de escritura pública de compra e venda, lavrada no livro n.º 5, fls. 21 e 22, em 25 de Maio de 1946, pelo Escrivão de Paz e Tabelião do distrito de Canoeiros, município de São Gonçalo do Abaete, neste estado, João Batista Braga. Valor do Contrato:- Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros). Condições do Contrato: Venda bôa, firme e valiosa e responderem pela evicção de direito. João Pinheiro, 4 de Fevereiro de 1954. O Oficial, José Silveira. **AVERBAÇÃO:-** Não há.

O referido é verdade e dou fé. João Pinheiro, 20 de agosto de 2013.

 /pam  
 Em/Recorv/R813,11/TFJ/R34,83

*Bárbara Gonzaga Simões Mendonça*  
 Escrevente Substituta



**Anexo C - Parecer consubstanciado referente ao atendimento de pendências em projeto de pesquisa**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Goiânia, 06 de maio de 2013.

**PARECER CONSUBSTANCIADO REFERENTE AO ATENDIMENTO DE  
PENDÊNCIAS EM PROJETO DE PESQUISA**

*Protocolo nº 060/13*

**I. Identificação:**

1. **Título do projeto:** *A Territorialização dos Eucaliptais no Noroeste Mineiro: as transformações socioespaciais na fazenda Boa Esperança em João Pinheiro/MG.*
2. **Pesquisador Responsável:** Juliana Barros Marques (mestranda)
3. **Unidade/Órgão:** Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG – Campus Catalão.
4. **Pesquisador orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Salazar Pessoa.
5. **Data de apresentação do protocolo ao CEP:** 27/02/2013
6. **Data do Relato:** 1º/04/2013
7. **Data de Atendimento das Pendências:** 03/05/2013

**II - Parecer do CEP:**

Informamos que o *Comitê de Ética em Pesquisa* da Universidade Federal de Goiás, após análise das adequações solicitadas, **Aprovou**, em 06 de maio de 2013, o projeto acima referido, e o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes.

O pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP/UFG, relatórios da pesquisa, encerramento, conclusão(ões) e publicação(ões) de acordo com as recomendações da Resolução 196/96.

**III - Data da reunião: 06/05/2013**

  
Prof. João Batista de Souza